

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**“O Palácio Real do Alfeite.  
Da fundação à contemporaneidade (século XVIII-XX).  
Percurso e funcionalidades.”**

**Vol. I**

**Susana Maria Lopes Quaresma e Pereira**

**Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro**

**Ano 2009**

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**“O Palácio Real do Alfeite.  
Da fundação à contemporaneidade (século XVIII-XX).  
Percurso e funcionalidades.”**

**Vol. I**

**Susana Maria Lopes Quaresma e Pereira**

**Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro**

**Orientada por:**

**Professor Doutor Fernando Jorge Artur Grilo**

**Ano 2009**

## **Resumo**

Esta dissertação tem por tema o Palácio Real do Alfeite, um dos muitos edifícios portugueses, cuja história é, praticamente, desconhecida, na sociedade civil.

Este edifício histórico que pertence à Marinha Portuguesa desde 1918 tem sido, desde o início, uma peça vital e infra-estrutura base da actividade desta instituição militar.

O estudo deste Palácio que alberga o comando da Base Naval de Lisboa, instituição que orgulhosamente comemorou no ano de 2008 o seu quinquagésimo aniversário, insere-se nas comemorações patrocinadas pela Marinha Portuguesa, e tem o intuito de interligar a vertente militar à cultura e à educação.

Embora apresente a vertente histórica do Palácio Real do Alfeite, incluindo a Quinta Real do Alfeite e as demais quintas que cresceram ao seu redor, esta dissertação visa, primordialmente, estudar o edifício sob outras perspectivas pouco abordadas até agora.

Pretendemos compreender e divulgar as características artísticas e arquitectónicas do edifício através do estudo das campanhas de obras que modificaram o seu exterior e interior, adaptando-o às exigências que os seus proprietários lhe impuseram.

Ambicionando igualmente integrar esta dissertação no âmbito mais amplo de criação de um projecto de divulgação e preservação do património histórico edificado pertencente à Marinha Portuguesa, queremos dar a conhecer um edifício olvidado que é, em si próprio, uma obra de arte. Para tal, procurámos estudar e divulgar os aspectos específicos do Palácio Real do Alfeite.

Realçámos os marcos históricos mais relevantes do percurso do Palácio Real do Alfeite, abordando a sua integração, em 1690, na Casa do Infantado, a posterior transferência para a administração da Casa Real, em 1834 a passagem pelo difícil período da República até, finalmente, à sua transferência para a Marinha, em 1918.

Assim, são pontos importantes desta dissertação, as duas principais campanhas de obras, a primeira no século XVIII e a segunda no século XIX, que transformaram por completo, a casa senhorial existente antes da integração na Casa do Infantado e proporcionaram um espaço de lazer e recreio para usufruto do Infante e da Família Real.

Quanto às obras referentes ao século XX restringidas ao interior do edifício apresentamos, apenas, um estudo preliminar pois o volume considerável de informação que conseguimos coligir merece, sem dúvida, um estudo exaustivo e autónomo deste.

Salientamos ainda uma particularidade desta dissertação: – dedicámos um capítulo à extinta capela do Palácio Real do Alfeite por considerarmos singular a oportunidade de recorrer à Teoria da Cripto-História do Professor Doutor Vítor Serrão, para a conseguir fazer renascer.

**Palavras-chave:** Palácio Real do Alfeite, Casa do Infantado, Mateus Vicente de Oliveira, Casa Real, Possidónio da Silva, Proclamação da República, Marinha Portuguesa.

## **Abstract**

This thesis subject is the Royal Palace of Alfeite, one of the many Portuguese buildings whose history is basically unknown in civil society.

This historic building owned by the Portuguese Navy since 1918, has been from the beginning a vital piece in the infrastructure network of this military institution.

The study of this Palace that houses the Lisbon Naval Base Command, whose fiftieth anniversary was proudly celebrated in 2008, is part of the celebrations sponsored by the Portuguese Navy and seeks to interweave the military aspect with culture and education.

Although this dissertation covers the history of the Royal Palace of Alfeite, including the Royal Farm of Alfeite and the other Farms that sprung in the vicinity, it is mainly concerned with the study of several aspects seldom discussed until now.

We seek to understand and make known the building artistic and architectural characteristics through the study of the work campaigns that changed both its exterior and interior, adapting it to the requirements of the owners.

Since our intention is to position this dissertation within the broader scope of a future heritage safeguard and dissemination project of the built heritage owned by the Portuguese Navy, we want to bring to light a forgotten building that is also in its own way a work of art. In order to achieve that, we sought to study and disclose specific aspects of the Royal Palace of Alfeite.

We have highlighted the most relevant historic moments of the Royal Palace of Alfeite including its integration in 1690 into the Casa do Infantado, its latter transference into the Royal House in 1834, its passage through the difficult period of the Republic until its ultimate transfer into the Navy in 1918.

Therefore important points in this dissertation are the two main building works campaigns the first in the XVII century and the second in the XIX century that completely transformed the existing manor house before its integration in the Casa do Infantado and that created a setting of leisure for the use of the Prince Royal and the Royal Family.

In regard to the XX century works, limited to the inside of the building, we present only a preliminary study since the considerable amount of information that we were able to collect certainly deserves its own independent and thorough study.

We want to emphasize one last feature of this dissertation: we have allocated a chapter to the extinct Chapel of the Royal Palace of Alfeite as we feel we have the unique opportunity to achieve its “rebirth” by making use of Professor’s Vítor Serrão theory of Crypto-History.

**Keywords:** Royal Palace of Alfeite, Casa do Infantado, Mateus Vicente de Oliveira, Royal House, Possidónio da Silva, Portuguese Republic Proclamation, Portuguese Navy.

## **Agradecimentos**

Durante o processo de investigação para a redacção desta dissertação tivemos a oportunidade de conhecer pessoas extraordinárias, que demonstraram um enorme sentido de dever, sacrifício e entejuda, para que este estudo se concretizasse, possibilitando-nos escrever as linhas que se seguem dedicadas ao Palácio Real do Alfeite.

O nosso agradecimento mais sentido destina-se à instituição na qual presto serviço desde os meus dezoito anos, à Marinha Portuguesa, a todos os seus militares, militarizados e civis, que nos ajudaram a seguir o nosso rumo, ultrapassando os obstáculos e vencendo as batalhas.

Especial menção aos Excelentíssimos Senhores Almirante Monteiro Montenegro, actual Chefe de Gabinete do Almirante CEMA e Almirante Conde Baguinho, ex – Chefe de Gabinete do Almirante CEMA, actual Superintendente dos Serviços de Material, por acreditarem neste trabalho desde o primeiro momento.

Retribuímos toda a disponibilidade demonstrada pelo Senhor Almirante Borges Brandão, antigo Director da Direcção de Infraestruturas, pelo Senhor Almirante Santos Mateus, actual Director da Direcção de Infraestruturas e pelo Senhor Almirante Rui de Abreu, Presidente da Comissão Cultural da Marinha face aos nossos pedidos de colaboração.

Revelo um profundo obrigado ao Comandante da Base Naval de Lisboa, Senhor Comandante Seabra de Melo, e ao seu antecessor, o Senhor Comandante Gomes de Sousa, por nos terem recebido de braços abertos em todas as ocasiões em que nos deslocámos ao Alfeite, sem esquecer a total disponibilidade demonstrada pela Senhora Tenente Cláudia Pessoa Nunes, Subdirectora da Messe do Alfeite.

Desejamos ainda expressar a nossa gratidão ao Senhor Comandante Maurício Barbosa, Chefe do Gabinete do Serviço de Informação e Relações Públicas, e à Senhora Tenente Maria Martins, adjunta do Chefe do Gabinete do Serviço de Informação e Relações Públicas, pela colaboração, sem a qual não nos seria possível apresentar um elenco fotográfico de qualidade do Palácio Real do Alfeite. Um agradecimento sentido ao Senhor Júlio Tito Aniceto da Silva, fotógrafo do Gabinete do CEMA, por nos ter acompanhado e orientado na realização da sessão fotográfica.

No âmbito da digitalização das plantas apresentadas como suporte desta tese o nosso obrigado pelo esmero do Senhor Comandante Rui Manuel Reino Baptista, do Centro de Dados Técnico-Científicos – Serviço de Documentação e Informação do Instituto Hidrográfico, e do Senhor Tenente Maia Marques, adjunto do Centro de Dados Técnico-Científicos – Serviço de Documentação e Informação do Instituto Hidrográfico.

Neste momento, são ainda devidos três agradecimentos muito especiais. O primeiro ao Senhor Cação Ribeiro, civil da Direcção de Infraestruturas, que muito nos espantou com a sua sabedoria, amabilidade e disponibilidade.

Ao Guarda de 1º Classe Carlos Luís Emanuel de Montemar Alegre de Martins Meirelles, Policia dos estabelecimentos da Marinha, por toda a ajuda e tempo que nos concedeu um enorme obrigado.

Por fim, a minha gratidão sincera ao Senhor Comandante Almeida de Moura, por nos ter orientado durante a fase final deste projecto, mas não só. Gratidão pelo incentivo que nos deu à quinze anos atrás para nunca desistir dos nossos estudos, lutando para alcançar os nossos objectivos, superando-nos a nós mesmos a cada passo dado.

Devemos ainda expressar os nossos agradecimentos aos historiadores e investigadores Virgolino Ferreira Jorge, José António Amaral Trindade Chagas, António M. Neves Policarpo, ao Doutor Alexandre Flores do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada e à Doutora Ana Cristina Nunes Martins.

À Doutora Joana Vicente Luz da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e às Doutoradas Paula Cristina Ucha e Maria Isabel Silva Carneiro da Biblioteca deste ministério.

Do Arquivo Histórico da Assembleia da Republica agradecemos às Doutoradas Leonor Calvão Borges e Ana Paula Lima.

Pela colaboração no âmbito do FIGIEE – Programa de Apoio ao Fornecimento de Informação Geográfica para Investigação, Ensino e Edição do Instituto Geográfico Português agradecemos à Doutora Teresa Monteiro.

Da Direcção-Geral dos Arquivos Torre do Tombo um obrigado pela ajuda dos Doutores Odete Martins, Paulo Tremeceiro, Fernando Costa e às gentis senhoras da sala de leitura pelo incansável apoio.

Do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa à amável Doutora Teresa Ponces e ao Padre Luciano Moreira, Sacerdote da Diocese de Lamego.

Agradeço a incansável disponibilidade da Doutora Paula Noé do Arquivo Histórico do Instituto da Habitação e Requalificação Urbana.

Obrigado ainda à Escultora Margarida Schimmelpfennig pela agradável entrevista que nos concedeu.

Um sentido obrigado às minhas colegas e aos meus camaradas pela paciência demonstrada durante as horas em que pacientemente me ouviram.

Aos meus colegas de Mestrado, o meu muito obrigado, em especial à Célia Nunes Pereira e à Maria Alexandrina G. Martins Costa.

A minha gratidão aos professores do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras pelo incansável apoio, e em particular ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Jorge Artur Grilo, por ter acreditado em mim e nas minhas capacidades.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha família, em especial ao meu marido, por todos os sacrifícios e obstáculos que juntos ultrapassamos.

### **Quadro Geral de Abreviaturas**

AHPAR - Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República

AHMOPTC – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

AR - Assembleia da República

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CANIFA - Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas

CEMA – Chefe Estado-Maior da Armada

DGEMN - Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

EP/DI – Exército Português / Direcção de infraestruturas

FIGIEE – Programa de Apoio ao Fornecimento de Informação Geográfica para Investigação, Ensino e Edição

GABCEMA – Gabinete do Chefe Estado-Maior da Armada

GABCEMA/GF – Gabinete do Chefe Estado-Maior da Armada / Gabinete de Fotografia

DGA/TT – Direcção Geral dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

IGP - Instituto Geográfico Português

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

MP/CSAR – Marinha Portuguesa / Chefia do Serviço de Apoio Religioso

MP/DI – Marinha Portuguesa / Direcção de infraestruturas

SIDCARTA - Sistema de Informação para Documentação Cartográfica

## **Índice Geral**

### **VOLUME I**

|   |     |
|---|-----|
| Introdução .....  | 15  |
| Estado da Questão .....   | 22  |
| I. Enquadramento Histórico do Almojarifado do Alfeite .....   | 30  |
| I.1 Enquadramento Histórico da Quinta Real do Alfeite e do Palácio Real do Alfeite                      | 30  |
| II. Enquadramento Arquitectónico e Artístico do Palácio Real do Alfeite .....                           | 47  |
| II.1. As campanhas de obras do Palácio Real do Alfeite .....  | 47  |
| II.1.1. I Fase .....  | 47  |
| II.1.1.1. Casa Senhorial .....  | 49  |
| II.1.1.2. O Arquitecto do Alfeite, Mateus Vicente de Oliveira e a Arquitectura Barroca .....            | 51  |
| II.1.1.3. Estudo Artístico do Palácio Real do Alfeite .....   | 57  |
| II.1.1.3.1. Comparação com edifícios palacianos congéneres do Palácio Real do Alfeite em Portugal ..... | 61  |
| II.1.1.3.2. O Palácio Real de Queluz e o Palácio Real do Alfeite .....                                  | 65  |
| II.1.1.4. A evolução dos Jardins e a importância da vertente rural .....                                | 68  |
| II.1.2. O restauro do Palácio Real do Alfeite no século XIX (II Fase) .....                             | 73  |
| II.1.2.1. O Arquitecto Possidónio da Silva e o Palácio Real do Alfeite .....                            | 75  |
| II.1.2.2. Roteiro das Intervenções .....  | 79  |
| II.1.2.3. A transformação dos Jardins e a estratégia para a vertente agrícola .....                     | 84  |
| II.1.3. Conservação e Restauro no século XX – funcionalidades (III Fase) .....                          | 86  |
| II.1.3.1. Ministério da Fazenda .....   | 87  |
| II.1.3.2. Marinha .....   | 89  |
| II.1.3.2.1. Junta Autónoma para a construção do Arsenal da Marinha .....                                | 89  |
| II.1.3.2.2. Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas .....                  | 90  |
| III. Estudo cripto-histórico .....  | 99  |
| III.1. Da Capela do Palácio Real do Alfeite .....   | 99  |
| III.1.1. I Fase/II Fase .....   | 101 |
| III.1.2. Desaparecimento .....  | 104 |
| III.1.3. Capela de “Nossa Senhora do Mar” .....   | 105 |
| Considerações Finais .....  | 108 |
| Bibliografia .....  | 112 |
| Fontes .....  | 112 |
| Assembleia da República .....   | 112 |
| Direcção Geral dos Arquivos - Torre do Tombo .....  | 112 |
| Exército Português - Direcção de Infra-Estruturas .....   | 115 |
| Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana .....  | 115 |
| Instituto Geográfico Português .....  | 116 |
| Marinha Portuguesa – Chefia do Serviço de Apoio Religioso .....   | 116 |
| Marinha Portuguesa – Direcção de Infra-Estruturas .....   | 116 |
| Marinha Portuguesa – Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada .....                                  | 117 |
| Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações .....   | 118 |
| Estudos .....   | 118 |
| Artigos .....   | 118 |
| Institucionais Online .....   | 118 |

|                              |     |
|------------------------------|-----|
| Periódicos .....             | 119 |
| Dissertações e Teses.....    | 123 |
| Elementos Online .....       | 124 |
| Arquivos .....               | 124 |
| Arte e História de Arte..... | 124 |
| Bibliotecas .....            | 125 |
| Dicionários.....             | 125 |
| Enciclopédias .....          | 126 |
| Gerais .....                 | 127 |
| Glossários .....             | 127 |
| Museus .....                 | 128 |
| Organismos Autárquicos ..... | 128 |
| Património.....              | 128 |
| Obras .....                  | 129 |

## VOLUME II

|  |     |
|--|-----|
| Introdução.....  | 3   |
| Doc. 1 - Contrato entre a Casa do Infantado e o Conde de Tarouca, João Gomes da Silva, marido da 4ª Condessa de Tarouca, Lisboa, 1690..... | 4   |
| Doc. 2 – Cópia da Transmissão D. Pedro II para Infante D. Francisco, Lisboa, 1700 .....  | 6   |
| Doc. 3 – Contrato da Quintinha, Lisboa, 1779 .....   | 24  |
| Doc. 4 – Inventário dos Bens do Senhor D. João Bemposta referência às Vinhas do Pagador, Lisboa, 1780 .....                                | 36  |
| Doc. 5 – Identificação do Capelão das Reais Quintas do Alfeite, Lisboa, 1780.....  | 37  |
| Doc. 6 – Doação da Quinta do Antelmo e a Escritura da Quinta do Outeiro, Lisboa, 1790 .....  | 38  |
| Doc. 7 – Tombo das Reais Quintas do Alfeite, Lisboa, 1792 .....  | 75  |
| Doc. 8 – Contrato da Quinta da Romeira, Lisboa, 1798 .....   | 99  |
| Doc. 9 - Relação dos Almojarifados e Quintas da Administração da Casa do Infantado, Lisboa, 1798 .....                                     | 103 |
| Doc. 10 – Notícia Geral do Estabelecimento Bens, Doações, Privilégios, Regalias da Sereníssima Casa do Infantado, Lisboa, 1832.....        | 104 |
| Doc. 11 – Contrato da Quinta da Piedade, Lisboa, 1833.....   | 105 |
| Doc. 12 – Inventario dos bens pertencentes ao Almojarifado do Alfeite em 1833, Alfeite, 1854 .....   | 107 |
| Doc. 13 – Relação de todos os Bens de que compõem a Casa do Infantado, Lisboa, 1834 .....  | 119 |
| Doc. 14 – Relação dos bens urbanos pertencentes ao Domínio da Coroa, e dependentes do Almojarifado do Alfeite, Lisboa, 1844.....           | 122 |
| Doc. 15 – Relação dos prédios de que se compõem o círculo administrativo do Almojarifado do Alfeite, Alfeite, 1844 .....                   | 125 |
| Doc. 16 – Projecto do Tombo do almojarifado do Alfeite, Lisboa, 1850 .....   | 127 |
| Doc. 17 – Cópia do Contrato de Arrendamento do Almojarifado do Alfeite, Lisboa, 1850 .....   | 145 |
| Doc. 18 - Cópia das avaliações de todos os bens pertencentes à Real Quinta do Alfeite, Lisboa, 1855-1857 .....                             | 181 |
| Doc. 19 – Inventário dos Bens das Reais Propriedades do Alfeite, Alfeite, 1889 .....   | 187 |
| Doc. 20 – Projecto de construção de um Aeroplano no Alfeite, Lisboa, 1911-1912....   | 222 |

|  |     |
|--|-----|
| Doc. 21 – Projecto de construção de um Parque Natural no Alfeite, Lisboa, 1911-1912 .....                                      | 224 |
| Doc. 22 – Projecto de Lei para venda da Quinta e Palácio do Alfeite, Lisboa, 1911-1912 .....                                   | 226 |
| Doc. 23 – Inventário dos Bens das Reais Propriedades do Alfeite Lisboa, 1911-1918  | 230 |
| Doc. 24 – Cópia do Parecer do Patriarcado de Lisboa sobre a demolição da Capela do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1947 ..... | 240 |
| Doc. 25 – Obras no Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1951 .....   | 243 |
| Doc. 26 – Prolongamento das obras no Palácio Real do Alfeite iniciadas em 1951, Lisboa, 1952 .....                             | 245 |
| Doc. 27 – Memória da Capela do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1955 .....   | 246 |
| Doc. 28 – Obras de Adaptação do 1º andar do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1960 ..   | 249 |
| Doc. 29 – Obras de arranjo da Sala de Jantar e anexos do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1966 .....                           | 251 |
| Doc. 30 – Obras no Gabinete do Oficial de Dia do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1968 .....                                   | 254 |
| Doc. 31 – Obras no 1º andar do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1969 .....   | 255 |
| Doc. 32 – Memória Descritiva dos Jardins do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1969 ..   | 257 |
| Doc. 33 – Processo para pequenas obras de conservação e reparação, Lisboa, 1971 ..   | 260 |
| Doc. 34 – Processo para instalação eléctrica e águas quentes do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1971 .....                    | 262 |
| Doc. 35 – Processo para instalação de protecção nas janelas do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1971 .....                     | 263 |
| Doc. 36 – Processo para reparação do telhado do Palácio Real do Alfeite, Lisboa, 1971 ..                                       | 265 |
| Doc. 37 – Memória da captação de furos na Quinta Real do Alfeite e das espécies agrícolas, Alfeite, s.d. ....                  | 266 |
| Origem dos elementos constantes do Volume II .....   | 272 |

### VOLUME III

|  |    |
|--|----|
| Introdução .....   | 4  |
| Planta 1 - Planta do Tombo das Reais Quintas do Alfeite, Lisboa, 1792 .....                      | 5  |
| Planta 2 - Planta do Real Sitio do Alfeite, Lisboa, 1825 .....                                   | 6  |
| Planta 3 - Planta do Real Sitio do Alfeite, Lisboa, 1825 .....                                   | 7  |
| Planta 4 - Real Paço do Alfeite, Lisboa, 1844 .....  | 8  |
| Planta 5 - Planta das Sete Quintas do Real Sítio do Alfeite, Lisboa, 1849 .....                  | 9  |
| Planta 6 - Planta do Tombo do Almojarifado do Alfeite, Lisboa, 1850 .....                        | 10 |
| Planta 7 - Planta das Propriedades do Alfeite, Lisboa, 1895 .....                                | 11 |
| Planta 8 - Planta do Real Palácio do Alfeite do 1º piso (rés-do-chão), Lisboa, 1903 .....        | 12 |
| Planta 9 - Planta do Real Palácio do Alfeite do 2º piso (andar nobre), Lisboa, 1903 .....        | 13 |
| Planta 10 - Planta do Palácio do Alfeite do rés-do-chão, Lisboa, 1951 .....                      | 14 |
| Planta 11 - Planta do Palácio do Alfeite da adaptação parcial do rés-do-chão, Lisboa, 1952 ..... | 15 |
| Planta 12 - Planta do Palácio do Alfeite do 1º e 2º piso, Lisboa, 1960 .....                     | 16 |
| Planta 13 - Planta do Palácio do Alfeite da zona da Sala de Jantar no 1º piso,                   |    |

|  |    |
|--|----|
| Lisboa, 1966 .....   | 17 |
| Planta 13a - Planta do Palácio do Alfeite da Sala de Jantar no 2º piso, Lisboa, 1966 .....   | 18 |
| Planta 14 - Planta do Palácio do Alfeite – Novas Instalações do Comando Naval do Continente e Conselho Administrativo no rés-do-chão, Lisboa, 1969.....  | 19 |
| Planta 15 - Planta do Palácio do Alfeite – Novas Instalações do Comando Naval do Continente e Conselho Administrativo no 1º piso, Lisboa, 1969.....  | 20 |
| Planta 16 - Planta do Palácio do Alfeite para as instalações do Comando Conjunto, Lisboa, 1969 .....   | 21 |
| Planta 17 - Planta do Palácio do Alfeite para as instalações do Estado-Maior do Comando Naval do Continente e Conselho Administrativo no 1º piso e para as instalações do Comando Conjunto (Base Naval e Comando Naval do Continente) no 2º piso, Lisboa, 1969 ..... | 22 |
| Planta 18 - Planta do Palácio do Alfeite para as instalações do Conselho Administrativo conjunto no 1º piso, Lisboa, 1969 .....  | 23 |
| Planta 19 - Base Naval de Lisboa Alfeite - Iluminação dos Jardins do Palácio, Lisboa, 1979 .....   | 24 |
| Planta 20 - Planta dos Terrenos Anexos ao Palácio da Intendência Ante-projecto, Lisboa, 1979 .....   | 25 |
| Planta 21 - Projecto do Revestimento Arbustivo, Lisboa, 1979.....  | 26 |
| Desenho 22_23 – Esquema da evolução da forma arquitectónica do Palácio Real do Alfeite (1792-1825).....  | 27 |
| Desenho 24 – Esquema da evolução da forma arquitectónica do Palácio Real do Alfeite (1792-1825).....   | 28 |
| Desenho 25 – Esquema da evolução da forma arquitectónica do Palácio Real do Alfeite (1844-1849).....   | 29 |
| Desenho 26 – Esquema da evolução da forma arquitectónica do Palácio Real do Alfeite (1844-1849).....   | 30 |
| Desenho 27 – Esquema da evolução da forma arquitectónica do Palácio Real do Alfeite (1858) .....   | 31 |
| Desenho 28 – Esquema da evolução dos jardins (1825).....   | 32 |
| Desenho 29 - Esquema da evolução dos jardins (1844).....   | 33 |
| Fotografia 1 – “Real Quinta e Residência do Alfeite”, Alfeite, 1851 .....  | 34 |
| Fotografia 2 – “Vista do Palácio em construção na quinta do Alfeite”, Alfeite, 1858.....   | 34 |
| Fotografia 3 – “Entrada Quinta – Palácio - Lago Antelmo - Alfeite ”, Alfeite, 1887.....  | 34 |
| Fotografia 4 – Fachada de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905.....   | 34 |
| Fotografia 5 – Muro do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....  | 35 |
| Fotografia 6 – Fachada de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905.....   | 35 |
| Fotografia 7 – Capela do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....  | 35 |
| Fotografia 8 – Quarto Príncipe D. Luiz Filipe do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....  | 35 |
| Fotografia 9 – Sala do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....  | 36 |
| Fotografia 10 – Sala do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....   | 36 |
| Fotografia 11 – Salão do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....  | 36 |
| Fotografia 12 – Escadas do Hall do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....  | 37 |
| Fotografia 13 – Casa do Almoxarife, Alfeite, 1905 .....  | 37 |
| Fotografia 14 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1905 .....   | 37 |
| Fotografia 15 – Zona circundante do Palácio Real do Alfeite durante a visita do Presidente do Ministério ao novo Arsenal da Marinha, Alfeite, 1925 .....   | 38 |
| Fotografia 16 – Vista da fachada do Palácio Real do Alfeite durante a visita do Chefe do Governo ao novo Arsenal da Marinha, Alfeite, 1925 .....   | 38 |

|   |    |
|---|----|
| Fotografia 17 – Brasão da Casa Real, Alfeite, 1972 .....  | 38 |
| Fotografia 18 – Marco do Tombo da Quinta Real do Alfeite, Alfeite, 1972 .....                               | 38 |
| Fotografia 19 – Marco do Tombo da Quinta Real do Alfeite, Alfeite, 1972 .....                               | 39 |
| Fotografia 20 – Zona exterior do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1972.....                                | 39 |
| Fotografia 21 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1972 .....                                      | 39 |
| Fotografia 22 – Sala de Jantar do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1972 .....                              | 40 |
| Fotografia 23 – Escada do Hall do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1972 .....                              | 40 |
| Fotografia 24 – Sala de Recepções do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1972 .....                           | 40 |
| Fotografia 25 – Marco, Alfeite, 1980 .....  | 40 |
| Fotografia 26 – Zona exterior do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980.....                                | 41 |
| Fotografia 27 – Fachada do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980.....                                      | 41 |
| Fotografia 28 – Vista de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980.....                         | 41 |
| Fotografia 29 – Vista de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980.....                         | 41 |
| Fotografia 30 – Vista de perspectiva da fachada do Palácio Real do Alfeite, Alfeite,<br>1980 .....          | 42 |
| Fotografia 31 – Pormenor da fachada do 2º piso do Palácio Real do Alfeite, Alfeite,<br>1980 .....           | 42 |
| Fotografia 32 – Pormenor da entrada principal do Palácio Real do Alfeite, Alfeite,<br>1980 .....            | 42 |
| Fotografia 33 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                                      | 42 |
| Fotografia 34 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                                      | 43 |
| Fotografia 35 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                                      | 43 |
| Fotografia 36 - Pormenor do Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                        | 43 |
| Fotografia 37 – Pormenor do Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980.....                         | 43 |
| Fotografia 38 – Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                                    | 44 |
| Fotografia 39 – Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                                    | 44 |
| Fotografia 40 – Escada do Hall do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                              | 44 |
| Fotografia 41 – Salão do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 1980 .....                                       | 44 |
| Fotografia 42 – Zona exterior do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2003.....                                | 45 |
| Fotografia 43 – Fachada de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2003.....                       | 45 |
| Fotografia 44 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2003 .....                                      | 45 |
| Fotografia 45 – escada do Hall do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2003.....                               | 45 |
| Fotografia 46 – Sala de Recepções, Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2003 .....                             | 46 |
| Fotografia 47 – Sala Jantar do Gabinete do Almirante Naval, Palácio Real do Alfeite,<br>Alfeite, 2003 ..... | 46 |
| Fotografia 48 – Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2003 .....                                    | 46 |
| Fotografia 49 – Fachada do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008.....                                      | 47 |
| Fotografia 50 – Fachada de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008.....                       | 47 |
| Fotografia 51 – Fachada de perspectiva do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008.....                       | 47 |
| Fotografia 52 – Pormenor da fachada do 2º piso do Palácio Real do Alfeite, Alfeite,<br>2008 .....           | 48 |
| Fotografia 53 – Perspectiva da entrada do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                      | 48 |
| Fotografia 54 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 48 |
| Fotografia 55 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 49 |
| Fotografia 56 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 49 |
| Fotografia 57 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 49 |
| Fotografia 58 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 50 |
| Fotografia 59 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 50 |
| Fotografia 60 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 50 |
| Fotografia 61 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 51 |
| Fotografia 62 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                      | 51 |

|   |    |
|---|----|
| Fotografia 63 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                | 51 |
| Fotografia 64 – Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                                | 52 |
| Fotografia 65 – Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                              | 52 |
| Fotografia 66 – Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                              | 52 |
| Fotografia 67 – Aqueduto do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                              | 53 |
| Fotografia 68 – Portão do Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008.....                       | 53 |
| Fotografia 69 – Banco do Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                       | 53 |
| Fotografia 70 – Poço do Jardim do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                        | 54 |
| Fotografia 71 – Entrada do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008.....                                | 54 |
| Fotografia 72 – Corredor do 2º piso do Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008.....                    | 54 |
| Fotografia 73 – Gabinete do Sr. Almirante da Flotilha Palácio Real do Alfeite, Alfeite,<br>2008 ..... | 55 |
| Fotografia 74 – Sala de Recepções, Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                       | 55 |
| Fotografia 75 – Sala de Recepções, Palácio Real do Alfeite, Alfeite, 2008 .....                       | 55 |
| Origem dos elementos constantes do Volume III.....  | 56 |

## **Introdução**

Este estudo académico, que se desenrolou durante os três últimos anos, visa essencialmente estudar o Palácio Real do Alfeite.

Um estudo que pretende abranger não só a sua história, a qual tem sido pontualmente investigada, mas alargar o seu âmbito para áreas de estudo do restauro, conservação preventiva e artístico.

O Palácio Real do Alfeite pertence, desde 1918, à Marinha de Guerra Portuguesa, e actualmente alberga o Comando Naval, a Base Naval do Alfeite e a Flotilha, unidades da componente operacional do sistema de forças nacional.

Apesar dos nossos esforços se centrarem principalmente no estudo global do Palácio Real do Alfeite, optámos, desde primeiro momento, por não limitar o estudo somente ao edifício.

Provavelmente a nossa opção será questionada, porque razão não optámos pelo estudo exclusivo do edifício?

É relevante explicar que o Palácio Real do Alfeite “cresceu” entre duas realidades importantes que, nomeadamente, condicionaram as campanhas de obras e restauro de que foi alvo, a proximidade com o Rio Tejo e a forte componente agrícola existente nas quintas circundantes ao edifício.

Para além dos condicionalismos que advinham para o Palácio por este se encontrar junto à frente ribeirinha, a funcionalidade e dinâmica gerada pela actividade agrícola das diversas quintas tiveram implicações directas que importa discriminar e explicar neste estudo.

Desta foram, julgamos ser importante estudar o Palácio na sua globalidade, o que inclui o estudo da Quinta Real do Alfeite, espaço territorial onde se encontra inserido o Palácio, e sem a qual não entenderíamos o aparecimento e crescimento do edifício actual.

Optámos então por estudar todas as particularidades que o englobam, demonstrando assim a verdadeira dimensão e importância deste património, assinalando desde já, alguns dos marcos mais relevantes para a compreensão da sua história.

Partimos do momento da sua integração, em 1690, na Casa do Infantado, passando para a administração da Casa Real em 1834, seguida do período conturbado da República até à sua transferência, aí sim, para a Marinha em 1918.

A perspectiva de abordagem utilizada, para além de histórica, é primordialmente artística, dando primazia a esta última, por ser a vertente mais olvidada nos artigos e publicações referentes ao Palácio Real do Alfeite.

Assim, a metodologia tem em consideração a dualidade – Palácio/Quinta, reflectida na estrutura adoptada para este estudo, com quatro capítulos principais.

O capítulo primeiro versa sobre o enquadramento histórico da Quinta e Palácio Real do Alfeite, de modo a permitir a sua contextualização no panorama histórico, cultural, político, económico, social, geográfico e patrimonial.

No capítulo segundo, apresentamos o enquadramento arquitectónico e artístico do Palácio Real do Alfeite, subdividido no estudo das principais campanhas de obras, isto é, daquelas que se verificam de maior relevância para a sua história, através das quais se pretende conhecer o edifício, avaliando-as, de modo a estabelecer analogias com a arquitectura portuguesa que lhe é contemporânea.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo do caso paradigmático da Capela do Palácio Real do Alfeite, património entretanto desaparecido em virtude de obras realizadas no interior do Palácio, mas que também importa dar a conhecer, realizado este sob uma nova abordagem de análise cripto-histórica.

Finalizando, o quarto capítulo dedica-se à apresentação de sugestões para uma reflexão necessária sobre a criação de uma política de gestão e dinamização do património no seio da instituição militar. Uma política de planeamento e gestão que, envolvendo as diversas instituições militares, organismos governamentais e não-governamentais, vise a sustentabilidade, dinamização e rentabilidade do património militar, isto é, do nosso património, para além da sua conservação, restauro e adaptabilidade.

Para a construção destes capítulos foi fundamental a documentação bibliográfica, gráfica e fotográfica reunida durante a pesquisa realizada em bibliotecas e arquivos.

Desta forma, grande parte da pesquisa bibliográfica foi realizada na Biblioteca Nacional de Portugal, através da consulta de obras e dos seus Fundos Reservados.

Recorrendo igualmente à consulta do fundo do Arsenal da Marinha (datas de produção: 1835), do fundo do concelho de Almada (datas de produção: 1881), do arquivo pessoal de António da Silva Tullio, e ainda do arquivo da Casa Real Portuguesa (datas de produção: 1493-1909).

Também fizemos uma pesquisa no universo dos periódicos, os quais se revelaram uma fonte preciosa no que diz respeito a testemunhos gráficos do Palácio Real do Alfeite, inclusive com descrições do estado do edifício. Assim, encontramos a única imagem do Palácio Real do Alfeite anterior às obras de restauro e conservação realizadas pelo Arquitecto da Casa Real Possidónio da Silva, como iremos detalhadamente explicar.

Procedemos igualmente à consulta de várias teses de mestrado e de doutoramento, mencionadas na bibliografia, que não sendo directamente sobre o Palácio Real do Alfeite, nos permitem uma visão de conjunto geral sobre a arquitectura da época, sobre as especificidades histórica e artística das várias fases de edificação do nosso objecto de estudo.

Na Biblioteca Nacional da Ajuda, inesperadamente, foi possível identificar a origem de umas fotografias do exterior e interior do Palácio, até então de origem desconhecida, somente datadas de 1905.

Consultamos a Biblioteca do Instituto Português do Património Arquitectónico, na qual obtivemos apenas alguma bibliografia sobre o arquitecto Possidónio da Silva, situação que se deve ao facto de esta Instituição não ter tido sob sua jurisdição o Palácio Real do Alfeite, pois este pertence, desde 1918, à Marinha.

Ainda referente ao Arquitecto Possidónio da Silva visitamos a Biblioteca do Convento de Mafra, onde se encontra o seu espólio bibliográfico mas, infelizmente, para esta investigação o acervo não inclui nenhuma obra manuscrita pelo próprio.

Prosseguimos com o trabalho de pesquisa em outros arquivos coetâneos, como a Biblioteca/Arquivo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, com o intuito de complementar a legislação que define os parâmetros da integração e utilização da parte rural da Quinta do Alfeite pela Direcção-Geral da Agricultura; a Biblioteca/Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Biblioteca/Arquivo do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Neste dois últimos casos, os seus arquivos históricos, referentes ao período temporal relevante para esta investigação, já tinham sido transferidos para a Direcção Geral de Arquivos – Torre do Tombo.

No seio da Marinha, recorremos às instituições de cariz cultural como a Biblioteca Central de Marinha e o Arquivo Central de Marinha, para além do Arquivo da Direcção de Infraestruturas.

A investigação iniciada na Biblioteca Central de Marinha, possibilitou-nos encontrar sobretudo as referências bibliográficas referentes às publicações dos Anais do Clube Militar Naval e da Revista da Marinha.

No Arquivo, a investigação esteve condicionada pelo facto de o Palácio Real do Alfeite, apenas em 1918, ter sido transferido para o património da Marinha.

Consideramos insuficiente a informação que se pode retirar de vários outros núcleos consultados durante toda a pesquisa que aí efectuamos, tais como Intendência da Marinha, Intendência do Alfeite, Arsenal do Alfeite, Estado-Maior da Armada, Superintendência do Alfeite, Concelho de Almada, Palácios e Paços Reais, Junta Autónoma para as Obras do Arsenal do Alfeite, Majoria da Armada, Caes (Alfeite), entre outros.

No Arquivo da Direcção de Infraestruturas, por ser um arquivo principalmente técnico, obtivemos importante informação cadastral sobre o Palácio Real do Alfeite e plantas contemporâneas do interior, exterior e dos jardins, relevantes para o nosso estudo.

Dos arquivos militares têm ainda que ser mencionados o Arquivo Histórico Militar do Exército, no qual podemos consultar correspondência do Conde de Suberra, com precedência do Alfeite, datada entre 1824 e 1825, sobre regimentos, soldados, pagamentos e relatórios de marchas, e o Arquivo Histórico Ultramarino.

Relevante passo na reconstrução da vivência do Palácio Real do Alfeite revelou ser a consulta ao Arquivo Histórico da Assembleia da República, não só por validar a importância deste património para a comunidade do século XIX, mas igualmente no seio da Família Real.

Resultante da investigação desenvolvida neste arquivo, encontramos no seu acervo documental cópia do contracto de arrendamento do Palácio e Quinta Real do Alfeite e respectiva correspondência respeitante a esta polémica.

Este passo foi acompanhado de uma minuciosa pesquisa on-line das actas das sessões parlamentares que abrangeram a Câmara Senhores Deputados, Pares do Reino (1842-1910), Corte Constituinte (18321 e Corte Constituinte (1837).

A merecer igual consideração, cite-se a pesquisa realizada no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, ao qual solicitámos auxílio na investigação do caso concreto da Capela do Palácio Real do Alfeite. Este pedido foi elaborado na sequência da documentação encontrada no Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex - DGEMN) envolvendo o Patriarcado de Lisboa, a Marinha e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Essa documentação é referente às obras de reestruturação e adaptação das instalações do Palácio Real do Alfeite para albergar a Intendência do Alfeite, que implicavam a demolição da capela existente no interior do edifício.

Pelo facto de se tratar de um espaço de culto, era imperativo a formulação de um pedido de autorização ao Patriarcado de Lisboa, quer fosse para obras, encerramento, demolição, restauro ou usufruto do espaço, assim sendo tínhamos esperança de conseguir encontrar algum vestígio da memória descritiva da antiga capela anexado ao pedido de demolição.

Pelo que no Arquivo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ex-DGEMN) a consulta da documentação digitalizada referente ao termo “Alfeite” *in* implicou uma selecção, abrangendo essencialmente a capela do Palácio Real do Alfeite e a documentação relativa às obras de reestruturação e adaptação das instalações do Palácio para admitir os serviços da Intendência do Alfeite.

Imprescindível para todo e qualquer trabalho científico é a investigação arquivística na Direcção Geral de Arquivos Torre do Tombo, que, neste caso, não podemos considerar terminada, apenas almejar que tenha sido o mais exaustiva e integral possível, porque este estudo é uma das muitas etapas que procuremos desenvolver futuramente.

Consultámos o Fundo Documental da Casa Real (datas de produção: 1611-1911) e o da Casa do Infantado (datas de acumulação: 1650-1833), bem como o Fundo Documental do Ministério da Fazenda/Finanças (datas de produção descritiva: séc. XVII-1974; predominantemente a partir de 1834) e o do Ministério da Marinha.

Tentámos, ainda, estabelecer contacto com o Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Histórico do Museu Imperial do Brasil e Arquivo Nacional do Brasil, dos quais obtivemos sempre resposta, apesar de não ser sempre a mais desejada.

Mas na sequência do nosso contacto com a Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, esta transmitiu-nos que possuíam no catálogo das Obras Raras a seguinte obra de Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, “Observações ácerca dos arrendamentos de longo praso, feito pela Vedoria da Casa real, aos sr. Duque de Saldanha, conde de Thomar [a questão do alfeite]” *in* oferecidas à Associação dos Advogados, Lisboa, de 1851, encadernada em couro com dourados e aparas douradas e pertencente à Colecção Theresa Christina Maria.

Ao nível municipal menciona-se o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa e o da Câmara Municipal de Almada.

Para além destas instituições, ainda mantivemos contactos com a Associação de Inválidos do Comércio, o Clube Militar Naval, a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros, não esquecendo o Instituto Geográfico Português, instituição detentora no seu Catálogo das Cartas Antigas de duas plantas antigas do Alfeite.<sup>1</sup>

Depois desta breve apresentação do nosso objecto de estudo, objectivos e caminhos percorridos passaremos de seguida a concentrar-mo-nos nos pontos divergentes da história do Alfeite, alicerçando as nossas afirmações nas provas documentais recolhidas e, nos casos em que as mesmas não tenham sido encontradas, estabelecendo ligações explícitas que possam ser aceites como prováveis.

Procuraremos dar a conhecer, tal como já pudemos referir anteriormente, o Palácio Real do Alfeite segundo uma perspectiva arquitectónica e artística.

Um estudo olvidado, pois os autores mencionados na bibliografia apenas se centraram na constituição do património do Alfeite, fazendo apenas brevíssimas referências no que diz respeito aos arquitectos responsáveis pelas campanhas de obras e datas prováveis das intervenções.

Desta forma pretendemos estudar, descrever e dar a conhecer uma obra de arte contribuindo para a elaboração de uma proposta viável que vise a concentração de

---

<sup>1</sup> Colaboração no âmbito do FIGIEE – Programa de Apoio ao Fornecimento de Informação Geográfica para Investigação, Ensino e Edição do Instituto Geográfico Português.

esforços em torno da conservação do nosso património, através da revitalização e readaptação do mesmo, que perpetue a sua memória histórica e testemunhal.

## **Estado da Questão**

Após demorada ponderação sobre qual rumo prosseguir na redacção do Estado da Questão, decidimos que o seu objectivo seria unicamente o saber adquirido sobre o Palácio Real do Alfeite, compilando desta maneira o que tem sido dito até este momento sobre o edifício.

Isto é, contrariamente à restante dissertação, na qual não individualizamos o edifício dos jardins, da quinta, do rio, da coutada e das restantes propriedades, neste capítulo desagregarmo-lo e individualizamo-lo.

Individualização que tem por objectivo dar a compreender a necessidade premente de realização de um estudo que focasse a sua atenção no Palácio Real do Alfeite.

Denominador comum durante a investigação, foi a escassez de referências sobre o edifício, porque independentemente do volume e qualidade da bibliografia até hoje produzida sobre o Alfeite (Quinta/Palácio), pouca aborda as características e vicissitudes do edifício.

As referências, estudos e apontamentos que os autores referenciados realizaram sobre o Palácio Real do Alfeite não são, de forma alguma, exaustivas, não abordando aspectos essenciais para o conhecimento do Palácio, como as campanhas de obras, arquitectos, mandantes, funcionalidades e características.

Neste âmbito uma das referências unanimemente mencionada pelos autores, é a provável data da construção do Palácio Real do Alfeite, em 1758,<sup>2</sup> por D. Pedro III,<sup>3</sup> filho de D. João V e marido de D. Maria I.

Mas nos vários autores comentados<sup>4</sup> nunca foi colocada a questão essencial da identidade do arquitecto responsável pelo traço deste edifício.

---

<sup>2</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Jan./Mar de 1972, pp.102-103; “Palácio e Quinta Real do Alfeite” in *Occidente, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, Março 1887, p.68, Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia do Laranjeiro, Laranjeiro, D. L. 1998; “O Paço Real do Alfeite” in *Ilustração Portuguesa*, Empresa do Jornal O Século, Lisboa, Outubro de 1905, p.763; Francisco Tomas Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, p. 26.

<sup>3</sup> D. Pedro III (n. 1717 m. 1786), baptizado Pedro Clemente Francisco José António de Bragança, Infante de Portugal, Senhor do Infantado, Grão-Prior do Crato, Duque de Beja, posteriormente Príncipe consorte do Brasil e Rei consorte de Portugal, foi o quarto filho do rei D. João V e da rainha D. Maria Ana.

Porquê? Quais as contingências para tal lapso? Infelizmente não nos foi possível compreender este facto após a leitura e análise dos diversos artigos referentes ao Palácio Real do Alfeite.

Já no decorrer do século XIX, o Palácio Real do Alfeite foi, novamente, objecto de uma intervenção de remodelação e restauro, merecedora de registo pela sua magnitude, extensão e visão, transformando um edifício humilde, rudimentar, sem ornatos, num imóvel arquitectonicamente equilibrado, esteticamente agradável, simples mas de linguagem imponente.

Esta intervenção esteve a cargo do arquitecto da Casa Real Joaquim Possidónio da Silva,<sup>5</sup> realizada por ordem de D. Pedro V,<sup>6</sup> e define exteriormente a actual configuração do palácio.

Apesar de, nesta intervenção o arquitecto estar identificado, emergem discrepâncias no que diz respeito à data da sua realização.

A biografia do Arquitecto Possidónio da Silva, da autoria de Costa Goodolfim, afirma que a construção do Palácio Real do Alfeite foi em 1838.<sup>7</sup>

Em 1849, é a data referenciada num estudo publicado em 1972 nos “Anais do Clube Militar Naval”<sup>8</sup>, complementada com a publicação na Revista da Armada de

---

<sup>4</sup> Autores que se debruçaram sobre diversas matérias relacionadas com o Alfeite: Carlos Malheiro Dias, José da Cruz Moura da Fonseca, José Alberto de Faria Xerez, José Agostinho de Sousa Mendes; A. da Silva Tullio, Tomás Trindade Leitão, Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, João Baptista de Castro, Gustavo de Matos Sequeira, Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, João Reis Ribeiro, Manuel Maria Portela, Alexandre M. Flores, José Barbosa Colen, Isidoro Barbosa da Silva Chaves, J. Semedo de Matos, João Reis Ribeiro, António Cunha Bento.

<sup>5</sup> *Archivo Pitoresco* vol. I, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1858, p. 211-212; João Reis RIBEIRO, António Cunha BENTO, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: o panorama (1837-1868) e o arquivo pitoresco (1857-1868)*, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2004, p.74; Fr. Francisco dos Prazeres MARANHÃO, *Diccionario Geographico abreviado de Portugal e suas possessões ultramarinas*, Em Casa de Viúva More-Editora, Porto, 1862, p.125; Costa GOODOLFIM, *Biographia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Typ. Universal, Lisboa, 1894, p.22; Inácio de Vilhena BARBOSA, *As cidades e villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d’armas*, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860, p.21; José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Jan./Mar de 1972, pp.95-115; José Alberto de Faria XEREZ, “O Palácio do Alfeite” in *Revista da Armada*, nº 45, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Junho, 1975, pp.14-18; “Alfeite” in *Archivo Pitoresco* vol. I, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1858, p. 212.

<sup>6</sup> D. Pedro V (n. 1837 m. 1861), de seu nome completo Pedro de Alcântara Maria Fernando Miguel Rafael Gonzaga Xavier João António Leopoldo Victor Francisco de Assis Júlio Amélio de Bragança, Bourbon e Saxe Coburgo Gotha, cognominado *O Esperançoso*, *O Bem-Amado* ou *O Muito Amado*, foi Rei de Portugal de 1853 a 1861. Era o filho mais velho da Rainha D. Maria II e do seu consorte D. Fernando II.

<sup>7</sup> Costa GOODOLFIM, *Biographia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Typ. Universal, Lisboa, 1894, p.22.

<sup>8</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Jan./Mar de 1972, pp. 102-103.

1975, da autoria de José Alberto de Faria Xerez,<sup>9</sup> para a remodelação a cargo do Arquitecto Possidónio da Silva.<sup>10</sup>

Na Revista da Armada de 1982, José Agostinho de Sousa Mendes, menciona a data de 1857 para a construção do novo Palácio Real do Alfeite.<sup>11</sup>

Focando a comemoração dos 150 Anos da chegada a Portugal da Rainha Dona Estefânia, no âmbito da edificação do Palácio Real do Alfeite, apresenta as datas de 1837 e 1857 como as mais relevantes.<sup>12</sup>

No entanto, o ano de 1857 é uma das datas mais consensuais, sendo apontada por vários autores.<sup>13</sup>

Mas a data mais tardia referenciada é 1875 para a realização da intervenção do Arquitecto Possidónio da Silva.<sup>14</sup>

No que concerne ao período após a transferência do Palácio Real do Alfeite para a Marinha, devido ao arranque do processo de instalação do Arsenal da Marinha na margem sul do Tejo, a maioria das obras realizadas serão preconizadas sob a égide da Comissão Administrativa das Novas Instalações para as forças Armadas (CANIFA) do Ministério das Obras Publicas.

Campanhas de obras executadas, mas que sobre as quais não nos foi possível encontrar nenhum estudo realizado, embora exista documentação de arquivo com potencial para a elaboração de um futuro estudo abrangendo o século XX e XXI.

---

<sup>9</sup> José Alberto de Faria Xerez (n. 1947). Pai António de Carvalho Xerez, Mãe Maria Luísa dos Santos Silva de Faria. Casado com Maria da Graça Vieira Lisboa Leite Marreiros em 1971.

<sup>10</sup> José Alberto de Faria XEREZ, “O Palácio do Alfeite” in *Revista da Armada*, nº 45, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Junho, 1975, p. 18.

<sup>11</sup> José Agostinho de Sousa MENDES, “A Quinta do Alfeite” in *Revista da Armada*, nº 135, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, 1982, p.16: “*Em 1857, D. Pedro V fez grandes melhoramentos na quinta e mandou construir um novo palácio, mais confortável e de traça mais elegante – que ainda se mantém –, para substituir o antigo.*”.

<sup>12</sup> J. Semedo de MATOS, “150 Anos da chegada a Portugal da Rainha Dona Estefânia” in *Revista da Armada*, nº 422, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Agosto 2008, p.16: “*No local do palácio sempre ali existiu um edifício com uma ponte de cais e acesso, que foi reformulado em 1837, com melhores condições para albergar a Família Real, mas as instalações que hoje conhecemos resultam da transformação mandada fazer por D. Pedro V, em 1857, de acordo com um desenho do arquitecto Possidónio da Silva.*”.

<sup>13</sup> José António Amaral Trindade CHAGAS, *Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896): contributos para a salvaguarda do património monumental português*, Dissertação de Doutoramento em Património Architectónico apresentada na. Universidade de Évora, Évora, 2003; João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* 3 vol, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1762-1763, p.1116; José Agostinho de Sousa MENDES, (...), p. 16.

<sup>14</sup> Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Palácios e Solares Portugueses*, Livraria Lello, Porto, [193-], p. 15.

Em sentido contrário à escassez de estudos sobre o Palácio Real do Alfeite, temos publicações e artigos sobre a constituição do complexo do Alfeite, descrevendo o processo de aquisição das Quintas anexas, ritmos e datas dos contractos de aquisição.

Um dos primeiros autores a se debruçar sobre esta temática foi João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, afirmando que desconhece o percurso da Quinta do Alfeite desde a sua incorporação na Ordem do Carmo até que em 1697 a comprou D. Pedro II a Geraldo Huguer Marcem por 3:700\$000 réis para a incorporar na Casa do Infantado. E que em 1707, D. João V lhe juntou a Quinta da Romeira, e outras propriedades.<sup>15</sup>

António da Silva Tullio afirma, contrariamente à restante bibliografia, que do património da Casa Vila Real só foram incorporados na Casa do Infantado os moinhos, a lagoa da albufeira e os pinhais. Que a quinta do “Alfeite” *in*<sup>16</sup> propriamente tida, foi comprada pelo rei D. Pedro II, em 1697 a Geraldo Huguer Marcem por 3.700\$000 reis. Refere, ainda, a compra por parte de D. João V, em 1707, da Quinta da Romeira ao Conde de Tarouca por 160\$000; e a do Outeiro comprada ao desembargador António da Maia Aranha por 500\$000 reis, pelo infante D. Francisco.<sup>17</sup>

Alexandre M. Flores<sup>18</sup> na publicação *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, e com base na leitura do Tombo do Alfeite de 1844, assevera uma leitura diferente no que concerne à Quinta do Alfeite, Antelmo e do Outeiro.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> João Baptista de CASTRO, (...), p. 116.

<sup>16</sup> O autor coloca a palavra Alfeite entre aspas e adiciona a seguinte nota: “È a primeira vez que achamos mencionado o nome de “Alfeite” porque até então esta quinta denominava-se da “Penha”. Relativamente a este assunto ver também João Baptista de CASTRO, (...), p. 116.

<sup>17</sup> A. da Silva TULLIO, “Alfeite” *in A Semana*, Volume II, nº 11, Março 1851, pp.130-131.

<sup>18</sup> Drº Alexandre M. Flores, nascido em Lamego em 1951. É bibliotecário, ensaísta e investigador em História Regional. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pós-graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Actualmente Chefe do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada e coordenador da revista cultural “Anais de Almada”.

<sup>19</sup> Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p. 35: “A Quinta do Alfeite, e a sua antiga coutada, cuja primitiva demarcação, que em parte ainda se conserva, tem a inscrição “Morgados dos Caminhas”, fazia parte dos bens confiscados ao marquês de Vila Real, e ao Duque de Caminha, ... A quinta do Antelmo, que se chamava Quinta da Penha, possuída por Geraldo Hugens Masseem, foi mandada comprar por El Rei Dom Pedro 2º, como consta do Alvará de 1 de Julho de 1697, pela quantia de (3:650\$000R\$)... A Quinta do Outeiro apesar de ser da Capela instituída pelo Doutor Manuel Lucas da Silva, e sua mulher Dona Catarina Josefa de Lima, administrada pelo Doutor José da Silveira Zuzarte, foi incorporada na Quinta do Alfeite por autorização da Rainha a Senhora Dona Maria 1ª, concedida por Alvará de 15 de Maio de 1789, ...”.

Afirma que a Ordem do Carmo, titular dos terrenos situados no Alfeite, alienou desde os meados do século XV alguns bens de raiz em fracções, pelo que, a Quinta do Alfeite, nos finais do século XVI, estaria entregue a João Álvares Caminha, contemporâneo de D. Álvares de Abranches, titular da Quinta de Alvalade, na circunscrição administrativa da paróquia de Santiago de Almada.<sup>20</sup>

Aquando da confiscação dos bens dos Caminhas, estes bens foram incorporados na Casa do Infantado.

E que em Agosto de 1690, a Casa do Infantado, por intermédio do seu procurador, o Desembargador Bento Teixeira de Saldanha, adquiria por sub-rogação, a Quinta da Praia do Alfeite a D. João Gomes da Silva (filho do 1ºmarquês de Alegrete), casado com a 4ªcondessa de Tarouca, D. Joana Rosa de Menezes.

António Caetano de Sousa nas *Provas do Livro VII da Historia Genealogica* apresenta a Doação de El-Rei ao Infante D. Francisco das Quintas da Murteira, do Alfeite, apoiando os termos referenciados pelo historiador Alexandre M. Flores.<sup>21</sup>

José da Cruz Moura da Fonseca, no artigo *Subsídios para a História do Alfeite*, publicado no “Anais do Clube Militar Naval” e com base no estudo do contracto entre a Casa do Infantado e o Conde de Tarouca, concluiu que, pelo menos, uma parte dos bens correspondentes ao Alfeite, pertenceriam à Ordem do Carmo, tendo sido posteriormente incorporados na Casa dos Taroucas,<sup>22</sup> a quando da criação do respectivo título. Afirma que a sucessão não foi directa, mas, através da família Menezes (condes,<sup>23</sup> duques<sup>24</sup> e

---

<sup>20</sup> Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, (...), pp.29-30.

<sup>21</sup> (D.) Antonio Caetano de SOUSA, revisão M. Lopes de Almeida, César Pegado, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântica Livraria, Coimbra, 1946-1954, pp. 451-452.

<sup>22</sup> Condado de Tarouca criado, em 1499, pelo Rei D. Manuel I de Portugal a favor de D. João de Menezes. Manoel Teles da Silva (nascido em Lisboa em 6 de Fevereiro de 1682- morto em 9 de Fevereiro de 1736 Lisboa) foi o 3º Marquês de Alegrete e 4º conde de Vilar Maior. Tinha o mesmo nome que seu avô, Manoel Teles da Silva, o 1º Marquês. Casou em 8 de Setembro de 1698 com D. Eugénia Rosa de Lorena (1683-1724) filha de D. Nuno, 1º duque de Cadaval, e Margarida de Lorena. Foram pais de Fernão Teles da Silva, nascido em 8 de Outubro de 1703, 4º Marquês de Alegrete e 5º Conde de Vilar Maior. Pertenceu ao Conselho de Estado, era Gentil-Homem da Câmara de D. João V de Portugal, Senhor de Alegrete 1729, comendador das comendas de Albufeira e numerosas outras na Ordem de Cristo.

<sup>23</sup> Título criado por Decreto do Rei D. João VI de Portugal, em 1823, a favor de D. José Luís de Sousa Botelho e Vasconcelos. Os novos Condes de Vila Real tornaram-se, posteriormente, também condes de Mangualde e de Melo.

<sup>24</sup> Título criado pelo rei D. João I de Portugal em 1415, a favor do seu terceiro filho, o Infante D. Henrique, na sequência da conquista de Ceuta, naquele ano. Juntamente com Ducado de Coimbra, criado na mesma altura, é o mais antigo ducado do país. O Infante D. Henrique, nomeia o seu sobrinho, o Infante D. Fernando seu herdeiro, tornando-se este o 2º Duque de Viseu. Com D. Fernando, torna-se num título hereditário, associado ao Ducado de Beja, do qual se tornou o primeiro titular. Em 1495 o herdeiro destes títulos, D. Manuel, 5º Duque de Viseu e 4º de Beja torna-se Rei de Portugal como D. Manuel I, sendo os títulos incorporados na coroa.

marqueses de Vila Real<sup>25</sup>) onde se entroncaram as Casa de Tarouca e de Caminha. As parcelas atribuídas aos Taroucas, vindas da Casa Vila Real, são integradas por D. Pedro II, na Casa do Infantado.

Relata, ainda, que durante o reinado já de D. João V, este junta ao património da Casa do Infantado, a Quinta do Outeiro, comprada em 1707 ao Conde de Tarouca, e a Quinta do Antelmo, comprada ao Desembargador António da Maia Aranha. E que, após morte de D. Francisco, a Casa do Infantado é herdada pelo Infante D. Pedro, para a qual adquire as Vinhas do Pagador, que pertenceriam ao D. João Francisco.

Descreve que D. João IV, herda, ainda, como Infante D. João, a Casa do Infantado, e ao património desta adiciona a Quinta da Romeira e da Bomba.

Em 2004, numa compilação de artigos publicados em periódicos reunidos na publicação: *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: o panorama (1837-1868) e arquivo pittoresco (1857-1868)*, João Reis Ribeiro e António Cunha Bento retomam esta temática.<sup>26</sup>

Tomás Trindade Leitão, na obra comemorativa *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite* das Edições Culturais da Marinha,<sup>27</sup> faz uma análise e transcrição dos trabalhos: *Subsídios para a História do Alfeite* e *O Palácio do Alfeite*, retirados, respectivamente, dos “Anais do Clube Militar Naval” e da “Revista da Armada”.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Instituído por carta do Rei D. João II de Portugal de 1 de Março de 1489, em benefício de D. Pedro de Menezes. O título sucedeu ao de Conde de Vila Real, que havia sido criado em 1424, por D. João I, a favor de D. Pedro de Menezes, avô do anterior. Os Marqueses de Vila Real foram também titulares dos Condados de Ourém, de Alcoutim e de Valença. O 7º marquês de Vila Real – D. Miguel Luís de Meneses, 2º Duque de Caminha – entrou numa conjura contra D. João IV, supostamente por obediência filial. Por ausência de descendência directa do último marquês, o título foi extinto, sendo sua representante a Marquesa de Vagos, Maria Mafalda da Silva de Noronha Wagner. O Condado de Vila Real foi recriado pelo Rei D. João VI, por Decreto de 3 de Julho de 1823, a favor de D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos.

<sup>26</sup> João Reis RIBEIRO, António Cunha BENTO, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: o panorama (1837-1868) e arquivo pittoresco (1857-1868)*, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2004, p. 74. “Alfeite”, *Arquivo Pittoresco*. Vol. I, 1858 nº 27, Janeiro, pp. 21-212: *As alternativas por que sucessivamente a quinta do Alfeite, que até ali se chamava da Penha, passou, até que, em 1697, foi por D. Pedro II comprada a Geraldo Huguer Marcem por 3:700\$000 rs. e incorporada na Casa do Infantado, instituída por D. João IV para seu filho o infante D. Pedro (o Mesmo D. Pedro II), não p sabemos. Sabe-se apenas que, depois, D. João V, em 1707, lhe juntou a quinta da Romeira, havia por sub-rogação feita com o Conde de Tarouca por 160\$000 rs. em padrão de juros; e outra quinta comprada a António da Maia Arranha, desembargador, por 500\$000 rs. , quando possuía a Casa do Infantado D. Francisco, irmão de el-Rei. O mais foi adquirido por sub-rogações e compras feitas no reinado de D. Maria I e ainda pelo infante D. Miguel, que, no primeiro de Julho de 1833, arrematou por 3:6000\$000 rs. a quinta da Piedade.”*

<sup>27</sup> Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003.

<sup>28</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Jan./Mar de 1972, pp. 95-115; José Alberto de Faria

Outros autores debruçaram-se exclusivamente sobre polémico contrato de arrendamento do Alfeite ao conde de Tomar em 1851, no âmbito mais político englobado no problemático processo de implementação do Regime Liberal em Portugal.

Um dos primeiros inflamados comentários ao Arrendamento Alfeite, ao Conde de Tomar, é preconizado pelo “O Estandarte” *in*<sup>29</sup> que é posteriormente alvo de resposta por parte do periódico “A Lei”.<sup>30</sup>

Isidoro Barbosa da Silva Chaves<sup>31</sup> faz uma análise profunda e exaustiva deste conflito politizado, comentando inclusive os artigos publicados no “O Estandarte” e “A Lei” *in* estudando o conteúdo do contrato, os requerimentos e a legalidade do arrendamento.

Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, na publicação *Questão do Alfeite*,<sup>32</sup> defende o valor económico e patrimonial do Almojarifado do Alfeite com as suas sete quintas, denegrindo os valores envolvidos no arrendamento.

José Barbosa Colen, em *Entre Duas Revoluções 1848-1851*,<sup>33</sup> comenta toda a polémica gerada em torno do contrato e faz defesa à posição da Rainha expondo os argumentos que justificam tal opção.

Fernando de Castro Brandão, menciona na sua publicação o decreto concedendo ao Conde de Tomar, Costa Cabral, o arrendamento por 100 anos das terras e quinta real do Alfeite.<sup>34</sup>

A proclamação da República e a consequente transferência dos bens reais para a Fazenda Nacional, têm consequências no futuro do Palácio Real do Alfeite e das quintas anexas.

Nomeadamente a transformação do complexo do Alfeite em Estação Agronómica do Alfeite.

---

XEREZ, “O Palácio do Alfeite” *in* *Revista da Armada*, nº 45, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Junho, 1975, pp. 14-18.

<sup>29</sup> *O Estandarte* nº 906, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 3859-3861.

<sup>30</sup> “Parte Política” *in* *A Lei* nº 442, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 7-8.

<sup>31</sup> Isidoro Barbosa da Silva CHAVES, *Analyse d’un artigo anonimo inserto no Estandarte 906 com respeito aos arrendamentos do Tojalinho e do Alfeite: precedida e seguida do exame de todas as questões que por ocasião de taes contractos se tem agitado na tribuna e na imprensa*, Typ. da Empresa da Lei, Lisboa, 1851.

<sup>32</sup> Francisco António Fernandes da Silva FERRÃO, *Questão do Alfeite*, Typ. da Rev. Universal Lisbonense, Lisboa, 1851, pp. XVII – XIX.

<sup>33</sup> José Barbosa COLEN, *Entre Duas Revoluções 1848-1851*, 2 vols, Publicações Manuel Gomes, Lisboa, 1902, pp. 346-351.

<sup>34</sup> Fernando de Castro BRANDÃO, *Da Monarquia Constitucional à República: 1834-1910 - uma cronologia*, Lisboa, Europress, 2003, p. 73.

Experiência agrícola descrita num periódico “O Dia” de 18 de Abril de 1912, posteriormente republicado nos “Anais do Clube Militar Naval” *in*<sup>35</sup> no qual se relata as transformações que ocorreram nos terrenos agrícolas do Alfeite.

Em resumo, os desafios que nos aguardam começam por tentar traçar documentalmente a constituição das denominadas “Sete Quintas Reais do Alfeite” *in* de forma a se conseguir esclarecer as dúvidas até hoje existentes.

No âmbito restrito do Palácio Real do Alfeite pretendemos estudar as campanhas de obras, identificando os arquitectos e planos de intervenção optados.

Observarmos o edifício numa perspectiva histórico-artística, possibilitando o estudo das características artísticas e arquitectónicas que o edifício teve.

Não esquecendo os jardins, que completavam o Palácio, e a vertente agrícola que tanta importância tinha para a vitalidade e dinâmica da estrutura palaciana e anexos.

Permitindo-nos, desta forma, dar a conhecer o Palácio Real do Alfeite que, apesar de não estar acessível ao público por pertencer a uma instituição militar com as previsíveis condicionantes de segurança, se encontra preservado e activo.

Estudo compartimentado pelos marcos mais importantes da história do Palácio Real do Alfeite, isto é, integração na Casa do Infantado, depois Casa Real e, por último, Fazenda Nacional e Marinha.

---

<sup>35</sup> Carlos Malheiro DIAS, “Vicissitudes de uma Quinta Real: um passeio ao Alfeite”, *in Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Clube Militar Naval, Janeiro-Março 1959, pp.123-128.

## **I. Enquadramento Histórico do Almojarifado do Alfeite**

### **I.1. Enquadramento Histórico da Quinta Real do Alfeite e do Palácio Real do Alfeite**

Antes de iniciar a apresentação do enquadramento histórico do Alfeite devo relembrar a importância de contextualizar em termos históricos o nosso objecto de estudo.

Perguntam-nos, então, porque é tão importante rastrear a origem histórica do Alfeite?

A importância deste rastreio, opção claramente assumida, reside na necessidade de pesquisar dados objectivos e fidedignos que possam conduzir à confirmação ou infirmação da verdadeira importância do nosso objecto de estudo.

Não acreditamos que seja possível perceber o percurso artístico e funcional do Palácio Real do Alfeite, sem apresentar primeiro por exemplo o Termo do Alfeite ou sem fazer referência ao crescimento da Quinta Real do Alfeite e restantes propriedades.

Assim, optamos por não isolarmos o edifício mas, pelo contrário, por incluímos as diversas vertentes que constituem o todo.

Desta forma, fazemos uma breve referência ao percurso do Alfeite integrado no Termo de Almada, iniciando uma aprofundada narrativa após o que consideramos ser o momento chave para o Alfeite, isto é, após a sua integração na Casa do Infantado.

Datam do final do século XIII, por ocasião da tomada da cidade de Lisboa por D. Afonso Henriques aos Mouros, as primeiras referências ao Termo de Almada e, conseqüentemente, ao Alfeite, como recompensa pelo auxílio militar prestado pelos cruzados ingleses, na conquista da cidade.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> A. da Silva TULLIO, “Alfeite” in *A Semana*, Volume II, nº 8, Fevereiro 1851, pp.98-99; José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp.95-115; Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, p.11.

Termo de Almada, que em 1186, foi incluído na doação de D. Sancho I à Ordem de Santiago ou Espatários.<sup>37</sup>

A posterior separação da Ordem de Santiago da Espada do Mestrado de Castela, sob a regência de D. Dinis, permite que os bens da Ordem situados na região entre o Tejo e o Sado fossem incorporados na Coroa, em troca das vilas de Almodôvar e Ourique e dos castelos de Monchique e Aljezur.<sup>38</sup>

Surge ainda referência à Vila de Almada nos termos da carta de dote que o rei D. Fernando redige, aquando do seu casamento com D. Leonor Telles de Menezes.<sup>39</sup>

Que passou posteriormente para a posse do judeu David Negro, Almojarife das Alfândegas do Reino, por doação de D. Leonor Teles.<sup>40</sup>

Na crise de dinastia após a morte do rei D. Fernando, e perante a aliança entre a Rainha e o judeu David Negro, este último é considerado um traidor à pátria, pelo que

---

<sup>37</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, p.97.

<sup>38</sup> Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.44: “A.N.T.T. – Chancelaria de D. Dinis, Liv. 3, fls. 2, 2v, 5 e 5 v”. Sobre este assunto ver também: Alexandre M. FLORES, *Almada na carta de escambo entre D. Dinis e os espatários em 1297 Sep. de Espaço Cultural Aljezur*, nº 1, 1986; Alexandre M. FLORES, *Almada: sua circunscrição municipal*, Almada, 1996, pp.20 e segs., Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, “Alfeite Resenha Geográfica e Histórica” in *Anais de Almada*, 9-10, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 2008, pp.117-139.

<sup>39</sup> A. da Silva TULLIO, “Alfeite” in *A Semana*, Volume II, nº 8, Fevereiro 1851, p.98: “na carta de dote e arrhas que el-rei D. Fernando deu a D. Leonor Telles de Menezes, ..., diz ele (entre outros muitos termos carinhosos que tornam este documento singular) – que ela lhe “pedira” para seu dote, além de outras, a vila de Almada, com todas suas herdades, casaes, quintas, asenhas, esteiros, entradas e saídas, rocios, fontes, rios, ribeiros, portos, pescarias, direitos reaes, dizimas do mar e pescados reaes, com todalas mais pertenças...”; José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, p.98; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.45: “A.N.T.T.-Chancelaria de D. Fernando, Liv. 2, fl.60; *Fernão Lopes - Crónica de D. Fernando*, Cap. LXII, p.166”; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, “Alfeite Resenha Geográfica e Histórica” in *Anais de Almada*, 9-10, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 2008, p.123; João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* vol I, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1762-1763, p.1116; Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, p.12.

<sup>40</sup> Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.46: “A.N.T.T.-Chancelaria de D. Fernando, Livro III, fl. 80 v; *idem - Estremadura*, Liv. XI, fls. 196-197; *referenciado por Maria José Pimenta ferro – Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1979, p. 127”; João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* vol I, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1762-1763, p. 1116.

os seus bens são confiscados e entregues a Nuno Alvares Pereira,<sup>41</sup> por carta datada de Lisboa aos 6 de Março da era de 1422 (ano de 1384).<sup>42</sup>

No entanto, a legítima posse dos terrenos por D. Nuno Alvares Pereira vai ser alvo de contestação por parte de D. Cinfa, após a morte de seu marido, o judeu David Negro.

E, apesar da carta de confirmação,<sup>43</sup> feita por D. João I, a questão só ficou resolvida em escritura pública em 1393, em que D. Cinfa fica com a posse dos terrenos de Almada e D. Nuno Alvares Pereira, com os de Lisboa, Camarate, foros de Sacavém, etc.

Posteriormente, D. Nuno Alvares Pereira adquire à viúva os terrenos de Almada,<sup>44</sup> tendo como objectivo, ampliar o património que já tinha em Algenoa, Amora, Arrentela e Corroios.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> Nuno Álvares Pereira (n. 1360 m. 1431), também conhecido como o Santo Condestável ou Beato Nuno de Santa Maria, foi um general português do século XIV que desempenhou um papel fundamental na crise de 1383-1385, onde Portugal jogou a sua independência contra Castela.

<sup>42</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, p.98: “Dom João pela graça de Deus Mestre da Ordem de Aviz e filho de mui nobre rei D. Pedro, e Regedor e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve. Aquantos esta carta virem fazemos saber que nós, querendo fazer graça e mercê a Nuno Alvares Pereira, nosso vassalo, e darmos-lhe doação cumprida logo deste dia para todo o sempre a ele e a todos os seus sucessores que depois de cele vierem, de todos os bens de raiz de David Negro Almoxarife que foi D’el-rei D. Fernando nosso irmão, que Deus perdoe e aja nos ditos reinos, assim os que ele regia à sua mão e havia na sua posse, como outros quaisquer bens que outras pessoas quaisquer e de qualquer condição trouxessem ou ministrassem por ele...”; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.27: “Dom João, pela graça de Deus, Mestre da Cavalaria da Ordem de Aviz, e filho do muito nobre Rey D. Pedro, e Regedor, e Defensor dos Reinos de Portugal, e do Algarve, Aquantos esta carta virem fazemos saber, que nós querendo fazer graça, e mercê a Nuno Alvares Pereira nosso vassalo e darmos-lhe doação (...) de todos os bens de raiz de David negro, Almoxarife que foi del Rey D. Fernando nosso irmão (...)”, Frei José Pereira de Sant’Anna, *Crónica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus domínios*, Lisboa, Officina dos herdeiros de António Pedrozo, 1745, Tomo I, p.812;

Sobre este assunto ver também: Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Alfeite Resenha Geográfica e Histórica*, “Anais de Almada”, 9-10, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 2008, p. 124; Flores, Alexandre M., *Almada e a revolução de 1383-1385 na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes*, Almada, 1984; Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom Joham I de Boa Memória e dos Reis de Portugal o décimo – Parte Primeira (...)*, prep. Por Anselmo Braancamp Freire, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977 referenciado por Alexandre M. Flores.

<sup>43</sup> Carta de confirmação datada de 30 de Março de 1389; José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, p.99; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.27, Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, p.13.

<sup>44</sup> Em 28 de Julho de 1404.

António da Silva Tullio refere na sua publicação a existência de um relato deste processo no cartório dos Frades do Carmo, mas o qual não conseguiu identificar, apenas afirmando ter tido conhecimento "*in loco*" de algumas transcrições impressas.

Menciona, ainda, uma possibilidade relativa a um português residente em Amesterdão, ter em sua posse uma biografia completa,<sup>46</sup> aspectos que não conseguiu comprovar por falta de referências do próprio autor que permitissem o rastreio destes indícios.

D. Nuno Alvares Pereira refugiou-se no fim do seu percurso político e militar nos paços de Almada.<sup>47</sup>

A derradeira contestação pela legitimidade da posse dos territórios, termina na celebração de um acordo, tendo como testemunha o Doutor João das Regras, em 29 de Setembro do ano 1441 (ano de 1403).<sup>48</sup>

D. Nuno Alvares Pereira, aquando da sua morte, procede à doação dos seus bens à Ordem de Santa Maria do Carmo.<sup>49</sup>

Incluindo numa dessas doações os bens da vila de Almada, como demonstram as considerações feitas por J. Pereira de Sant'Ana, frade carmelita,<sup>50</sup> e narradas

---

<sup>45</sup> A. da Silva TULLIO, "Alfeite" in *A Semana*, Volume II, nº 8, Fevereiro 1851, p. 98; José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, "Subsídios para a História do Alfeite" in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, p. 99.

<sup>46</sup> A. da Silva TULLIO, "Alfeite" in *A Semana*, Volume II, nº 9, Março 1851, p. 110.

<sup>47</sup> A. da Silva TULLIO, "Alfeite" in *A Semana*, Volume II, nº 9, Março 1851, p.111: "*Passados annos, quando elle já retirado aos seus paços de Almada, sem deixar de vigiar pela obra do convento do Carmo de Lisboa, se dedicava a agricultura, desbravando e enriquecendo o sitio do Alfeite (...)*".

<sup>48</sup> A. da Silva TULLIO, "Alfeite" in *A Semana*, Volume II, nº 9, Março 1851, p.112: "*na escriptura de transacção e amigável composição entre el-rei D. João I e o condestável de Portugal*"; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.28; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.47: "*A.N.T.T. Chancelaria de D. João I, Livro I, fl. 82 v; Frei José Pereira de Sant'Anna, Crónica dos Carmelitas da Antiga e Regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus domínios, Lisboa, Officina dos herdeiros de António Pedrozo, 1745, Tomo I, p.813-816*"; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Alfeite Resenha Geográfica e Histórica*, "Anais de Almada", 9-10, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 2008, p.126.

<sup>49</sup> Ordem dos Irmãos da Bem Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, comumente designada de Carmelitas ou Ordem do Carmo. Fundação aproximadamente por volta de 1212 (século XIII) no Monte Carmelo na Palestina por Alberto de Jerusalém. Em Portugal designa-se por Ordem do Carmo e fixa-se no território nacional nos finais do século XIII, em Moura. Tem como carisma e missão Meditar dia e noite na Lei do Senhor. Ordem mendicante, contemplativa, incidindo a sua acção apostólica através da oração, direcção espiritual e vida paroquial. A. da Silva TULLIO, "Alfeite" in *A Semana*, Volume II, nº 9, Março 1851, p.112: "...fazendo doação destes e outros bens à ordem de Santa Maria do Carmo," para serviço de Deus e da Virgem sua Madre," por escritura de 28 de Julho da era de 1442 (anno de 1404) (...)"

<sup>50</sup> Crónica dos Carmelitas da Antiga e regular Observância nestes Reinos de Portugal e seus Domínios 1741-1751, BNP H6-908-9A: "*Depois que principiou a administração dos officios Divinos neste convento,*

extensivamente pelo Comodoro José da Cruz Moura da Fonseca, o qual transcreve inclusive os termos da escritura na sua publicação.<sup>51</sup>

As propriedades do termo de Almada, doadas a D. Nuno Alvares Pereira e, consequentemente, doadas por este à Ordem do Carmo, vão ser alvo de posteriores divisões.

Neste período compreendido entre a integração na Ordem do Carmo das propriedades do Alfeite até à integração na Casa do Infantado, os autores reflectem carências de testemunhos, causando, inclusive, uma interrupção na narrativa.

Exceptua-se o trabalho realizado por Alexandre Flores,<sup>52</sup> estudioso que se tem debruçado sobre a história de Almada, sem nunca ignorar o Alfeite.<sup>53</sup>

Sendo coadjuvado nestes estudos pelo também investigador e historiador António M. Neves Policarpo.<sup>54</sup>

---

*contavam-se poucos anos, quando o mesmo Senhor condestável o dotou de rendas bastantes a lhe restituir um avultado património; procurando enriquecê-lo de sorte, que também se desse a conhecer por seu na opulência. Para que o culto de deus, e de sua mãe Santíssima se conservasse ali em toda a duração do mundo, que destes se utilizassem seus netos como herdeiros e administradores; e dispondo dos outros em forma que houvessem de servir para a conservação dos Ritos Sagrados, e sustento dos religiosos; que posto não acabava de nomear, os que do mesmo convento tinham de gozar a propriedade, era seu intento perpetuar o necessário rendimento para aqueles, que actualmente lhe possuem o uso. Achando-se, pois nos seus paços da vila de Almada, celebrou, e fez valiosa doação de muitos dos seus bens que anexou a este convento, mediante uma escritura publica feita por Martim Vicente, tabelião da mesma vila, em 28 de Julho da era de César de 1442, que vem a ser o ano de Cristo de 1404, na qual exprime o motivo principal de pôr em execução esta obra tão pia, e também os bens doados.”*

<sup>51</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, p.101.

<sup>52</sup> Alexandre M. Flores, nascido em Lamego em 1951. É bibliotecário, ensaísta e investigador em História Regional, Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pós-graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Actualmente Chefe do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada e coordenador da revista cultural *Anais de Almada*.

<sup>53</sup> Alexandre M. FLORES, *Almada antiga e moderna: roteiro iconográfico*, 3o vols. Freguesia da Cova da Piedade. – 1990, 1ª Edição, Câmara Municipal de Almada, Almada, 1985-1990; Alexandre M. FLORES, *A imprensa periódica almadense: séculos XIX e XX*, Sep. de *Movimento Cultural*, [s.n.], Lisboa, 1985. Alexandre M. FLORES, *Os Livros de Registo Paroquial do Distrito de Setúbal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 1988; Alexandre M. FLORES, *Grupo para as Comemorações do VIII Centenário do Foral de Almada, co-autor Foral de Almada: 1190: álbum documental e iconográfico / texto e iconografia Alexandre M. Flores; org. Grupo para as Comemorações do VIII Centenário do Foral de Almada*, Câmara Municipal, Almada, 1991; Alexandre M. FLORES, *Almada na carta de escambo entre D. Dinis e os espadatários em 1297* Sep. de *Espaço Cultural Aljezur*, nº 1, 1986; Alexandre M. FLORES, *Almada: sua circunscrição municipal*, Almada, 1996, pp.20 e segs.; Alexandre M. FLORES António Neves POLICARPO, *Alfeite Resenha Geográfica e Histórica*, “Anais de Almada”, 9-10, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 2008, pp. 117-139.

<sup>54</sup> António Manuel Neves Policarpo, nascido no bairro Operário do Alfeite em 1946. Ingressa no Arsenal do Alfeite como aprendiz em 1961. Co-fundador do Centro Cultural de Almada e da Associação Alma Alentejana, deputado municipal e vogal do pelouro da cultura da Junta de Freguesia da Cova da Piedade e presidente da Assembleia dessa Autarquia. Trabalhos publicados: “*A Torre Velha da Caparica*”, “*Bruxarias, Esconjuros e Supertições*”, “*Almada no Terramoto de 1755*”, entre muitos outros.

Estes autores afirmam que a Ordem do Carmo, desde os meados do século XV, alienou alguns bens de raiz em fracções, pelo que a Quinta do Alfeite, nos finais do século XVI, estaria entregue a João Álvares Caminha, contemporâneo de D. Álvares de Abranches, titular da Quinta de Alvalade, na circunscrição administrativa da paróquia de Santiago de Almada.<sup>55</sup>

Após a separação das propriedades do Termo de Almada por diversas Casas senhoriais existentes, um acontecimento proporcionará o seu reagrupamento sob o domínio de uma só.

Assinala-se a Restauração,<sup>56</sup> com o seu clima de instabilidade política com constantes conjuras e traições ao governo do duque de Bragança, sucessivas fugas para Castela de facções da nobreza e clero, adopção de medidas legislativas visando o reforço do poder real, aplicação de pesadas sanções para todos aqueles que conspirassem contra o poder vigente, entre muitos outros acontecimentos.<sup>57</sup>

A conspiração foi liderada por D. Sebastião de Noronha, arcebispo de Braga, apoiada por D. Luís de Noronha e Menezes, Marquês de Vila Real, pelo Duque de Caminha seu filho, pelo Conde de Armamar, e outros. Derrotada, teve como castigo a morte dos mesmos e o consequente sequestro dos seus bens, o que resultou na aglomeração deste património sob a alçada do poder real.

Assim, com o património confiscado ao Marquês de Vila Real e Duque de Caminha, decidiu por decreto D. João V instituir a Casa do Infantado.<sup>58</sup>

O fundamento central para tal iniciativa foi a necessidade de assegurar a permanência do filho segundo no reino, para evitar crises de sucessão, e a promoção da

---

<sup>55</sup> Alexandre M. FLORES António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, pp. 29-30.

<sup>56</sup> Restauração da Independência é a designação dada à revolta iniciada em 1 de Dezembro de 1640 contra a tentativa de anulação da independência do Reino de Portugal por parte da dinastia filipina, e que vem a culminar com a instauração da Dinastia Portuguesa da casa de Bragança. É comemorada anualmente em Portugal por um feriado no dia 1 de Dezembro.

<sup>57</sup> J. J. Andrade e SILVA, *Collecção Chronologica de Legislação Portuguesa*, vol. 5, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, Lisboa, 1856, p.11.

<sup>58</sup> Instituição régia fundada em 11 de Agosto de 1654 por D. João IV, a favor do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II, com o intuito de assegurar a sobrevivência do filho segundo através da Carta Régia de Lisboa, 11 de Agosto de 1654, (D.) António Caetano de SOUSA, revisão M. Lopes de Almeida, César Pegado, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ªed., T. VII, Atlântica Livraria, Coimbra, 1949, p. 242, pub. Provas, T. V, Parte I, pp. 27-29.

sua sustentabilidade e da sua linhagem em condições dignificantes do seu estatuto. Para além destes, outros motivos existiriam mas que não são alvo deste estudo.<sup>59</sup>

A partir deste momento, o Alfeite deixa de ser uma propriedade rural nobre, para se transformar numa propriedade do Infante e da Família Real, crescendo desta forma em importância, riqueza e dimensão.

Este facto antecede a data de maior relevo para os autores, no que diz respeito ao Alfeite e suas propriedades: 1690 é a data do contrato<sup>60</sup> entre a Casa do Infantado e o Conde de Tarouca, João Gomes da Silva, marido da 4ª Condessa de Tarouca,<sup>61</sup> o qual integra naquela Casa, as Quintas do Alfeite, desde a Ponta dos Corvos ao Outeiro.<sup>62</sup>

Com base neste documento,<sup>63</sup> José da Cruz Moura da Fonseca no artigo *Subsídios para a História do Alfeite*,<sup>64</sup> concluiu que, pelo menos, uma parte dos bens correspondentes ao Alfeite, pertenceriam à Ordem do Carmo, tendo sido posteriormente incorporados na Casa dos Taroucas,<sup>65</sup> aquando da criação do respectivo título.

Afirmando, ainda, que a sucessão não foi directa, mas através da família Menezes (condes,<sup>66</sup> duques<sup>67</sup> e marqueses de Vila Real<sup>68</sup>), onde se entroncaram as Casas de Tarouca e de Caminha.

---

<sup>59</sup> Sobre este assunto ver: Francisco António Fernandez da Silva FERRÃO, *Tractado sobre direitos e encargos da Sereníssima Casa de Bragança*, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, Lisboa, 1852; Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971; Maria Paula LOURENÇO, *A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706: formas e práticas administrativas de um património senhorial*, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica: Centro de História da Universidade, Lisboa, 1995; António Pequito Caldeira PIRES, *História do Palácio Nacional de Queluz*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924-1926; Maria Paula LOURENÇO, “A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706: formas e práticas administrativas de um património senhorial” in *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de História Moderna em Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986, pp.821-839.

<sup>60</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 1.

<sup>61</sup> D. Joana Rosa de Menezes, 4ª condessa de Tarouca (n.1670 m.1734). Casada com João Gomes da Silva, feito 4º conde de Tarouca, Embaixador de Portugal ao Imperador Carlos VI e Mordomo-mor da Rainha D. Maria Ana de Áustria.

<sup>62</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 1, 5 e 6; José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp.101-102; Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, pp. 15-16.

<sup>63</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 1.

<sup>64</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp.101-102.

<sup>65</sup> Título criado por D. Manuel I, Rei de Portugal por carta de 24-04-1499, a favor de D. João de Menezes, 1º conde de Tarouca.

<sup>66</sup> Título criado por Decreto do Rei D. João VI de Portugal, em 1823, a favor de D. José Luís de Sousa Botelho e Vasconcelos. Os novos Condes de Vila Real tornaram-se, posteriormente, também condes de Mangualde e de Melo.

Para consolidar esta afirmação, menciona os marcos (infelizmente perdidos) da Tombação de 1792,<sup>69</sup> nos quais, pelo menos em três deles, se poderiam distinguir inscrições relativas ao Carmo, Infantado e Caminha.

Deduz ainda este autor que as propriedades do termo de Almada, doadas a D. Nuno Alvares Pereira e, conseqüentemente, doadas por este à Ordem do Carmo, sofreram divisões, nas quais umas parcelas se mantiveram na Ordem, e as restantes passaram à Casa Vila Real. As parcelas atribuídas aos Taroucas, vindas da Casa Vila Real, são integradas por D. Pedro II, na Casa do Infantado.<sup>70</sup>

Conclusões podem ainda ser tiradas quando se abordar a constituição do Almojarifado do Alfeite, que constará da Quinta Real do Alfeite, da Piedade, do Outeiro, da Romeira, do Antelmo, da Quintinha e da Bomba.

O 1º Senhor do Infantado, D. Pedro de Bragança,<sup>71</sup> integrou no património da Casa do Infantado a Quinta do Alfeite pertencente ao Conde de Tarouca, conforme contrato entre as duas partes datado de 1690.<sup>72</sup>

Neste contrato vem referido a existência de diversas casas que necessitariam de grandes reparações, para além da propriedade agrícola que também necessitava de rentabilização.<sup>73</sup>

---

<sup>67</sup> Título criado pelo rei D. João I de Portugal em 1415, a favor do seu terceiro filho, o Infante D. Henrique, na sequência da conquista de Ceuta, naquele ano. Juntamente com Ducado de Coimbra, criado na mesma altura, é o mais antigo ducado do país. O Infante D. Henrique, nomeia o seu sobrinho, o Infante D. Fernando seu herdeiro, tornando-se este o 2º Duque de Viseu. Com D. Fernando, torna-se num título hereditário, associado ao Ducado de Beja, do qual se tornou o primeiro titular. Em 1495 o herdeiro destes títulos, D. Manuel, 5º Duque de Viseu e 4º de Beja torna-se Rei de Portugal como D. Manuel I, sendo os títulos incorporados na coroa.

<sup>68</sup> Instituído por carta do Rei D. João II de Portugal de 1 de Março de 1489, em benefício de D. Pedro de Menezes. O título sucedeu ao de Conde de Vila Real, que havia sido criado em 1424, por D. João I, a favor de D. Pedro de Menezes, avô do anterior. Os Marqueses de Vila Real foram também titulares dos Condados de Ourém, de Alcútem e de Valença. O 7º marquês de Vila Real – D. Miguel Luís de Meneses, 2º Duque de Caminha – entrou numa conjura contra D. João IV, supostamente por obediência filial. Por ausência de descendência directa do último marquês, o título foi extinto, sendo sua representante a Marquesa de Vagos, Maria Mafalda da Silva de Noronha Wagner. O Condado de Vila Real foi recriado pelo Rei D. João VI, por Decreto de 3 de Julho de 1823, a favor de D. José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos.

<sup>69</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 7; Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 18 e 19.

<sup>70</sup> Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, pp. 17-18.

<sup>71</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 65.

<sup>72</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 1: “*El-Rei faço saber que o Doutor Bento Teixeira de Saldanha, procurador da Casa do Infantado e o Conde de Tarouca me representam por sua petição que o dito conde era possuidor de uma quinta chamada de Alfeite do termo da vila de Almada (...)*”.

<sup>73</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 1: “*...dito conde era possuidor de uma quinta chamada de Alfeite do termo da vila de Almada, a qual era de morgado da dita casa, porém que a dita quinta lhe*

O edifício mencionado neste contrato, julgamos ser o representado nas plantas datadas de 1825,<sup>74</sup> como abordaremos no capítulo dedicado ao Palácio Real do Alfeite.<sup>75</sup>

Esta quinta será para anexar à parcela já detida pela Casa do Infantado, devido ao processo de expropriação dos bens da Casa dos Vila Real, que proporcionou, em 1654, a criação da Casa do Infantado.

Em seguida, D. Pedro II mandou adquirir para a Casa do Infantado, a Quinta do Antelmo, que se chamava Quinta da Penha, possuída por Geraldo Hugens Massem, como consta do Alvará de 1 de Julho de 1697.<sup>76</sup>

E ainda sob a supervisão deste monarca é realizada uma última aquisição, os Viveiros dos Salgados.<sup>77</sup>

Em 1704, D. Pedro II procede à doação da Casa do Infantado ao seu filho, o Infante D. Francisco de Bragança, Duque de Beja.<sup>78</sup>

Este Infante acrescenta, ao património existente no Alfeite, a Quintinha, comprada ao Capitão Joaquim António de Moraes por 7.272\$730,<sup>79</sup> posteriormente, por Alvará de 15 de Maio de 1789, adquire a Quinta do Outeiro.

Apesar da Quinta do Outeiro ser da Capela instituída pelo Doutor Manuel Lucas da Silva, e sua mulher Dona Catarina Josefa de Lima, e administrada pelo Doutor José da Silveira Zuzarte, foi incorporada na Quinta do Alfeite por autorização da Rainha a Senhora Dona Maria I.<sup>80</sup>

A parcela de terreno denominada Baldio é incorporada no património do Infantado também por mercê da Rainha em 1789.<sup>81</sup>

---

*custava muito a fabricar e reparar e necessitavam as casa dele de grandes consertos e as fazendas também de muito dispêndio para darem rendimento por estar tudo muito danificado (...)*”.

<sup>74</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>75</sup> Ver capítulo II. Enquadramento Arquitectónico do Palácio Real do Alfeite, II.1 As campanhas de obras do Palácio Real do Alfeite.

<sup>76</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 6, 7, 13 e 15.

<sup>77</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 7, 13 e 15.

<sup>78</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 2; Maria Paula LOURENÇO, *A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706: formas e práticas administrativas de um património senhorial*, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica: Centro de História da Universidade, Lisboa, 1995, p. 35; Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 66.

<sup>79</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 3, 7, 13 e 15.

<sup>80</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 6, 7, 13 e 15.

<sup>81</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 7, 13 e 15.

Com a morte de D. Francisco, a Casa do Infantado é herdada pelo Infante D. Pedro de Bragança, irmão de D. José, depois Rei D. Pedro III, pelo casamento com a sobrinha D. Maria I.<sup>82</sup>

Este monarca prosseguiu com a política de enriquecimento e crescimento do património da Casa do Infantado com propriedades situadas em torno da Quinta Real do Alfeite, como, por exemplo, as Vinhas do Pagador, que pertenciam a D. João Francisco, o qual doa em testamento todos os seus bens à Casa do Infantado.<sup>83</sup>

D. João de Bragança, depois Rei D. João VI por morte de seu irmão D. José de Bragança, herda, ainda, como Infante D. João,<sup>84</sup> a Casa do Infantado, e adiciona à Casa e ao Almojarifado do Alfeite, a Quinta da Romeira<sup>85</sup> e a da Bomba.<sup>86</sup>

Por último e derradeiro herdeiro da Casa do Infantado, antes da sua extinção, D. Miguel de Bragança,<sup>87</sup> acrescenta ao Alfeite a Quinta da Piedade, comprada em hasta pública em 1 de Julho de 1833.<sup>88</sup>

Dos pinhais não encontramos registo; apenas se pode constatar que nos tombos consta a sua incorporação no património da Casa do Infantado, anexado-os ao património existente no Alfeite.

Concluimos inequivocamente que a política vigente durante a administração da Casa do Infantado, foi a concentração das propriedades circundantes à Quinta Real do Alfeite, propriedade da Casa dos Vila Real, independentemente das formas administrativas utilizadas para o fim.

Julgamos necessário (ou, pelo menos, conveniente) explicar que existem discrepâncias entre os autores no que diz respeito à aquisição das Quintas circundantes da Quinta Real do Alfeite por parte da Casa do Infantado, conforme explicamos em nota de rodapé.<sup>89</sup>

---

<sup>82</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 69.

<sup>83</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 4, 7, 9, 13 e 15.

<sup>84</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 181.

<sup>85</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 8, 13 e 15.

<sup>86</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 11, 13 e 15.

<sup>87</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 212.

<sup>88</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 11, 13 e 15.

<sup>89</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp.103-104: refere que D. João V junta ao património da Casa do Infantado, a Quinta do Outeiro,

Com a extinção em 1834 da Casa do Infantado, através do decreto de 18 de Março, de D. Pedro IV, o futuro do Alfeite apresenta-se incerto.<sup>90</sup>

À data da extinção da Casa do Infantado, o Almojarifado do Alfeite compreendia as Quintas do Alfeite, da Piedade, do Outeiro, da Romeira, do Antelmo, da Quintinha e da Bomba, em que estavam incluídos, os pinhais de Corroios e do Cabral na margem do Rio Judeu, os moinhos do Galvão, da Passagem, do Capitão e da Torre, hoje pertencentes ao actual concelho do Seixal.

Perfaziam no seu total sete quintas reais, advindo daí a denominação “Sete Quintas Reais”.<sup>91</sup>

Após a referida extinção, todos os bens da Casa do Infantado são transferidos para a posse da Fazenda Real, excepto os Palácios de Queluz, Bemposta, Caxias, Samora Correia, Monteiro e Alfeite, que permanecem para usufruto da corte.

A partir deste momento, a Quinta Real do Alfeite passa a ser administrada pela Casa Real.

---

comprada em 1707 ao Conde de Tarouca, e a Quinta do Antelmo, comprada ao Desembargador António da Maia Aranha. E que posteriormente João VI, herda, ainda, como Infante D. João, a Casa do Infantado, e ao património desta adiciona a Quinta da Romeira e da Bomba; A. da Silva TULLIO, “Alfeite” *in A Semana*, Volume II, nº 11, Março 1851, pp.130-131: afirma, contrariamente à restante bibliografia, que do património da Casa Vila Real só foram incorporados na Casa do Infantado os moinhos, a Lagoa da albufeira e os pinhais. Que a quinta do “Alfeite” (O autor coloca a palavra Alfeite entre aspas e adiciona a seguinte nota: “É a primeira vez que achamos mencionado o nome de “Alfeite” porque até então esta quinta denominava-se da “Penha”. Relativamente a este assunto ver também João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, I vol, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1762-1763, p. 116), propriamente tida, foi comprada pelo rei D. Pedro II, em 1697 a Geraldo Huguer Marcem por 3.700\$000 reis. Refere, ainda, a compra por parte de D. João V, em 1707, da Quinta da Romeira ao Conde de Tarouca por 160\$000; e a do Outeiro comprada ao desembargador António da Maia Aranha por 500\$000 reis, pelo infante D. Francisco; Flores, Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p. 35: “A Quinta do Alfeite, e a sua antiga coutada, cuja primitiva demarcação, que em parte ainda se conserva, tem a inscrição “Morgados dos Caminhas”, fazia parte dos bens confiscados ao marquês de Vila Real, e ao Duque de Caminha, ... A quinta do Antelmo, que se chamava Quinta da Penha, possuída por Geraldo Hugens Massem, foi mandada comprar por El Rei Dom Pedro 2º, como consta do Alvará de 1 de Julho de 1697, pela quantia de (3:650\$000R<sup>s</sup>)... A Quinta do Outeiro apesar de ser da Capela instituída pelo Doutor Manuel Lucas da Silva, e sua mulher Dona Catarina Josefa de Lima, administrada pelo Doutor José da Silveira Zuzarte, foi incorporada na Quinta do Alfeite por autorização da Rainha a Senhora Dona Maria 1ª, concedida por Alvará de 15 de Maio de 1789, (...)”.

<sup>90</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 10.

J. Semedo de MATOS, “150 Anos da chegada a Portugal da Rainha Dona Estefânia” *in Revista da Armada*, nº 422, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Agosto 2008, p.16: “Foi, aliás, muito frequentado pelos monarcas seguintes, até D. Carlos, de que se dizia que estava “nas suas sete quintas” (eram sete as quintas do Real Sítio do Alfeite) quando para ali ia à caça. Era no jardim que, por vezes, se efectuavam pequenos piqueniques para convidados restritos, que desembarcavam numa ponte de cais existente em frente ao palácio”; “O Paço Real do Alfeite” *in Ilustração Portuguesa*, Empreza do Jornal O Século, Lisboa, Outubro 1905, pp. 763: “Por vezes Suas Magestades vão de visita ao Alfeite, repousam alguns momentos no palácio, merendam na quinta, embarcando depois no magnífico cães junto do palácio.”; “As Sete Quintas do Real Sítio do Alfeite”, *Boletim Municipal do Seixal*, Seixal, [s. d.].

Salientamos que independentemente da posse administrativa das Quintas pertencer à Casa do Infantado ou à Casa Real, estas propriedades não tinham sido exclusivamente frequentadas pelo Infante.

Como demonstraremos mais adiante, o Palácio existente na Quinta Real do Alfeite era assiduamente frequentado pelo Rei e Família Real.

Por este motivo se apelidam de “Real” *in* a Quinta e o Palácio Real do Alfeite.

A Quinta e o Palácio Real do Alfeite, sucessivamente remodelado, permaneceram na posse da Casa Real, como espaço de retiro, convívio, festas e para a actividade venatória dos monarcas.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Rodrigues CAVALHEIRO, A “*Conspiração dos Fidalgos*” segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, Imprensa Baroeth, Lisboa, 1936, pp.19-23; César da SILVA, D. Carlota Joaquina: sua chronica episódica, 1ª edição, João Romano Torres, Lisboa, [191-], p.54: “*Mal se espalhou a notícia do caso D. Carlota Joaquina, que estava em Queluz, foi logo em busca de seu marido, que veraneava então no Alfeite, e ambos seguiram d’á para Vila Viçosa, onde permaneceram algum tempo, passando para o Ramalhão, onde estiveram juntos até 24 d’Abril de 1806.*”; José Liberato Freire de CARVALHO, *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855, pp.49-50: “*Com effeito, o príncipe Regente havia passado naquella época por grandes desgostos domésticos; andou por muito tempo melancólico, foi metter-se no Alfeite, e correram boatos de que tinha enlouquecido.*”; João Cândido Baptista de GOUVEIA, *Policia Secreta dos últimos tempos do reinado do Senhor D. João VI; e sua continuação até Dezembro de 1826*, Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho, Lisboa, 1835, p.192-194: “*Esta carta, escripta de Queluz e sem data, confirmou ainda mais no animo de ElRei a existência de conspiração contra a sua pessoa, do que as provas cabaes que lhe haviam sido apresentadas; por quanto, se recordou de outra idêntica carta que a Rainha lhe havia escripto para o Alfeite, em 1807, por ocasião da conspiração tramada em Mafra naquella epocha.*”; Paulo Perestello da CAMARA, *Diccionario Geographico Histórico, Politico e Litterario do reino de Portugal e seus domínios*, [s. n.], Lisboa, 1850, p.57: “*Almada (...) No sítio do Caramujo, a uma milha, há grande depósito de vinhos, e contigua está a deleitavel vivenda do Alfeite, morada Real, muito frequentada por D. Miguel.*”; Eduardo de NORONHA, *Fontes Pereira de Mello e seus Colaboradores*, Companhia Portuguesa, Porto, 1926, p.95: “*Durante largo tempo fizeram-se experiências com as Westley Richards, na quinta do Alfeite, a que assistia com frequência o rei D. Luiz e sempre o capitão William, delegado da fabrica inglesa*”; Simão José da Luz SORIANO, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d’este reino desde 1777 até 1834*, Tomo VII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890, pp.22-23: “*Carta de D. João VI para o seu filho, o infante D. Miguel, participando-lhe que deviam vir para o reino, e deixar de o acompanhar, os creados que na referida carta lhe mencionava... Deus te guarde, e te abençoe, como deseja e lhe pede teu pae. = = João. – Real sítio do Alfeite, em 5 de Fevereiro de 1825.*”; Tomás RIBEIRO, *História da Legislação Liberal Portuguesa*, 2 vol, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, p.147: “*Mandaram participar ao rei que a sessão solenne das cortes seria no 1º de Dezembro, e mostravam-lhe o máximo desejo de que elle honrasse a inauguração dos seus trabalhos com a sua presença. El-rei teve desejo, é certo, de aceder ao convite das cortes, mas achou-se adoentado no Alfeite.*”; Francisco Sá CHAVES, *Subsídios para a História Militar das nossas Lutas Civis*, 2 vol, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1914-1918, p.48: “*Aos três ministros que, em nome do Soberano Congresso, a ameaçavam, no paço de Queluz, com o ultimatum fulminante Ou jurar a Constituição ou sair do Reino... respondeu-lhes tão enérgica e magestática, quanto pusilânime e subserviente fora D. João VI, assinando, no Alfeite, o Decreto de expulsão.*”; José Ferreira BORGES, Almeida GARRETT, Paulo MIDOSI, “*Correspondência do Chaveco*” in *O Chaveco Liberal*, Londres, Imp. por R. Greenlaw, Outubro, 1829, p. 183: “*Lisboa 3 de Outubro. Domingo vimos sahir para o Alfeite o Infante com seu valido pires ao lado, como sempre. .... No dia seguinte se lhe mandou o fato para o Alfeite, (...).*”

Outro importante marco, registamo-lo em 1851, data na qual a Quinta e o Palácio Real do Alfeite servem de pretexto para disputas político-partidárias, discussões acesas na Câmara dos Deputados<sup>93</sup> e na Câmara dos Pares do Reino.<sup>94</sup>

O motivo para tal foi a tentativa de arrendamento da propriedade por parte de Costa Cabral,<sup>95</sup> Conde de Tomar.<sup>96</sup>

Arrendamento que, apesar dos elevados encargos da manutenção que estes palácios infligiam às finanças portuguesas, se confundiu com questões ideológicas e políticas, tendo como consequência uma acesa disputa entre os partidários e adversários de Costa Cabral.<sup>97</sup>

O Conde de Tomar, fez a sua própria defesa, proferindo o seu último discurso, em 22 de Março de 1851. Uns dias mais tarde, o Duque de Saldanha<sup>98</sup> iniciou o movimento revolucionário que viria a ser denominado por Regeneração, levando ao exílio de Costa Cabral no estrangeiro.<sup>99</sup>

Todo este processo que envolveu a Quinta e Palácio Real do Alfeite, foi alvo de diversas publicações, as quais se dedicaram a analisar as questões legais e

---

<sup>93</sup> Câmara dos Senhores Deputados (1822-1910). Com o início da monarquia constitucional, forma-se a Câmara dos Deputados, inicialmente designada apenas por Cortes Constituintes, até à aprovação da Constituição de 1822. Durante a duração desta concepção constitucional, a Câmara dos Deputados era a única Câmara existente. Com a Carta Constitucional de 1826, o sistema é mudado, passando a haver duas Câmaras: à Câmara dos Deputados junta-se assim a Câmara dos Pares, passando a função legislativa a funcionar com a aprovação nas duas Câmaras. O sistema bi-camaral iniciado em 1826 vai prolongar-se até 1910, sendo apenas substituído em 1837-1838, por altura das Cortes Constituintes, altura em que apenas funciona a Câmara dos Deputados.

<sup>94</sup> Câmara dos Pares do Reino (1842-1910) - Após a revolta de Costa Cabral em 1842, é instaurada novamente a carta constitucional, sendo restaurada a Câmara dos Pares do Reino. Com sessão inaugural a 10 de Julho de 1842, a Câmara dos Pares irá dar início às suas sessões, as quais só vão ser interrompidas pela revolução republicana de 1910. O número dos seus membros e forma de constituição foi variando ao longo dos tempos, existindo pares por direito próprio (príncipe real, infantes e pariatos eclesiástico) de 1842 a 1910; pariatos hereditários (abolido de 1885 a 1895); sistema misto de nomeação régia de 2/3 dos membros e 1/3 de membros eleitos em eleição indirecta por um período de 6 anos (1885 a 1895). A Câmara dos Pares, para além das suas funções legislativas, reunia-se também em Tribunal de Justiça.

<sup>95</sup> António Bernardo da Costa Cabral (n. 1803 m. 1889). 1.º conde e 1.º marquês de Tomar, político que, entre outros cargos e funções, foi deputado, par do Reino, conselheiro de Estado efectivo, ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, ministro do Reino e por duas vezes presidiu ao Ministério.

<sup>96</sup> Título criado por D. Maria II, rainha de Portugal por decreto de 08-09-1845, a favor de António Bernardo da Costa Cabral, 1.º marquês de Tomar.

<sup>97</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 17.

<sup>98</sup> Marquês de Saldanha foi um título nobiliárquico criado pela Rainha D. Maria II de Portugal, por decreto de 27 de Maio de 1834, a favor do Marechal João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun.

<sup>99</sup> José Barbosa COLEN, *Entre Duas Revoluções 1848-1851*, 2 vols, Publicações Manuel Gomes, Lisboa, 1902.

administrativas dos arrendamentos, e a validarem as justificações esgrimidas entre os lados em disputa.<sup>100</sup>

Os debates parlamentares entre as duas facções opositoras possibilitaram, indirectamente, a retenção para memória futura de elementos fundamentais para (re) construir a imagem do Alfeite e Palácio.<sup>101</sup>

É nossa obrigação salientar a parcialidade das descrições realizadas pelos deputados, pois esta variava consoante a sua “cor” política.

Finda a polémica gerada em torno deste arrendamento, o Palácio Real do Alfeite e Quintas circundantes permaneceram para usufruto da Família Real.<sup>102</sup>

Mas projectos persistiram em não faltar como demonstra documentação recolhida nomeadamente no fundo do Ministério das Finanças da Torre do Tombo<sup>103</sup> e no Arquivo da Presidência da República.<sup>104</sup>

Podemos especificar o início da discussão, em 1876, sobre a construção da linha-férrea na margem sul, a qual atravessaria as propriedades do Alfeite. Uma

---

<sup>100</sup> *O Estandarte*, n.º 906, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 3859-3861; “Parte Política” in *A Lei*, n.º 442, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 7-8; Fernando de Castro BRANDÃO, *Da Monarquia Constitucional à República: 1834-1910 - uma cronologia*, Europress, Lisboa, 2003; José Barbosa COLEN, *Entre Duas Revoluções 1848-1851*, 2 vols, Publicações Manuel Gomes, Lisboa, 1902; Francisco António Fernandes da Silva FERRÃO, *Questão do Alfeite*, Typ. da Rev. Universal Lisbonense, Lisboa, 1851; *Costa Cabral: passado, presente, futuro*, [s.n.], Lisboa, 1850.

<sup>101</sup> Acta n.º 17 da Câmara dos Senhores Deputados, de 16 de Janeiro de 1851, p.44; Acta n.º 18 da Câmara dos Senhores Deputados, de 17 de Janeiro de 1851, p.73; Acta n.º 19 da Câmara dos Senhores Deputados, de 18 de Janeiro de 1851, p.73; Acta n.º 28 da Câmara dos Senhores Deputados, de 03 de Fevereiro de 1851, p.3, Acta n.º 29 da Câmara dos Senhores Deputados, de 4 de Fevereiro de 1851, p.18; Acta n.º 40 da Câmara dos Senhores Deputados, de 19 de Fevereiro de 1851, p.213; Acta n.º 43 da Câmara dos Senhores Deputados, de 24 de Fevereiro de 1851, p.247; Acta n.º 44 da Câmara dos Senhores Deputados, de 25 de Fevereiro de 1851, pp.260-261, ; Acta n.º 45 da Câmara dos Senhores Deputados, de 26 de Fevereiro de 1851, p.265,272,273, Acta n.º 46 da Câmara dos Senhores Deputados, de 1 de Março de 1851, pp.5-7,9, Acta n.º 64S da Câmara dos Senhores Deputados, de 31 de Março de 1851, pp.5-6; Acta n.º 3 dos Pares do Reino, de 9 de Janeiro de 1851, p.44, Acta n.º 5 dos Pares do Reino, de 13 de Janeiro de 1851, p.62, Acta n.º 8 dos Pares do Reino, de 21 de Janeiro de 1851, p.94, Acta n.º 12 dos Pares do Reino, de 28 de Janeiro de 1851, p. 118, Acta n.º 29S dos Pares do Reino, de 6 de Março de 1851, p.287, Acta n.º 38 dos Pares do Reino, de 20 de Março de 1851, p.380, Acta n.º 39 dos Pares do Reino, de 22 de Março de 1851, p.387, Acta n.º 41 dos Pares do Reino, de 26 de Março de 1851, p.408, Acta n.º 42 dos Pares do Reino, de 27 de Março de 1851, p.420,422; consultadas e retiradas do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008; Diário do Governo n.º 11 de 13 de Janeiro de 1851, Diário do Governo n.º 15 de 17 de Janeiro de 1851, Diário do Governo n.º 23 de 27 de Janeiro de 1851, Diário do Governo n.º 28 de 1 de Fevereiro de 1851, Diário do Governo n.º 59 de 1 de Março de 1851, Diário do Governo n.º 75 de 29 de Março de 1851, Diário do Governo n.º 76 de 31 de Março de 1851, Diário do Governo n.º 79 de 3 de Abril de 1851, Diário do Governo n.º 82 de 7 de Abril de 1851.

<sup>102</sup> Ver Anexo Documental – Documento n.º 18.

<sup>103</sup> Ver Anexo Documental – Documento n.º 20.

<sup>104</sup> Ver Anexo Documental – Documentos n.º 21 e 22.

polémica que se arrastou durante dois anos, não tendo, no entanto, produzido qualquer efeito prático.<sup>105</sup>

Ulteriormente, em 1903, outro destino para o Palácio Real do Alfeite se concebe, a sua remodelação e adaptação para albergar a Escola Naval, assunto debatido entre as chefias militares e o poder governativo.<sup>106</sup>

Projecto sobre o qual continuaram as conversações e discussão de propostas, tendo sido abandonada a adaptação da Quinta e Palácio para albergar a Escola Naval.

No horizonte do Alfeite e das suas propriedades avizinha-se uma revolução para o seu futuro – 1910, o advento da República, um marco importante que mudaria substancialmente o seu rumo.

A legislação publicada, tal como a proscricção da Casa de Bragança<sup>107</sup> e a fixação de um crédito de 4.000\$00 a favor do Ministério das Finanças para financiamento dos palácios, quintas e bens imóveis da Família Real,<sup>108</sup> convergem no sentido da aglomeração de todos os bens reais e conseqüente transferência para o Ministério das Finanças.<sup>109</sup>

Assim, em 1911, a Quinta Real do Alfeite, incluindo as suas dependências, oficinas, gado e alfaias agrícolas, é entregue pelo Ministério das Finanças ao Ministério do Fomento, para que a sua exploração passasse a ser feita pela Direcção-Geral da Agricultura, de forma a anexar a parte agrícola da Quinta do Alfeite à estação agronómica.<sup>110</sup>

Apesar da expropriação dos terrenos anexos e equipagem agrícola o Palácio Real do Alfeite permaneceu sob a alçada do Almoxarifado.<sup>111</sup>

---

<sup>105</sup> Acta nº 27 dos Pares do Reino, de 21 de Março de 1876, p.231, 237; Acta nº 28 dos Pares do Reino, de 22 de Março de 1876, p.243; Acta nº 30 dos Pares do Reino, de 24 de Março de 1876, p. 273, 279, 281; Acta nº 31 dos Pares do Reino, de 27 de Março de 1876, p. 289, 293, 285; Acta nº 41 dos Pares do Reino, de 11 de Abril de 1876, p. 358; Acta nº 43 dos Pares do Reino, de 12 de Abril de 1876, p. 412; consultadas e retiradas do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008.

<sup>106</sup> Acta nº 25 da Câmara dos Senhores Deputados, de 18 de Fevereiro de 1903, p.11; Acta nº 31 da Câmara dos Senhores Deputados, de 10 de Março de 1903, p.17; consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008. Sobre este assunto ver também documentação do Arquivo Geral de Marinha.

<sup>107</sup> Decreto do Diário do Governo Nº 111, de 1910-10-18.

<sup>108</sup> Decreto do Diário do Governo de 1910-10-24.

<sup>109</sup> Decreto do Diário do Governo. Nº 33 de 1910-11-12, p. 382.

<sup>110</sup> Decreto do Diário do Governo. Nº 193 de 1911-8-19, p. 3504.

<sup>111</sup> “Relatório da Comissão nomeada pela Portaria de 6 de Maio de 1913 para elaborar o projecto de organização dos Postos Agrários de Mirandela, Anadia, Vizeu, Almada e Dois Portos” in *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, Duodécimo Ano, Nº 4, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914, pp.

Nos periódicos da altura<sup>112</sup> encontramos descrições sobre as consequências nefastas desta experiência agrícola, realizadas nos terrenos agrícolas pertencentes à Quinta e nos terrenos envolventes do Palácio.

Apesar dos diversos apelos para que tal decisão fosse revogada, o Alfeite vai pertencer à Estação Agronómica até ao aparecimento de um outro grandioso projecto que envolveu toda a zona do Alfeite, resultante de inúmeros anos de estudos e projectos.

Estamos a referir-nos ao projecto de transferência e instalação do Arsenal da Marinha, situado então na Ribeira das Naus, para a margem sul do Tejo.

Desta forma, o capítulo seguinte na história do Alfeite e das suas propriedades, abordado maioritariamente por investigadores militares, é o período após 1918, com o início do processo de instalação do Arsenal na margem sul do Tejo, em consequência de antigos projectos e estudos.

Decisão que, em 1918, desencadeou a realização de um inventário referente aos bens do Palácio Real do Alfeite, mais especificamente, temos uma relação da mobília elaborada em virtude da sua transferência para o Palácio Nacional de Cascais.<sup>113</sup>

Processo assente na necessidade urgente de desocupar a Ribeira das Naus do antigo Arsenal da Marinha, para a concretização de outros planos de modernização para Lisboa.

Enceta-se desta forma um processo legislativo que possibilita a transferência do todo o complexo do Arsenal da Marinha, para este projecto, criando simultaneamente os órgãos gestores.

Assim, foi criada a Junta Autónoma para a construção do Arsenal, presidida primeiramente pelo Contra-Almirante António Torquato Borja Araújo, com sede administrativa no Palácio Real do Alfeite.<sup>114</sup>

---

150-158; Carlos Malheiro DIAS, “Vicissitudes de uma Quinta Real: um passeio ao Alfeite” in *O Dia*, Lisboa, Abril 1912; Republicado in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Janeiro-Março 1959, pp.123-128.

<sup>112</sup> Carlos Malheiro DIAS, “Vicissitudes de uma Quinta Real: um passeio ao Alfeite”, *O Dia*, Lisboa, Abril 1912; Republicado *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Janeiro-Março 1959, pp. 123-128.

<sup>113</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 23.

<sup>114</sup> Hugo de LACERDA, *O valor dos serviços e fomento na Marinha*, Imprensa da Armada, Lisboa, 1934, p. 15: “A par disto, tem sido a Junta Autónoma das Obras do Arsenal do Alfeite, presidida por Borja de Araújo, Ladislau parreira, Adriano de Saavedra e actualmente Mendes Cabeçadas, a despeito destas obras terem passado a encargo do Ministério das Obras Públicas.”.

Para este efeito foram entregues pela Direcção-Geral da Fazenda Pública àquela Junta o Palácio Real do Alfeite e os terrenos anexos.<sup>115</sup>

Posteriormente, para conclusão do processo de transferência foram também cedidas a Quinta da Romeira, o Olival do Antelmo e a Quinta da Bomba.<sup>116</sup>

Com a inauguração do Arsenal do Alfeite, em 1937, com autonomia administrativa e financeira, e com objectivos próprios e missões delineadas, aquela Junta Autónoma é substituída pela Intendência do Arsenal do Alfeite, que por sua vez é extinta em 1938, dando lugar à Intendência de Marinha do Alfeite.

Por outro lado nasce a Base Naval de Lisboa,<sup>117</sup> serviço no qual ficou inserido o Palácio Real do Alfeite, como centro de comando e direcção.

Deste momento em diante, o Alfeite integra a estrutura militar, não deixando mais de albergar as sedes administrativas das diversas unidades que vão sendo instituídas.

A modo de conclusão, uma breve referência ao rumo das restantes parcelas, não incluídas no Alfeite, parte da Quinta da Bomba foi transferida para a Câmara Municipal de Almada, destinada à instalação das suas captações de água,<sup>118</sup> a Quinta do Outeiro tinha já sido vendida no tempo do Rei D. Luís à firma Rankin & Sons; e o pinhal da Piedade foi vendido a Pompeu Dias Torres, negociante da praça de Lisboa.

Desta forma ficamos a conhecer as diversas etapas de vida do Alfeite, os proprietários, o encadeamento de aquisições das quintas envolventes e marcos importantes como a integração no património da Casa do Infantado e manutenção após a sua extinção com a passagem para a administração da Casa Real, e por último a sua transferência para a posse da Marinha.

De seguida, vamos iniciar o estudo do edifício, analisando as diversas campanhas de obras de que foi alvo, objectivos e espírito das mesmas, mandantes e arquitectos responsáveis.

---

<sup>115</sup> Decreto Nº 4405, Diário do Governo Nº 130 de 1918-6-8, pp.901-903; Auto de entrega de 7 de Setembro de 1918 que estipula: “*que se conservem os arrendamentos existentes nos termos do disposto no Decreto 3834, de 12 de Fevereiro de 1918, até terminarem os prazos estipulados*”.

<sup>116</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp.105-106; Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, p. 26.

<sup>117</sup> Decreto Nº 41.989, Diário do Governo. Nº de 1958-12-3.

<sup>118</sup> Processo do Arquivo Geral de Marinha, Autos de Cessão de 21-6-1940, de 12-12-1949 e 30-4-1952.

## **II. Enquadramento Arquitectónico e Artístico do Palácio Real do Alfeite**

A abordagem histórica realizada do Palácio Real do Alfeite é, na nossa opinião, um capítulo muito importante para contextualizar todos os restantes capítulos deste estudo.

Globalmente, apercebemo-nos que estamos perante um património edificado, no qual podemos identificar três grandes marcos: a sua integração na Casa do Infantado, a transferência para a Casa Real e, por último, a posse por parte da Marinha.

Estes acontecimentos determinam as três grandes campanhas de obras de remodelação/restauro, tanto no exterior como no interior, de que foi alvo o Palácio Real do Alfeite.

Deste modo, o capítulo seguinte aborda as diversas campanhas de obras, seguindo a mesma sequência – Casa do Infantado, Casa Real e Marinha.

### **II.1. As campanhas de obras do Palácio Real do Alfeite**

#### **II.1.1. I Fase**

A primeira grande campanha de obras realizadas no Palácio Real do Alfeite acontece após a sua integração na Casa do Infantado.

Uma reconstrução comprovada pela necessidade de grandes obras de restauro descritas nos documentos de transacção das propriedades do Alfeite entre o Conde de Tarouca e a Casa do Infantado e reforçada pela ocorrência natural do terramoto de 1755 e com a necessidade de refúgio sentida naquela época.<sup>119</sup>

Esta intervenção data provavelmente de 1758, e realizou-se sob a responsabilidade do Infante D. Pedro, filho de D. João V.

Provavelmente porquê? Uma das premissas deste estudo relaciona-se com o apuramento das datas em que as intervenções tiveram lugar.

---

<sup>119</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 1.

Aponta-se para a data de 1758 com base na relação estabelecida com a inscrição do ano de 1758 feita num brasão da Casa Real,<sup>120</sup> colocado no extremo do antigo aqueduto de distribuição de água aos terrenos anexos ao Palácio.<sup>121</sup>

Mas, para além da data de construção, pretendemos igualmente comprovar a ligação de Mateus Vicente de Oliveira,<sup>122</sup> “Sargento-Mor e Arquitecto da Sereníssima Casa e Estado do Infantado, Grão Priorado do Crato e St<sup>a</sup> Igreja de Lisboa” *in*<sup>123</sup> com a reconstrução do Palácio Real do Alfeite, através da análise da extensa obra atribuída ao arquitecto, e reconhecida a sua colaboração na reconstrução de Lisboa, depois de Novembro de 1755.

Contudo antes de abordarmos estas questões, temos que iniciar o nosso estudo pela descrição e análise da casa senhorial preexistente.

Esta análise é alicerçada no estudo das plantas do Instituto Geográfico Português e do site SIDCARTA,<sup>124</sup> da documentação recolhida no Arquivo da Torre do Tombo<sup>125</sup> e na observação das imagens recolhidas que se encontravam publicadas nos periódicos.<sup>126</sup>

Será assim possível, comparar os diferentes edifícios, de forma a permitir a identificação das alterações realizadas após a sua integração na Casa do Infantado, prosseguindo, depois, com a análise das restantes plantas predecessoras, igualmente recolhidas no Arquivo da Torre do Tombo<sup>127</sup> e no Instituto Geográfico Português.<sup>128</sup>

---

<sup>120</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 17.

<sup>121</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 17, 36, 37, 38, 48, 65, 66 e 67.

<sup>122</sup> Mateus Vicente de Oliveira (n. 1706, m. 1785). Nascido em Barcarena, filho de gente modesta, Mateus Vicente veio para Lisboa, onde se instala no Beco do Pinovay, freguesia de S. Nicolau. Datam de 1752 os documentos mais antigos, que encontramos assinados por Mateus Vicente, intitulando-se “Sargento-Mor e Arquitecto da Sereníssima Casa e Estado do Infantado, Grão Priorado do Crato e St<sup>a</sup> Igreja de Lisboa. Em 1778 é nomeado “Architecto supranumerário da Casa das Obras e Paços Reais. Sobre este assunto ver, entre outros, Francisco José Gentil BERGER, *Lisboa e os Arquitectos de D. João V*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994; Maria Inês FERRO, *Queluz. O Palácio e os Jardins*, Scala Books, London, 1997; Paulo Varela GOMES, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987; Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971; Natália Brito Correia GUEDES, *Palácio de Queluz*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa, 1973; Cyrillo Volkmar MACHADO, *Colecção de Memórias relativas às vidas dos pintores e escultores, architectos e gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiveram em Portugal*, [s.n.], Lisboa, 1823 (2ª edição, Coimbra, 1923); José Fernandes PEREIRA, *Arquitectura barroca em Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, [1986]; António Pequeto Caldeira PIRES, *História do Palácio Nacional de Queluz*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924-1926.

<sup>123</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 84.

<sup>124</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>125</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 1 e 7.

<sup>126</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 1.

<sup>127</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>128</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 5.

### II.1.1.1. Casa Senhorial

Após longo pensamento sobre o encadeamento das plantas pesquisadas e a forma como as deveríamos tratar, optámos pela análise das plantas que, para nós, são as da casa senhorial primitiva, sobre a qual foram realizadas as primeiras modificações aquando da integração do Palácio e Quinta Real do Alfeite na Casa do Infantado.

São as plantas do Instituto Geográfico Português<sup>129</sup> e do SIDCARTA do Exército,<sup>130</sup> ambas datadas de 1825.

Porque razão são estas as mais antigas, se estão datadas de 1825?

Porque, apesar destas duas plantas, uma do IGP<sup>131</sup> outra do SICARTA,<sup>132</sup> estarem datadas como sendo de 1825, nós consideramos que ambas não representam o edifício existente àquela data mas o edifício anterior.

De facto, procedendo à comparação destas plantas, com a planta pertencente ao Tombo realizado em 1792,<sup>133</sup> podemos constatar, através do desenho arquitectónico do Palácio Real do Alfeite, que este não condiz com as representações das plantas de 1825.<sup>134</sup>

Analisemos os desenhos comparativos<sup>135</sup> que elaboramos da planta datada de 1792<sup>136</sup> e das plantas datadas de 1825.<sup>137</sup> Desenhos que pretendem salientar as zonas que foram demolidas e as zonas que foram interligadas, pelo que a observação directa das transformações reforçam a ideia que a representação arquitectónica mais antiga do Alfeite está nas plantas datadas de 1825.

A representação do Tombo de 1792 é posterior à intervenção realizada após a integração deste património na Casa do Infantado.

---

<sup>129</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 2.

<sup>130</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 3.

<sup>131</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 2.

<sup>132</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 3.

<sup>133</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 7; Ver Anexo Gráfico – Planta nº 1.

<sup>134</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>135</sup> Ver Anexo Gráfico – desenhos nº 22, 23 e 24.

<sup>136</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 1.

<sup>137</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

Desta forma, consideramos que as plantas do IGP<sup>138</sup> e do SIDCARTA<sup>139</sup> são anteriores à planta do Tombo de 1792,<sup>140</sup> concluindo que aquando da realização do contracto entre o Conde de Tarouca e a Casa do Infantado,<sup>141</sup> a casa referida no documento, seria a que está representada nas plantas datadas de 1825.<sup>142</sup>

Estamos perante um edifício rural nobre, ilação retirada pelo estudo da estrutura do edifício, com dois pisos, capela e separação dos compartimentos interiores entre zona íntima e zona serviçal.<sup>143</sup>

Corpo longitudinal, com onze divisões para uso senhorial e uma capela, separados por uma parede mestra, um bloco transversal ao edifício central, aonde se situam as cozinhas e fornos e mais nove divisões.

Este edifício possui poucas janelas, porque a fachada principal apenas tem seis janelas, e viradas para as traseiras tem somente nove.

No centro do espaço interior, temos uma escadaria de acesso entre o primeiro piso e o segundo piso.

Tem um jardim aprumado e geométrico, juntamente com outras estruturas de apoio ao lazer e convívio.

Para além de um conjunto de estruturas auxiliares ao Palácio Real, nomeadamente a adega, possuía várias outras habitações para o capataz e trabalhadores, e estruturas para as alfaias agrícolas e respectivos celeiros e estábulos.

Uma casa rural senhorial, que ao ser transferida para a posse do Infante foi alvo de obras de remodelação e ampliação.

---

<sup>138</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 2.

<sup>139</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 3.

<sup>140</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 7; Ver Anexo Gráfico – Planta nº 1.

<sup>141</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 1: “dito conde era possuidor de uma quinta chamada de Alfeite do termo da vila de Almada, a qual era de morgado da dita casa, porém que a dita quinta lhe custava muito a fabricar e reparar e necessitavam as casa dele de grandes consertos e as fazendas também de muito dispêndio para darem rendimento por estar tudo muito danificado”.

<sup>142</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>143</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

### **II.1.1.2. O Arquitecto do Alfeite, Mateus Vicente de Oliveira e a Arquitectura Barroca**

O monarca D. Pedro III manda transformar esta casa senhorial rural num palacete condigno da condição dos seus proprietários.

Pertencente ao Tombo realizado em 1792,<sup>144</sup> podemos analisar a primeira representação arquitectónica do Palácio Real do Alfeite após integração na Casa do Infantado.

O arquitecto responsável pela intervenção agregou o edifício principal dos anexos que se encontrava paralelo ao Palácio, de forma a equilibrar a frente ribeirinha do edifício, harmonizando a fachada com dois torreões semelhantes.<sup>145</sup>

Ficamos desta forma perante um esquema em forma de  $\Pi$ , uniformizando a estrutura.

Separa os anexos de menores dimensões do edifício principal, para que o Palácio adquira uma planta uniforme e convencionada.<sup>146</sup>

Mas quem seria o arquitecto responsável por esta intervenção arquitectónica no Palácio Real do Alfeite?

Nesta data, o Palácio pertence à Casa do Infantado. Casa que possui um arquitecto-mor encarregue de planear e supervisionar as intervenções nos edifícios do Infantado.

O “Sargento-Mor e Arquitecto da Sereníssima Casa e Estado do Infantado, Grão Priorado do Crato e St<sup>a</sup> Igreja de Lisboa” era Mateus Vicente de Oliveira, que tomou posse do cargo em 1752,<sup>147</sup> por falecimento do até então arquitecto da Casa do Infantado, Manuel da Costa Negreiros.<sup>148</sup>

---

<sup>144</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 7; Ver Anexo Gráfico – Planta nº 1.

<sup>145</sup> Ver Anexo Gráfico – Desenho nº 24.

<sup>146</sup> Ver Anexo Gráfico – Desenho nº 24.

<sup>147</sup> Paulo Varela GOMES, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987, p.42; Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 84.

<sup>148</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 83.

Mateus Vicente de Oliveira foi mestre-de-obras da antiga escola de Mafra e aluno da Casa do Risco, sob a direcção do arquitecto alemão João Frederico Ludewig.<sup>149</sup>

Em 1749, trabalha na reconstrução da Igreja de Santo Estevão,<sup>150</sup> e, em 1754, analisa a reedificação do Real Colégio de S. Paulo, que está a cargo do arquitecto Carlos Mardel.<sup>151</sup>

É de sua autoria a Igreja de Santo António de Lisboa, participando na construção da Igreja da Memória.<sup>152</sup>

Em 1760, sucede a Eugénio dos Santos como arquitecto do Senado da Câmara de Lisboa, perante a mobilização de arquitectos para a reconstrução de Lisboa após o Terramoto de 1755.<sup>153</sup>

Assume, ainda, funções como arquitecto supranumerário da Casa das Obras e Paços Reais e de escrivão da Correição do Cível da Corte.<sup>154</sup>

Apesar da intensa actividade, nunca abandona o cargo de arquitecto da Sereníssima Casa e Estado do Infantado dirigindo as obras em Caxias, Samora Correia,<sup>155</sup> Bemposta, na Rua Nova da Palma e na Rua da Rosa dos Partilhas,<sup>156</sup> sempre em simultaneamente com as obras de Queluz.

Constatamos que não está referenciado o Palácio Real do Alentejo na biografia deste arquitecto, mas sabemos que ele era o arquitecto responsável por todos os Palácios pertencentes à Sereníssima Casa e Estado do Infantado, portanto seria inato que a ele pertencesse o projecto.

---

<sup>149</sup> António Pequito Caldeira PIRES, *História do Palácio Nacional de Queluz*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924-1926, p.80; António Pequito Caldeira PIRES, *História do Palácio Nacional de Queluz*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924-1926, estampa XX.

<sup>150</sup> Francisco José Gentil BERGER, *Lisboa e os Arquitectos de D. João V*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994, p. 76.

<sup>151</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 84.

<sup>152</sup> Pereira, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, [1986], p. 140.

<sup>153</sup> Ferro, Maria Inês, *Queluz. O Palácio e os Jardins*, Scala Books, London, 1997, p.18.

<sup>154</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 88.

<sup>155</sup> IDEM, p. 85.

<sup>156</sup> IDEM, p. 88.

Por este motivo seria muito estranho que outro arquitecto ficasse responsável pelas obras que se realizaram no Palácio Real do Alfeite.<sup>157</sup>

Uma outra questão também olvidada por vários autores,<sup>158</sup> para além da autoria do traçado do Palácio Real do Alfeite, é a data da intervenção.

A data adiantada pelos autores tem sido 1758,<sup>159</sup> devido à inscrição do ano de 1758, feita num brasão da Casa Real,<sup>160</sup> colocado no extremo do antigo aqueduto de distribuição de água aos terrenos anexos ao Palácio,<sup>161</sup> mas do qual não sabemos a sua localização original.

Vejamos, Mateus Vicente de Oliveira é nomeado arquitecto da Casa do Infantado em 1752.

Com o Terramoto de 1755 participa activamente nas obras de reconstrução de Lisboa mas só a partir de 1760.

Anteriormente trabalha na campanha de obras que decorre em Queluz, iniciada em 1748-1749<sup>162</sup> e assumida por Mateus Vicente de Oliveira aquando da tomada de posse como arquitecto-mor da Casa e Estado do Infantado.

A campanha de obras do Palácio Real do Alfeite decorre em simultâneo com Queluz, servindo porventura de ensaio para Queluz.

São estas analogias que pretendemos abordar no capítulo seguinte.<sup>163</sup>

---

<sup>157</sup> Ver Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p.83: “Por conseguinte, embora não tenhamos encontrado qualquer planta do palácio, contemporânea da primeira fase construtiva, nas pesquisas sistemáticas a que procedemos nos arquivos históricos nacionais (teriam as plantas seguido para o Brasil quando a família real se deslocou?), cremos que o projecto se possa atribuir a Mateus Vicente, como é de tradição.”

<sup>158</sup> Autores que se debruçaram sobre diversas matérias relacionadas com o Alfeite: Carlos Malheiro Dias, José da Cruz Moura da Fonseca, José Alberto de Faria Xerez, José Agostinho de Sousa Mendes; A. da Silva Tullio, Tomás Trindade Leitão, Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, João Baptista de Castro, Gustavo de Matos Sequeira, Francisco António Fernandes da Silva Ferrão, João Reis Ribeiro, Manuel Maria Portela, Alexandre M. Flores, José Barbosa Colen, Isidoro Barbosa da Silva Chaves.

<sup>159</sup> José da Cruz Moura da FONSECA, José Alberto de Faria XEREZ, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp.102-103; José Alberto de Faria XEREZ, “O Palácio do Alfeite” in *Revista da Armada*, nº 45, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Junho. 1975, pp. 14-18; Alexandre M. FLORES, António Neves POLICARPO, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998, p.30; Francisco Tomás Trindade LEITÃO, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, p.26.

<sup>160</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 17.

<sup>161</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 36, 37, 38, 48, 65, 66 e 67.

<sup>162</sup> Natália Brito Correia GUEDES, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971, p. 83.

<sup>163</sup> Ver capítulo II.1.1.3.2. O Palácio Real de Queluz e o Palácio Real do Alfeite.

O estudo da campanha de obras realizadas sob a supervisão do Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira implica o estudo não apenas da planta incluída no Tombo de 1792<sup>164</sup> mas também das plantas conservadas no fundo documental da Casa Real, que foram elaboradas devido à extinção da Casa do Infantado e conseqüente transferência dos seus bens para o património da Casa Real.

Desta forma, do fundo documental da Casa Real à guarda da Torre do Tombo temos que estudar a planta datada de 1844.<sup>165</sup>

E do Instituto Geográfico Português completamos o estudo comparativo com a planta datada de 1849,<sup>166</sup> com a representação das Sete Quintas Reais do Alfeite.

Realçamos um pormenor da planta da Casa Real, referente às propriedades que compunham o complexo do Alfeite em 1844,<sup>167</sup> por representar nela o esquema arquitectónico do Palácio Real do Alfeite após a intervenção do Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira e anterior à segunda campanha de obras.

E porquê? Chamamos a atenção para a inscrição da data “1837” junto ao desenho do Palácio,<sup>168</sup> pelo que depreendemos que esta data significa a datação real da configuração apresentada.<sup>169</sup>

Isto é, a planta é datada posteriormente à realização do desenho arquitectónico do Palácio Real do Alfeite, pelo que representa o edifício que existia em 1837. É lógico que, em 1844, esta informação ainda se encontrasse válida pelo que não há falsidade na representação.

A forma arquitectónica apresentada na planta<sup>170</sup> é similar à representada na planta do Instituto Geográfico Português, datada de 1849.<sup>171</sup>

Similar, ainda, com o desenho da fachada publicado no periódico “A Semana” no artigo intitulado *Alfeite* datado de 1851.<sup>172</sup>

---

<sup>164</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 1.

<sup>165</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>166</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 5.

<sup>167</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>168</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>169</sup> Depreendemos que a data “1837” inscrita junto ao desenho do palácio significa que o edifício teria aquela configuração naquele ano, porventura serviu de base para o planeamento das obras a cargo da Casa Real. Porque, em 1834, com a extinção da Casa do Infantado, o Palácio Real do Alfeite integra o património da Casa Real, a qual ordena uma segunda campanha de obras.

<sup>170</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>171</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 5.

<sup>172</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 1.

O edifício representado pelas plantas acima mencionadas,<sup>173</sup> apresenta amplas modificações no que diz respeito à casa senhorial das plantas mais antigas, plantas datadas de 1825 e que são por nós consideradas as mais antigas.<sup>174</sup>

Estamos perante a tentativa de equilibrar o edifício no seu todo, atribuindo-lhe características de monumentalidade, harmonia estética e arquitectónica.

Através da análise da planta datada de 1844<sup>175</sup> identificamos a construção de uma nova ala, realizada à custa das edificações já existentes.<sup>176</sup>

Esta edificação é ligada ao edifício principal através do derrube de uma parede mestra e conseqüente criação de uma pequena divisão.

Do edifício de anexos paralelo demolida a ligação com uns anexos mais pequenos de maneira a que o Palácio fique com uma estrutura linear e geométrica.<sup>177</sup>

Esta ala acrescenta mais vinte divisões ao espaço interior do Palácio Real do Alfeite, com cerca de vinte e seis janelas, proporcionando muito mais luminosidade ao interior.

O interior do edifício vira a sua direcção, isto é, o corredor que liga todas as divisões entre si e que atravessa todo o corpo central, estava virado para a frente ribeirinha antes da intervenção do Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira. Desta forma, as salas tinham vista para o jardim situado nas traseiras do edificio.<sup>178</sup>

Após a intervenção do Mateus Vicente de oliveira, este corredor ficou do lado traseiro do edifício, em que todas as divisões passaram a ter vista para o Rio Tejo.<sup>179</sup>

Podemos confirmar a mudança de direcção do corredor se repararmos no esquema de acesso à escadaria interior, pois nas plantas de 1825<sup>180</sup> esta procede da fachada para as traseiras, e na planta de 1844<sup>181</sup> faz-se no sentido das traseiras para a frente.

---

<sup>173</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 4 e 5.

<sup>174</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>175</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4, desenhos nº 24, 25 e 26.

<sup>176</sup> Transformação já referida aquando da justificação por nós efectuada da cronologia das representações do Palácio Real do Alfeite da planta de 1792 (Ver Anexo Gráfico – Planta nº 1) e das plantas de 1825 (Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3).

<sup>177</sup> Ver Anexo Gráfico – Desenho nº 26.

<sup>178</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3, Desenho nº 25.

<sup>179</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4, Desenho nº 26.

<sup>180</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>181</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

Destaca-se o cuidado em aproveitar a ligação com o edifício de anexos para similar a construção de um outro torreão, o qual procura aproximar-se do já existente, a fim de encontrar uma forma geométrica para redimensionar o Palácio Real e equilibrar o esquema da fachada.

Modificações que não afectam a área das cozinhas e fornos, que se mantêm com dezasseis zonas compartimentadas, diferindo apenas no número de janelas na zona traseira, aumentando de quatro para sete.<sup>182</sup>

O número de divisões também se mantêm inalterado mas com mudanças no seu esquema, duplicando, isso sim, o número de janelas para oito.

Devemos chamar atenção para a simetria criada entre as janelas da fachada e as das traseiras do edifício.

Concluimos que o Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira procurou iluminar o interior do edifício, reestruturando-o e duplicando o número de janelas.

E que, ao modificar o posicionamento do corredor, procurou proporcionar às divisões a vista ribeirinha, que anteriormente teria de ser vislumbrada do corredor.

Em suma, o Arquitecto teve a difícil missão de compor o edifício, conjugando as características indissociáveis de um palácio da realeza com a preponderante vertente rural presente.

Conferiu-lhe um carácter mais formal, austero, equilibrando as duas vertentes do real/rural, e acima de tudo, criando maior conforto e habitabilidade no seu interior.

A partir deste momento, o Palácio Real do Alfeite torna-se num ponto de convívio e reunião da Família Real em diversos momentos.<sup>183</sup>

---

<sup>182</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2, 3 e 4, desenhos nº 25 e 26.

<sup>183</sup> César da SILVA, *D. Carlota Joaquina: sua chronica episódica*, 1ª edição, João Romano Torres, Lisboa, [191-], p.54; Tomás RIBEIRO, *História da Legislação Liberal Portuguesa*, 2 vol, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891, p. 147; José Liberato Freire de CARVALHO, *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855, pp. 49-50; João Cândido Baptista de GOUVEIA, *Policia Secreta dos últimos tempos do reinado do Senhor D. João VI; e sua continuação até Dezembro de 1826*, Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho, Lisboa, 1835, p. 194; José Ferreira BORGES, Almeida GARRETT, Paulo MIDOSI, “Correspondência do Chaveco” in *O Chaveco Liberal*, Londres, Imprensa por R. Greenlaw, Outubro, 1829, p. 183; José Maria da Silva LEAL, “Os banhos no Mar” in *Revista Universal Lisbonense. Jornal dos interesses phisicos, moraes e intellectuaes*, Tomo VI, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, Lisboa, 1846-1847, pp. 239-240.

### II.1.1.3. Estudo Artístico do Palácio Real do Alentejo

Profundamente influenciados pelo contexto cultural do *Iluminismo*, os arquitectos do século XVIII, buscavam uma síntese espacial e formal mais racional e objectiva.

Na arquitectura barroca, o palácio era construído em três pisos. Os palácios, em vez de se concentrarem num só bloco cúbico, como os renascentistas, parecem estender-se sem limites sobre a paisagem, em várias alas, numa repetição interminável de colunas e janelas.<sup>184</sup>

Por exemplo, em França desenvolveu-se um estilo “barroco” mais sóbrio do que o italiano, com plantas menos complicadas, fachadas mais severas, muito maior respeito pelas proporções e pelos pormenores tradicionais das ordens arquitectónicas. O seu expoente máximo é Versalhes, a grande residência real que o rei mandou construir fora de Paris, um imenso bloco em forma de U, com duas longas alas, focando toda a atenção para a fachada principal virada para o jardim.<sup>185</sup>

É sob esta influência que, desta forma, no século XVIII, com a ascensão, em 1706, de D. João V, ao trono do reino português, começa uma nova época para os costumes e para as artes em Portugal.<sup>186</sup>

No panorama cultural e artístico, o barroco manifesta-se na arquitectura, mobiliário, talha, azulejo e ourivesaria, com grande riqueza. A Real Academia Portuguesa de História é fundada, dá-se a introdução da ópera italiana. O nome do rei está, ainda, ligado à edificação do Aqueduto das Águas Livres, que visava o regular abastecimento de água de Lisboa.

No que concerne, mais especificamente, à arquitectura, foi uma época áurea, tanto quanto à quantidade como à qualidade das construções. Releve-se, no entanto, que em Portugal, o uso da planta elíptica e da fachada curva nunca foi corrente, nem mesmo na arquitectura religiosa, e assim, salvo raras excepções, o nosso barroco é muito mais de pendor decorativo que estrutural.<sup>187</sup>

---

<sup>184</sup> Flavio CONTI, *Como reconhecer a arte Barroca*, tradução de Carmen de Carvalho, Edições 70, Lisboa, D.L. 1996, pp. 16-19.

<sup>185</sup> Flavio CONTI, *Como reconhecer a arte Barroca*, tradução de Carmen de Carvalho, Edições 70, Lisboa, D.L. 1996, pp. 17-18.

<sup>186</sup> Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Barroco*, vol 4, Presença, Lisboa, 2003.

<sup>187</sup> Marcus BINNEY, *Casas Nobres de Portugal*, Difel, Lisboa, 1987, p. 11.

No começo do século XVIII, os solares portugueses ainda mantêm uma fisionomia mais maneirista que barroca, com as suas arcarias e colunatas nas varandas. É no segundo quartel do século que o solar barroco se impõe, e com maior vigor no Norte do país.<sup>188</sup>

Independentemente do tipo de plantas, os palácios desta época apresentam características diversas, atribuindo diferentes graus de importância à fachada, ao corpo central e à horizontalidade do edifício.

É dado destaque à entrada nobre na fachada principal, sendo esta ladeada de colunas ou de pilastras, e dominada por uma janela trabalhada encimada pelo brasão, em que os enquadramentos das restantes janelas denotam simplicidade.

Outro elemento importante é o papel desempenhado pela escadaria exterior das traseiras que liga à escadaria interior, ligando, assim, o andar nobre ao jardim.

No que respeita à tipologia das propriedades da margem sul do Tejo, estas caracterizam-se pela sua grande dimensão e fraca densidade de povoamento, a par de uma uniformidade traduzida na simplicidade arquitectónica e construtiva<sup>189</sup>.

Uma das características mais originais destas casas nobres é a existência de uma capela, que frequentemente se encontrava incorporada na fachada, como símbolo da harmonia entre a vida quotidiana e a religião<sup>190</sup>.

*“...O panorama arquitectónico português em meados do século XVIII era, portanto e em resumo, o seguinte: o Norte assistia à proliferação dos edifícios tardo-barrocos e ecléticos de Nasoni e do rocóco aportuguesado de André Soares. No Sul, prolongava-se a tradição nacional a caminho do pombalino; e, ao mesmo tempo, as obras de Mafra abriam um novo ciclo, seduzindo vários arquitectos portugueses a fazer incursões pelo “estilo internacional” da época.”<sup>191</sup>*

---

<sup>188</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>189</sup> Marcus BINNEY, (...), p. 15.

<sup>190</sup> Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Publicações Civilização, Barcelos, 1986, p. 16.

<sup>191</sup> Paulo Varela GOMES, *A Arquitectura Barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987, p. 31.

Observando actualmente o Palácio Real do Alfeite, sede do Comando Naval e da Base Naval do Alfeite, estamos perante um edifício construído em dois registos, num processo construtivo simples. Planta em U, que em vez de se concentrar num só bloco cúbico, estendesse sobre a paisagem e o Rio Tejo em vários corpos. Planta de forma regular, geométrica e simétrica; que evidencia a simplicidade e a formalidade da estrutura.

Com uma fachada horizontal, na qual se observa uma acentuação do corpo central da fachada.

Corpo central, no qual se encontra em maior número detalhes decorativos, denotando-se desta forma a importância dada à entrada nobre. Entrada nobre com um alpendre apoiado em duas colunas, que dá acesso a um pequeno átrio exterior antes de se aceder à porta principal para acesso ao hall interior.

Cornija com as armas do monarca que encomendou as obras de remodelação, D. Pedro V. Esta pedra não parece ter sido desenhada para ser, originalmente, colocada neste local, mas só uma observação através de meios técnicos especializados é que poderia fornecer uma leitura que permitisse obter uma conclusão.

As armas usadas neste período (1558-1816) são normalmente assim descritas: escudo de prata, cinco escudetes de azul postos em cruz, cada um carregado de cinco besantes do campo; bordadura de vermelho carregada de sete castelos de ouro. Timbre: brasão alado, nascente de verde, até ao fim da monarquia, em 1910, sendo que só na regência de D. João VI, no período de 1816 a 1826, é que foi acrescentada a esfera armilar por detrás das armas reais, entre outras peças que para este estudo não interessam.

Embora no reinado de D. Dinis fossem representados cinco besantes nem sempre este número se manteve e a disposição dos besantes em cruz é um erro sob o ponto de vista da heráldica.

Por outro lado, foi a partir do reinado de D. Pedro II que passou a haver uma certa confusão, trocando-se os castelos na bordadura por torres mas esta inversão teve o seu período áureo no século XVIII.

Por isso, torna-se mais claro o período em que foi feita esta pedra de armas.

Foi no reinado de D. Sebastião que se começou a usar a coroa fechada, mas de forma simples, só representando um aro na armação superior da coroa (há quem chame

a esta uma primeira fase da coroa fechada). A segunda fase aparece por volta do reinado de D. João V com cinco hastes visíveis com pérolas, que nascem de florões.

Esta coroa está bastante danificada, o que pode ter acontecido durante o processo de transferência destas armas do seu local original para o aqueduto, durante as invasões francesas ou ainda no período de transição da monarquia para a república, fase em que se quebraram as cruzes que encimavam as coroas.<sup>192</sup>

Edifício com cobertura de duas águas em telha de meia-cana tradicional, com beiral simples.

Esquema repetitivo e simétrico de janelas em ambos os pisos.

*“Embora não haja, efectivamente, “um único urbanismo barroco” in e sim “várias formas, por vezes convergentes, de desenho urbano na época barroca” ...”*<sup>193</sup>

Esta citação pretende lembrar que nós não pretendemos encaixar o Palácio Real do Alfeite no Barroco, porque uma obra de arte é o resultado de muitas influências, que apesar de distintas entre si, se interligam e cooperam para a criação de algo.

Em Lisboa, após o Terramoto de 1755, algumas quintas de recreio viram-se transformadas em residências principais, sofrendo alterações e acrescentos, como as dos Marqueses de Fronteira e de Angeja que viraram palácios.<sup>194</sup>

Situação paralela aconteceu com o Palácio Real do Alfeite, mutando-se de quinta de recreio a casa de campo erguida no perímetro das cidades, residências secundárias dos grupos sociais dominantes,<sup>195</sup> mais especificamente, a residência oficial do Infante e Família Real.

Para que possamos demonstrar que o percurso do Palácio Real do Alfeite segue as mesmas directrizes dos restantes edifícios congéneres da época apresentamos no capítulo seguinte alguns desses exemplos, por consideramos existirem semelhanças relevantes para este estudo comparativo.

---

<sup>192</sup> Duarte Vilardebó Loureiro, especialista em Heráldica e desenho heráldico, sócio do Instituto Português de Heráldica e da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

<sup>193</sup> Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Barroco*, vol 4, Presença, Lisboa, 2003, p. 189.

<sup>194</sup> José Fernandes PEREIRA; Paulo PEREIRA, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Presença, Lisboa, 1989, p. 399.

<sup>195</sup> José Fernandes PEREIRA; Paulo PEREIRA, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Presença, Lisboa, 1989, p. 399.

### **II.1.1.3.1. Comparação com edifícios palacianos congéneres do Palácio Real do Alfeite em Portugal**

Para analisar a evolução arquitectónica dos grandes palácios de Portugal do século XVIII, quer os nossos, construídos de raiz segundo perspectivas bem definidas, quer os que resultaram de alterações, ou adaptações, de anteriores edifícios, importa “fugir da imagem fotográfica actual” e ensaiar, tanto quanto possível, um retorno àquela época.

Para tal, socorremo-nos de um pequeno conjunto de exemplos, os quais consideramos serem da mesma natureza, independentemente do seu percurso e vivências posteriores, mas com os quais podemos estabelecer relações de afinidades com o Palácio Real do Alfeite.

Quais os critérios que perduraram à escolha dos exemplos? A mesma data de execução? Mesma planta? Mesma autoria? Mesma funcionalidade? Mesma época? Palácios todos da Casa do Infantado? Todos palácios reais?

Para o nosso estudo comparativo cingimo-nos às casas senhoriais que foram alvo de intervenções de remodelação e/ou restauro balizadas dentro do século XVIII.

Isto para que observássemos edifícios com uma estrutura arquitectónica similar ao Palácio Real do Alfeite.

Esta comparação para nós é importante para reforçarmos a ligação entre o edifício que estudamos (Palácio Real do Alfeite) com os padrões e estilos adoptados no século XVIII.

Depreendesse desta forma que os exemplares que vamos referir de seguida não são da mesma autoria nem têm o mesmo encomendador.

Não são todos palácios reais nem pertencem à Casa do Infantado ou à Casa Real, porque neste âmbito apenas referimos o Palácio Real de Queluz, mas são palácios pertencentes a casas senhoriais de grande relevo.

Por se encontrar inserido numa vasta quinta da mesma maneira como se encontra o Palácio Real do Alfeite apresentamos o Palácio de Mateus.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> Rita Penedos DUARTE; Luísa FERREIRA, *Palácio de Mateus*, Tipografia Peres, Lisboa, 2007; Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Barroco*, vol 4, Presença, Lisboa, 2003; Joaquim Ferreira ALVES, “António Pereira: arquitecto do Palácio de São João Novo” in *Boletim Cultural*,

Concebido por Nasoni, da sua decoração interior ressaltam os tectos em madeira ricamente trabalhada, o mobiliário de diferentes épocas, pintura dos séculos XVII e XVIII. Hoje propriedade da Fundação da Casa de Mateus, que tem implementado uma significativa actividade cultural nas áreas da música, literatura e artes plásticas, organizando festivais, cursos, seminários e exposições.

Por ser igualmente um belo exemplar das típicas quintas em moda durante o século XVIII, o Paço da Quinta Real de Caxias<sup>197</sup> tem uns magníficos jardins, aonde coexistem vários lagos, por exemplo o Lago das Ninfas, com diferentes jogos de água, Cascata Real, e arbustos com formas geométricas, possuindo também várias estátuas em terracota da autoria de Machado de Castro.<sup>198</sup>

Apesar de ser representativo da sofisticada vida social do século XVIII, não se trata de um edifício muito elaborado, apresentando linhas sóbrias.

O Paço da Quinta Real de Caxias é propriedade do Estado-Maior do Exército, não estando aberto ao público, sendo apenas visível do exterior. É imóvel de interesse público desde 1953.

Se nos focarmos em edifícios que apresentam plantas arquitectónicas similares ao Palácio Real do Alfeite podemos estudar o Palácio dos Lemos, o Palácio da Graciosa, o importante Palácio do Conde de Oeiras ou o Palácio da Mitra, entre outros.

---

2ª série, vol. 7/8, Porto, 1990, pp. 241-249; Carlos de AZEVEDO, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971; Robert C. SMITH, *Nicolau Nasoni: arquitecto do Porto*, Lisboa, Livros Horizonte, cop. 1966; Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Palácios e Solares Portugueses*, Livraria Lello, Porto, [193-]; Armando de MATOS, *A casa de Mateus*, Apolono, Gaia, 1930.

<sup>197</sup> Hélder CARITA, Homem CARDOSO, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Edição de Autores, Lisboa, 1987; Ana Cristina LEITE, *Caxias, Real Quinta de*, Dicionário da Arte de Leitores, Lisboa, 2006; Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Palácios e Solares Portugueses*, Livraria Lello, Porto, [193-]; Rodrigo Alves Rodrigues DIAS, *Quinta Real de Caxias - jardim da cascata*, Voz de Paço de Arcos, n.º 66-67, Paço de Arcos, 1986; Rodrigo Alves Rodrigues DIAS, *A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, Oeiras: contributo para o estudo da arte paisagista no século XVIII*, Câmara Municipal Oeiras, Oeiras, 1987.

<sup>198</sup> Joaquim Machado de Castro (n. 1731, m. 1822) Foi um dos maiores e mais renomados escultores portugueses, e de maior influência na Europa do século XIX. Responsável pela construção de diversas obras emblemáticas como a Estátua de D. José I ou a fachada da Basílica da Estrela (ambas em Lisboa), é, todavia, como autor de presépios que viria a tornar-se famoso. O seu nome ou o da sua escola surgem associados a vários presépios que se encontram espalhados de norte a sul do País. Mas é, de facto, em Lisboa que se podem observar aqueles que acabam por lhe dar maior projecção como artista. São eles o da Sé Patriarcal de Lisboa, construído em 1776, e o que está na Basílica da Estrela, datado do ano de 1782. Algumas das suas obras: *Dicionário de escultura: inéditos de história da arte, Discurso sobre as utilidades do desenho e Descrição analytica da execução da estatua equestre erigida em Lisboa à glória do Senhor Rei Fidelissimo D. José I*.

Imponente residência nobre de província, o Palácio dos Lemos,<sup>199</sup> também conhecida por Palácio Sotto Maior, remonta ao século XVIII, construído dentro do traçado de estilo barroco.

Ladeiam a fachada de dois pisos, dois torreões quadrados que se erguem a um nível bem mais elevado que o resto do edifício. Sobre a entrada desenvolve-se uma varanda assente em colunas coríntias.

No interior, uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, alberga um retábulo de madeira do século XVIII. As cantarias e o ferro forjado contribuem para reforçar a imagem de austeridade.

O Palácio da Graciosa,<sup>200</sup> mandado construir por D. José de Melo Sampaio Pereira de Figueiredo, irmão do arcebispo de Goa e Algarve, no último terço do século XVIII, é classificado como uma “casa comprida” barroca, com uma fachada típica das moradias brasonadas da época.

De salientar o recorte das janelas e a escadaria monumental, com guardas de balaústres. Este monumento tem a particularidade de apresentar um corpo manuelino na fachada posterior, construído já nos séculos XIX.

O Palácio da Mitra,<sup>201</sup> vulgarmente conhecido como Palácio dos Arcebispos, é uma antiga residência de veraneio, primeiro dos Arcebispos, e depois, dos Patriarcas de Lisboa, situando-se na freguesia de Santo Antão do Tojal, em Loures.

---

<sup>199</sup> José Pires Lopes de AZEVEDO, *Palácio Sotto Maior: extractos da história*, Sociedade Figueira Praia, Figueira da Foz, 1999; Vergílio CORREIA, António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, ed. lit. Lisboa, 1947; AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971.

<sup>200</sup> Carlos de AZEVEDO, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971; Jorge Carvalho ARROTEIA, Amaro NEVES, Enio SEMEDO, *Aveiro - do Vouga ao Buçaco*, Presença, Lisboa, 1989; António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Aveiro*, Academia Nacional de Belas Artes, ed. lit. Lisboa, 1959.

<sup>201</sup> Clara SEQUEIRA, *O barroco em Santo Antão do Tojal: proposta para um percurso*, Junta de Freguesia, Santo Antão do Tojal, 2001; José Eduardo Horta CORREIA, “Urbanismo” in José Fernandes PEREIRA (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Presença, Lisboa, 1989; J. M. dos Santos SIMÕES, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979; Carlos de AZEVEDO, Julieta FERRÃO, Adriano de GUSMÃO, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Câmara Municipal Loures, Loures, 1983; Aires de CARVALHO, *D. João V e a arte do seu tempo*, A. de Carvalho, Lisboa, [D.L. 1960]-1962; Ana Rosa de FREITAS, “A Quinta de Santo Antão do Tojal. Palácio da Mitra” in *Monumentos*, n.º 10, Março, Lisboa, 1999; Mário Guedes REAL, “O Paço dos Arcebispos” in *Boletim da Junta Distrital Lisboa*, Lisboa, 1962, pp.3-25; Vítor SERRÃO, *História da Arte em Portugal: O Barroco*, vol 4, Presença, Lisboa, 2003; Carlos de AZEVEDO, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971; Gustavo de Matos SEQUEIRA, *Palácios e Solares Portugueses*, Livraria Lello, Porto, [193-]; Paulo Varela GOMES, *A Cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Ed. Caminho, Lisboa, 1980; Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Publicações Civilização, Barcelos, 1986.

O primitivo palácio foi mandado construir pelo arcebispo D. Fernando de Vasconcelos, cerca de 1554. No século XVIII, o primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, mandou reconstruí-lo em estilo barroco, ao gosto da época. O edifício apresenta-se em forma de U.

Muitos mais edifícios existirão, a merecer constar deste apontamento, mas a nossa intenção era apenas ilustrar a realidade na qual nos devemos situar para podermos avançar para um estudo comparativo mais específico.

De entre todos estes edifícios oitocentistas decidimos optar por nos concentrarmos no estudo comparativo entre o Palácio Real do Alfeite e o de Queluz.

Porquê especificamente o Palácio Real de Queluz? Motivos não faltam.

Primeiro, ambos eram quintas senhoriais, que foram incorporadas no património da Casa do Infantado, tendo sido posteriormente transferidas para a administração da Casa Real.

Consequentemente ambas as propriedades serviam para o usufruto e recreio do Infante e Família Real.

Apesar da implementação territorial e geográfica serem distintas, ambas tinham uma forte componente agrícola e de caça, sem que isto, no entanto, ponha em causa a existência de condicionantes individualizadoras, por exemplo a localização geográfica e territorial, condições climáticas, vias de comunicação e transportes.

Por se encontrarem sob a mesma administração, ambos os edifícios dependiam das mesmas hierarquias, nomeadamente no que diria respeito a obras de reestruturação, restauro e conservação, finanças e economia.

O arquitecto oficial, tanto da Casa do Infantado como da Casa Real, seria por inerência o responsável pelas decisões e projectos que envolvessem os dois Palácios Reais.

Subentende-se que ambos revelariam desta forma as influências, tendências, mentalidade e características desse arquitecto. Independentemente da aceitação, seria muito provável que as obras viessem a ser realizadas por equipas distintas, mas que ambas cumpriram o projecto mentalizado e delineado pelo arquitecto oficial da instituição.

Desta forma pretendemos, como já referimos anteriormente,<sup>202</sup> demonstrar que o programa adoptado para a primeira grande campanha de obras no Palácio Real do Alfeite tem paralelismos com a intervenção no Palácio Nacional de Queluz, sendo ambas da responsabilidade do Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira, Arquitecto-Mor da Casa do Infantado.

### **II.1.1.3.2. O Palácio Real de Queluz e o Palácio Real do Alfeite**

O paralelismo que pretendemos estabelecer entre o Palácio Real do Alfeite e o Palácio Nacional de Queluz visa essencialmente criar analogias de forma a pudermos atribuir a autoria da planta do Palácio Real do Alfeite a Mateus Vicente de oliveira.

Como argumentos para tal opção devemos referir desde já o facto de o encomendador das obras dos dois edifícios ser o monarca D. Pedro II.

O que nos conduz ao segundo argumento de peso, o período de execução está compreendido dentro da mesma baliza temporal – século XVIII, década de 50/60.

Para além, de estarmos perante dois edifícios que evoluem de quintas senhoriais para palácios de recreio para usufruto dos membros da Casa do Infantado.

Deste modo, é plausível que existam semelhanças estruturais e arquitectónicas entre os dois edifícios, embora não seja necessário um confronto exaustivo entre eles, tanto mais que o cariz monumental de Queluz não tem paralelo em qualquer outro palácio da época.

Assim, o estudo da campanha de obras realizadas sob a supervisão do Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira,<sup>203</sup> no Palácio Real do Alfeite, implicou necessariamente a ligação com o percurso da campanha de obras no Palácio Real de Queluz.

Vejamos sumariamente a cronologia do Palácio Real de Queluz.

---

<sup>202</sup> II. Enquadramento Arquitectónico e Artístico do Palácio Real do Alfeite, II.1 As campanhas de obras do Palácio Real do Alfeite, II.1.1 I Fase, II.1.1.2. O Arquitecto do Alfeite, Mateus Vicente de Oliveira e a Arquitectura Barroca.

<sup>203</sup> Paulo Varela GOMES, *A Arquitectura Barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987, pp.40-41: “*Depois, veio 1755 e o grande terramoto que arrasou Lisboa....pela mão de uma nova geração de arquitectos: Reinaldo Manuel (1737-1789), Caetano de Sousa (1742-1802), (...), Joaquim de Oliveira (falecido em 1803), José Manuel de Carvalho Negreiros (1749-1813),(...)* - e alguns outros. Tanto mais que vivia ainda, e sobreviveu até 1785, um homem da escola de Mafra e o nosso mais importante arquitecto tardo-barroco: Mateus Vicente de Oliveira.”

Em 1654, a Quinta de Queluz, pertença do Marquês de Castelo Rodrigo, passa para a posse da Casa Real e é incorporada na Casa do Infantado.

Em 1747, inicia-se a construção do palácio, por iniciativa do príncipe D. Pedro, futuro D. Pedro III, terceiro Senhor da Casa do Infantado.

Até 1758, as obras prosseguem sob a direcção directa de Mateus Vicente de Oliveira, cuja presença é então requerida em Lisboa para efeitos da reconstrução da cidade.<sup>204</sup>

Este arquitecto foi, nesta data, substituído pelo arquitecto decorador Robillon, o qual será responsável designadamente pela concepção dos jardins, mas ressalvo que sempre sob a orientação e supervisão de Mateus Vicente de Oliveira.<sup>205</sup>

Neste período (1747/1758) assistiu-se à demolição de uma parte do Paço Velho e à construção do designado Corpo Central, ala cuja Fachada das Cerimónias possui dois andares e adaptaram-se várias alas do antigo palácio.

Posteriormente, na década de 60, procede-se à conclusão da ala ocidental, ornamentação da Sala das Talhas e remodelação da Sala do Trono, construção de uma pequena praça de touros no jardim.

Em 1782, já com a direcção das obras em Queluz entregue a Manuel Caetano de Sousa, por falecimento de Robillon, assinala-se o fim da primeira grande fase de construção do palácio.

Uma das mais antigas dependências do Palácio e cuja estrutura se manteve praticamente imutável até aos nossos dias, é a Sala da Música, da responsabilidade de Mateus Vicente de Oliveira.

A Sala da Música, também conhecida por Sala das Serenatas, foi muitas vezes Casa da Ópera, paço de inúmeros serões musicais, principalmente durante a vivência de D. Pedro III e de D. Maria.

---

<sup>204</sup> Paulo Varela GOMES, *A Arquitectura Barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987, p.42: “... do conjunto urbanístico-arquitectónico decisivo desta época no quadro do barroco: Queluz. A vila foi planeada para a Casa do Infante. Em 1752, Mateus Vicente tornou-se o arquitecto dessa casa. Enquanto se erguia a Lisboa de Manuel da Maia e Eugénio dos Santos, Queluz submetia-se alegremente ao gosto barroco da aristocracia (...)”.

<sup>205</sup> Maria João Baptista NETO, Fernando GRILO, “A obra do escultor inglês John Cheere para os jardins do Palácio de Queluz ” in *Património estudos*, n° 8, IPPAR, Lisboa, 2005, pp. 81-92.

Outra dependência das mais antigas, apesar das alterações a que foi sujeita posteriormente, é o Corredor das Mangas, pelo qual se fazia a ligação entre o paço velho e as novas dependências.

Actualmente, o Palácio Nacional de Queluz apresenta uma planta complexa porque é o resultado de fases muito distintas de construção, em que lhe foram acrescentados várias alas.

O edifício organiza-se genericamente em L, enquadrando os jardins por meio de várias alas, as quais apresentam volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados duas e quatro águas.

Porém, para o estudo comparativo com o Palácio Real do Alfeite, apenas nos interessa observar a parte mais antiga do Palácio Real de Queluz.

Desta forma, debruçar-nos-emos sobre a planta do fundo documental da Casa Real do Palácio Real do Alfeite, datada de 1844,<sup>206</sup> comparando-a com a planta do Palácio Real de Queluz publicada por Simonetta Luz Afonso.<sup>207</sup>

A nível da arquitectura, ambos os palácios apresentam uma planta idêntica, em L, embora de orientação distinta, um organiza-se em torno do jardim interno (Palácio Real de Queluz), o outro (Palácio Real do Alfeite) vira-se para o rio Tejo e para a zona da praia.

Ambos possuem dois andares de altura (dois registos), no caso de Queluz temos um corpo nobre a dar para o jardim de Malta, e no caso do Alfeite temos um corpo central a dar para o terreiro.

Ambos possuem um aqueduto, sistema de gestão de águas, mais elementar o do Alfeite, mais utilizado o de Queluz e mais elaborado.

De destacar a sobriedade do seu tratamento exterior e grande simplicidade, características marcadas pela preocupação de enobrecer ambas as casas senhoriais.

Em relação à arquitectura do mesmo tipo corrente na época em Portugal, é de notar o facto de se tratam de dois projectos que visaram adaptar/converter as

---

<sup>206</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4. Na planta de 1844 do Palácio Real do Alfeite podemos observar a intervenção do Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira no edifício pré-existente, edifício esse representado nas plantas do IGP e SIDCARTA de 1825.

<sup>207</sup> Simonetta Luz AFONSO, Angela DELAFORCE, Nicolas SAPIEHA, *Palácio de Queluz: jardins*, Quetzal, Lisboa, D.L. 1989.

estruturas/esqueletos pré-existentes, absorvendo características estéticas e artísticas do estilo pelo qual se distingue o arquitecto Mateus Vicente de Oliveira.

Por outro lado, o programa de espaços exteriores e interiores corresponde claramente ao previsto para uma casa de campo ou de recreio e lazer.

Ambos os palácios assumem uma relação directa com os jardins, que no caso do Palácio Real do Alfeite os jardins situavam-se nas traseiras do edifício, de forma a garantir a intimidade e a segurança do Infante e membros da Família Real porque a frente ribeirinha do Palácio Real do Alfeite seria muito movimentada devido à existência de um cais de embarque e de acesso à praia.<sup>208</sup>

#### **II.1.1.4. A evolução dos Jardins e a importância da vertente rural**

Através de expedições de estudo, recolhas ou da recriação dos jardins e quintas, poderíamos compreender a visão criadora, ou simplesmente, traçar a sua evolução.

Assim, com a evolução do jardim, sito nas traseiras do Palácio Real do Alfeite, temos em paralelo, as quintas agrícolas circundantes do mesmo.

Para estudarmos estas duas realidades, e no decurso da investigação, privilegiámos as fontes escritas e os documentos gráficos, que consideramos mais próximo dos objectos em estudo.

A documentação recolhida inclui a documentação gráfica pertencente ao Instituto Geográfico Português<sup>209</sup> e a do SIDCARTA,<sup>210</sup> ambas datadas de 1825, para além da planta pertencente ao fundo documental da Casa Real da Torre do Tombo.<sup>211</sup>

Do mesmo modo, também trabalhamos as fontes impressas, estudos de agricultura,<sup>212</sup> inventários de bens pertencentes ao fundo da Casa Real,<sup>213</sup> bem como memórias descritivas pertencentes aos processos de obras.<sup>214</sup>

---

<sup>208</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 9.

<sup>209</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 2.

<sup>210</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 3.

<sup>211</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>212</sup> José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças - Memória sobre a Quinta do Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado. Alfeite*, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português); José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças - Memória sobre as amoreiras de Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado.*

Elemento indispensável de qualquer Palácio setecentista, os jardins são, por um lado, um local de recato, de descontração, de contacto com a natureza, por outro, um local de convívio, recreio, dança e jogos.

Neste caso específico o Palácio Real do Alfeite tem uma frente ribeirinha, a qual condiciona todo o enquadramento do edifício e a sua moldura paisagística.

Através da análise da planta do Instituto Geográfico Português,<sup>215</sup> idêntica à do site SIDCARTA do Exército Português,<sup>216</sup> datadas de 1825, podemos proceder à descrição do que seria o jardim.

É um jardim que ocupa toda a fachada traseira do Palácio Real, amplo, simples e favorecendo as formas geométricas. Peças fundamentais deste espaço são o tanque de água e os canteiros que delineiam um esquema geométrico.

Podemos assim identificar três partes distintas neste espaço. Primeiro a secção acima mencionada, de seguida o corpo do jardim com quatro canteiros principais e por fim o tanque, o que nos permite traçar um rectângulo envolvendo e englobando todas as três partes.

Desta forma temos um tanque de água do lado esquerdo complementado com um pequeno canteiro, para preenchimento do restante espaço, em que este pequeno canteiro apresenta o esquema estético e figurativo semelhante ao canteiro central do jardim.

O bloco central constituído por quatro canteiros, com dois desenhos predominantes, que combinam para traçar um x, e estão direccionados para um espaço central circunferencial, que tem ao centro a fonte.

Do lado direito temos mais dois canteiros, um com proporções ainda relativamente aceitáveis com um desenho distinto dos do bloco central, sendo este ladeado por um bem mais pequeno mas importante para delinear uma figura geométrica – rectângulo – de forma a enquadrar o jardim.

---

*Alfeite*, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, (Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português).

<sup>213</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 11 e 19.

<sup>214</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 32.

<sup>215</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 2.

<sup>216</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 3.

Ao lado tem um espaço delimitado que pensamos, que terá sido um espaço relvado para piqueniques e jogos que decorreriam no Palácio Real aquando da estadia do Infante e da Família Real no Alfeite.<sup>217</sup>

Aquando da extinção da Casa do Infantado em 1834, e a conseqüente passagem das Propriedades do Alfeite para a Casa Real, foram elaborados Tombos, nos quais encontramos plantas com a descrição e medição das quintas.

A planta,<sup>218</sup> datada de 1844, sobre a qual o Arquitecto Mateus Vicente de Oliveira se debruçou para reestruturar, ilustra os jardins do Palácio Real apesar de não ter grande pormenor, mas permite-nos afirmar que estes mantêm o esquema geométrico de um rectângulo, com três partes distintas.

Do lado esquerdo o tanque de água com um pequeno canteiro em paralelo, ao centro os quatro canteiros direccionados para um espaço central circunferencial e uma terceira parte, ainda mal identificada, que parece serem canteiros de relva.

Para além dos Tombos, também são elaborados inventários dos bens a integrar na Casa Real,<sup>219</sup> em que se descrevem todo o tipo de utensílios, inclusive para tratamento e manutenção dos jardins.

Não estamos perante um jardim exuberante, grandioso, ostentoso. Pelo contrário, era um jardim discreto, proporcional à traseira do edifício, bem delineado, apresentando uma simetria deliberada.

Jardim que apesar destas características podemos afirmar que foi alvo da atenção de Júlio Mattiazzi, jardineiro do Real Jardim Botânico da Ajuda e o primeiro jardineiro do Horto Botânico de Pádua.

O jardim junto ao solar português é pobre, pois, exceptuando raros exemplos, como o da Casa dos Biscainhos, em Braga, e o da Casa de Mateus (...) é difícil separá-lo de outras zonas como a horta e o pomar. O tanque, reservatório tradicional para regas, é mantido, mas, embora utilitário, pode ser decorado. Nos jardins do palácio de Pombal, em Oeiras, “a água que regava os jardins e canteiros ia mover o rodízio da azenha...; o

---

<sup>217</sup> César da SILVA, *D. Carlota Joaquina: sua chronica episódica*, 1ª edição, João Romano Torres, Lisboa, [191-], p. 54: “*Mal se espalhou a notícia do caso D. Carlota Joaquina, que estava em Queluz, foi logo em busca de seu marido, que veraneava então no Alfeite, e ambos seguiram d’á para Vila Viçosa, (...)*”.

<sup>218</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>219</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 12: “*Relação dos utensílios existentes na Real Quinta do Alfeite pertencentes ao Almoxarifado do Alfeite q existiao em o anno de 1833 quando este Almoxarifado pasou para a Casa Real. A saber (...)*”.

jogo da péla encontrava-se no laranjal; a água das majestosas cascatas descia para formidáveis tanques, que, por sua vez, iam irrigar a horta e os agros” (Aquilino Ribeiro).<sup>220</sup>

Infelizmente não podemos concluir a sua verdadeira extensão para além do perímetro do edifício, pelo que supomos estaria delimitado ao espaço representado nas plantas.

Contrariamente aos jardins, a área rural da Quinta Real do Alfeite ocuparia uma enorme extensão, demonstrando o peso e a importância desta vertente na vivência do Alfeite. No entanto, é uma faceta completamente olvidada, apesar da relevância no abastecimento de produtos hortícolas e frutícolas provenientes destas quintas a Lisboa, nas publicações respeitantes ao Alfeite.

Excepção: durante a administração da Casa do Infantado as propriedades agrícolas do Alfeite foram alvo de um estudo de forma a analisar a sua viabilidade económica.

Viabilidade económica demonstrada também pela documentação referente a despesas com furos de água.<sup>221</sup>

Assim, as culturas coexistentes na Quinta do Alfeite, circundantes do Palácio Real do Alfeite, foram alvo de dois estudos realizados por Domenico Vandelli.<sup>222</sup>

Um consiste numa análise da quinta e outro aparenta ser um relatório sobre a viabilidade da implementação de outras actividades económicas naqueles domínios.

Nesta *Memória [sobre a] quinta do Alfeite* é abordada a localização da quinta face ao Rio Tejo e a Lisboa,<sup>223</sup> caracterizando os terrenos, como arenosos e bastante

---

<sup>220</sup> Marcus BINNEY, *Casas Nobres de Portugal*, Difel, Lisboa, 1987, p. 12.

<sup>221</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 37.

<sup>222</sup> Domenico Agostino Vandelli (n. 1730, m. 1816). Formou-se em Filosofia pela Universidade de Pádua e foi convidado pelo Marquês de Pombal para integrar o corpo docente que iria leccionar matérias científicas no Real Colégio dos Nobres. Em seguida, foi convidado, no âmbito da reforma da Universidade de Coimbra, para ocupar um lugar na Faculdade de Filosofia, onde foi nomeado lente de Química e de História Natural. Ficaria também responsável pela selecção do local da implantação do Jardim Botânico, do estabelecimento do Laboratório Químico e do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra. Em 1787 tornou-se no primeiro director do Jardim Botânico da Ajuda, sendo nomeado Deputado da ‘Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios. Durante as invasões francesas, entre 1807 e 1811, foi acusado de ser *afrancesado* e em 1810, com 80 anos, foi preso e deportado para a Ilha Terceira, Açores.

<sup>223</sup> José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças – Memória sobre a Quinta do Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado. Alfeite*, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, p. 91: “A situação da quinta á borda do Tejo, quase de frente de Lisboa, é uma das melhores para transportar à capital todas as suas produções.”

férteis para actividade agrícola e as fontes de abastecimento de água,<sup>224</sup> sugerindo a sua modernização, descrevendo o pinheiral e as culturas existentes no espaço agrícola do Alfeite,<sup>225</sup> e apresentando soluções para incrementar o rendimento dos terrenos agrícolas do Alfeite.<sup>226</sup>

Por último, apresenta um projecto de requalificação da área agrícola. Para o pinheiral sugere um plano de devastação, limpeza e sementeira de pinhões nos terrenos mais despovoados.

Propõe, ainda, uma escolha de terrenos mais apropriada para a cultura da vinha tendo em vista a sua expansão, e o aumento da variedade de árvores de fruto, figueiras, amendoeiras, pessegueiros, amoreiras pretas e brancas, etc.

Domingos Vandelli, apresenta outra memória,<sup>227</sup> na qual analisa a cultura de amoreiras na quinta, explicando todo o processo de estudo para justificar a sua decisão de não propor a modernização e incremento desta cultura, de modo a aumentar os rendimentos da quinta.

Sendo, a nosso ver, uma quinta basicamente de carácter rural e agrícola que devido à localização geográfica, à riqueza dos solos para árvores de fruto e culturas de regadio, às suas dimensões e dividendos gerados, merecia ter sido alvo de mais estudos e memórias.

Sucintamente vejamos que o já sabemos sobre o Palácio Real do Alfeite após a sua integração na Casa do Infantado.

---

<sup>224</sup> José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças – Memória sobre a Quinta do Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado*. Alfeite, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, p. 91: “Além de um poço, a cuja água nunca se diminui, de maneira que convinha ria aplicar-se uma nova nora dos dois irmãos do Porto, que vieram do Brasil, e da qual se observa o bom efeito na quinta de José de Seabra, existe na contígua quinta do Antelmo, e muitas fontes na praia, entre as quais uma férrea.”

<sup>225</sup> José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças – Memória sobre a Quinta do Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado*. Alfeite, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, p. 92: “Consta de pinheiros bravos, e poucos mansos ... Vinhas, fruta de espinho, oliveiras, amoreiras brancas e pretas, figueiras, amendoeiras, alfarrobeiras, e alguma fruta de caroço.”

<sup>226</sup> José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças – Memória sobre a Quinta do Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado*. Alfeite, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, p. 93: “É certo, que esta fazenda necessita de muita despesa para reduzir-se á sua maior cultura, mas no mesmo tempo de uma fiscalização exacta, por que não hajam descaminhos, e que o sobejo do seu rendimento das ordinárias despesas, possa servir para aumentar a agricultura desta grande fazenda.”

<sup>227</sup> José Vicente SERRÃO, introd. e dir. de edição [de]., Domenico VANDELLI, *Aritmética Política, Economia e Finanças. Memória sobre as amoreiras de Alfeite*, Banco de Portugal, 1994, pp. 95-97.

Após esta integração o Palácio Real do Alfeite foi alvo de uma campanha de obras de grande dimensão que transforma exteriormente e interiormente o edifício.

O monarca D. Pedro II encomenda um projecto de restauro e adaptação da casa senhorial situada na Quinta do Alfeite, na margem sul do Rio Tejo, ao arquitecto da Casa do Infantado Mateus Vicente de Oliveira.

O qual projecta a ampliação do edifício, harmonização da sua estrutura arquitectónica de forma a transmitir exteriormente uma visão mais equilibrada e similar com os outros edifícios palacianos do século XVIII.

Reestrutura também o interior do Palácio Real do Alfeite, pelo que todas as divisões deixam de ter vista para a frente ribeirinha passando para as traseiras aonde se encontram os jardins.

Readapta desta forma o edifício para que este se “feche” em torno da zona de recato, lazer e convívio situada nas traseiras e que se encontra protegida pelas paredes do Palácio, para que desta forma se possa garantir a segurança e privacidade de que o Infante e Família Real necessitariam.

Com a extinção da Casa do Infantado e a consequente integração na Casa Real, o Palácio Real do Alfeite vai ser alvo de uma segunda campanha de obras.

### **II.1.2. O restauro do Palácio Real do Alfeite no século XIX (II Fase)**

#### *“O PAÇO REAL DO ALFEITE*

*...D. Pedro V fez importantes obras na quinta do Alfeite e construiu um novo palácio. As salas são elegantes e bem mobiladas, a escadaria magnífica, as pinturas dos tectos são deveras artísticas e a quinta tem bellezas naturaes, existindo... por vezes Suas Magestades vão de visita ao Alfeite, repousam alguns momentos no palácio, merendam na quinta, embarcando depois no magnifico cães junto do palácio.”<sup>228</sup>*

---

<sup>228</sup> “O Paço Real do Alfeite” in *Ilustração Portuguesa*, Empreza do Jornal O Século, Lisboa, Outubro 1905, p. 763.

## “ALFEITE

*...Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V acaba de mandar construir n'aquella quinta uma nova residência, mais confortável e elegante do que o antigo real casarão, escoltado de pontales, que lá havia. È architecto da obra, o da casa real, Joaquim Possidónio Narciso da Silva....”<sup>229</sup>*

Estas obras realizam-se sob a supervisão do Architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva,<sup>230</sup> Architecto Oficial da Casa Real.

Infelizmente não nos foi possível encontrar memória descritiva dos detalhes da sua intervenção, apesar de termos consultado os diversos espólios existentes,<sup>231</sup> para além da abundante bibliografia sobre ele já produzida.<sup>232</sup>

Vamos tentar ao longo deste capítulo perceber a viabilidade de cada data mencionada anteriormente, para além de analisarmos as fases da intervenção realizada por Possidónio da Silva, bem como o espírito e os objectivos da intervenção.

---

<sup>229</sup> “Alfeite” in *Archivo Pitoresco*, vol. I, Typ. de Castro Irmão, Lisboa, 1858, p. 212.

<sup>230</sup> Joaquim Possidónio Narciso da Silva (n.1806 m.1896). Architecto, arqueólogo e fotógrafo português. Foi autor do projecto do Palácio da Ajuda (1834, publicado em 1866); e do projecto de uns banhos públicos na zona do Passeio Público (1835). Enquanto architecto da Casa Real, projectou a remodelação do Paço das Necessidades (1844-1846) e o Paço do Alfeite (anteriormente a 1857). Trabalhou também na remodelação do Teatro de São Carlos e do Palácio do Manteigueiro. Foi encarregado, por D. Pedro V, em 1858, de proceder a um estudo técnico de monumentos nacionais. Para além de ser um dos fundadores, em 1863, da antiga Real Associação dos Architectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, posteriormente Associação dos Arqueólogos Portugueses. A Associação foi a responsável, em 1866, pela criação de um museu arqueológico, depois instalado nas ruínas do Convento do Carmo.

<sup>231</sup> Fundo Joaquim Possidónio Narciso da Silva (PT-TT-JPNS); Espólio Bibliográfico da Biblioteca do Convento de Mafra, a Associação portuguesa dos Arqueólogos Portugueses e a Associação dos Inválidos do Comércio.

<sup>232</sup> José António Amaral Trindade CHAGAS, *Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896): contributos para a salvaguarda do património monumental português*, Dissertação de Doutoramento em Património Architectónico apresentada na Universidade de Évora, Évora, 2003; Ana Cristina Nunes MARTINS, *Possidónio da Silva e a memória histórica. Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999; Ana Cristina Fernandes Vaz MILHEIRO, *O gótico e os sistemas de desenho presentes na arquitectura oitocentista - produções teóricas europeias e a recensão portuguesa manifesta na obra escrita de Possidónio da Silva* Dissertação de Mestrado em Cultura Architectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna apresentada à Universidade. Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997; Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, *Elogio histórico do architecto civil José da Costa Sequeira: sócio fundador da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos portugueses: recitado na sessão solene da referida associação*, Lallemand Frères, Lisboa, 1873; Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, *Noções elementares de archeologia*, Lallemand Frères, Lisboa, 1878; Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, *Relatório da comissão dos monumentos nacionais*, Imp. Nacional, Lisboa, 1894; Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, *Revista pittoresca e descriptiva de Portugal com vistas photographicas [Visual gráfico]*, Ernesto Augusto da Silva, Lisboa, 1862; Camara MANUEL, “Joaquim Possidónio Narciso da Silva” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo VII, 3ª série, Nº 8, Lisboa, 1897, p. 114.

### II.1.2.1. O Arquitecto Possidónio da Silva e o Palácio Real do Alfeite

Como justificação para a realização da cerimónia,<sup>233</sup> salientou-se o contributo, na figura de D. Pedro V, para o desenvolvimento e engrandecimento da Quinta Real do Alfeite, com a sua personalidade, com o seu trabalho, visando unicamente a modernização e desenvolvimento de Portugal, apesar, das contrariedades e das mentalidades tradicionalistas que teve de defrontar.<sup>234</sup>

Pode considerar-se o jovem rei como o primeiro homem moderno português empenhado em compreender o significado da sua época, o seu país e os seus homens, dedicando grande parte do tempo aos problemas da educação, que considera fundamental para que se note a mínima parcela de progresso, aos assuntos relacionados com a indústria, agricultura, melhoramentos públicos, política internacional, etc.

A Quinta Real do Alfeite foi igualmente, muitas vezes, lugar preferido do Rei D. Carlos, para as suas caçadas, alojando-se por lá nesses períodos de lazer e recreio venatório, pois a Quinta possuía importante coutada, motivando especial atenção por parte deste monarca.

D. Carlos, filho do rei Luís I de Portugal e da princesa D. Maria Pia de Sabóia, era um apaixonado pela oceanografia, tendo adquirido um iate, o “*Amélia*” in especificamente para se dedicar a campanhas oceanográficas.

Da profunda amizade com Alberto I, Príncipe do Mónaco, igualmente um apaixonado pela oceanografia e as coisas do mar, nasceu o Aquário Vasco da Gama,<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> “A Memória de D. Pedro V foi evocada pela Marinha” in *Revista de Marinha*, nº 390, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, 1950, p. 15: “*preito de admiração pela grandeza da sua personalidade e de reconhecimento pela dedicação com que este Rei modelar se empenhou pela elevação moral e pelo progresso da nossa querida Pátria.*”

<sup>234</sup> “A Memória de D. Pedro V foi evocada pela Marinha” in *Revista de Marinha*, nº 390, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, 1950, p. 12: “*A aristocracia desse tempo era pouco instruída, de mentalidade antiquada, muito arreigada às suas prerrogativas e ambições pessoais e ignorante do progresso realizado além fronteiras com o advento da nova era industrial. D. Pedro V dotado de viva inteligência e de notável formação moral e intelectual era muito estudioso, metódico e possuidor de invulgares qualidades de trabalho (...)*”.

<sup>235</sup> Ao longo de doze anos de campanhas, D. Carlos foi reunindo uma colecção zoológica de incalculável valor histórico e científico que inclui animais conservados em meio líquido e naturalizados. Constituindo um valoroso contributo para o inventário faunístico da costa portuguesa, esta colecção tem vindo a servir de base à realização de diversos estudos científicos, nomeadamente sobre peixes e crustáceos. A Colecção Oceanográfica D. Carlos I inclui ainda instrumentos oceanográficos utilizados durante as campanhas, bem como um extenso conjunto de documentação e bibliografia referentes à actividade científica

que pretendia em Portugal desempenhar papel semelhante ao Museu Oceanográfico do Mónaco.<sup>236</sup>

Alguns trabalhos oceanográficos realizados por D. Carlos, ou por ele patrocinados, foram pioneiros na oceanografia mundial.

Honrando esta faceta do monarca, a Armada Portuguesa opera actualmente um navio oceanográfico com o nome de *D. Carlos I*.

D. Carlos foi igualmente um entusiasta da agricultura, tendo tornado rentáveis as seculares propriedades da Casa de Bragança (património familiar destinado a morgadio dos herdeiros da coroa), produzindo vinho, azeite, cortiça, entre outros produtos.

Organizou uma excelente ganadaria e incentivou a preservação dos prestigiados cavalos de Alter.

Estes apontamentos servem para destacarmos a importância que o Palácio Real do Alfeite manteve após a extinção da Casa do infantado, e conseqüente transferência para a administração da Casa Real. E, para além deste período, importância que sobreviveu até ao fim da Monarquia.

Não é pois de espantar que o Palácio Real do Alfeite fosse mais uma vez, alvo das atenções do Arquitecto Oficial para sofrer obras de readaptação ao seu novo estatuto, por inclusão nos bens da Casa Real.

Possidónio da Silva definiu um projecto para o Palácio Real do Alfeite assente nas premissas de sobriedade, simetria, harmonia e simplicidade, revelando uma influência neoclássica.

Nesta segunda fase, o esqueleto do edifício é quase totalmente mantido excepto o crescimento verificado para as traseiras, crescimento esse que transforma a estrutura espacial dos espaços internos.

---

desenvolvida pelo monarca. Parte da Coleção Oceanográfica D. Carlos I que hoje se encontra depositada nesta instituição, embora seja uma pálida amostra daquilo que deveria ter sido no tempo em que o monarca viveu, constitui um legado de incalculável valor histórico e científico, estreitamente ligado ao nascimento da moderna oceanografia em Portugal.

Ver site <http://aquariovgama.marinha.pt/AVGAMA/Site/PT>.

<sup>236</sup> O Museu Oceanográfico do Mónaco, em francês Musée Océanographique de Monaco, é uma instituição fundada em 1910 por Alberto I, Príncipe do Mónaco para albergar as colecções resultantes das suas campanhas oceanográficas e para apoiar a futura investigação dos mares.

Mantidos embora na generalidade os espaços internos, eles são, entretanto, redimensionados, duplicados em tamanho e número, tratados com estuques, pinturas e carpintarias à maneira da época.

Da duplicação da planta em L surge o U, fechando o edifício por um muro, de modo a criar uma atmosfera de segurança, privacidade e recato, transmitindo uma visão de grandeza, inacessibilidade e estatuto, características comuns entre os palácios desta época.

É um edifício austero, mas ao mesmo tempo simples, constituído por três corpos, apresentando um corpo central marcado pela horizontalidade do conjunto, rematado por dois torreões simétricos salientes.

Na fachada principal, destaca-se a entrada central, enquadrada num semi-círculo, que constitui um varandim, ao qual se tem acesso pelo nível do andar nobre, resguardado por um balcão gradeado. Destacam-se ainda as armas da Família Real inseridas no frontão que serve de remate ao pórtico.

Este frontão é decorado com métopas e triglifos de inspiração dórica, figurando ao centro as armas do Reino e em cada um dos lados o monograma do soberano.

Exteriormente, o edifício de dois pisos apresenta um minucioso trabalho em cantaria.

Do interior, destaca-se um belo salão, com tecto de madeira, excelentemente mobilado.

A expressão decorativa interior traduz um forte apelo ao revivalismo influenciado pelo *decorated english*.<sup>237</sup>

A expressão "decorated english" prende-se com um movimento que teve início, no século XIX, em Inglaterra e que teve como grande impulsionador W. Morris,<sup>238</sup>

---

<sup>237</sup> José António Amaral Trindade CHAGAS, *Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896): contributos para a salvaguarda do património monumental português*, Dissertação de Doutoramento em Património Arquitectónico apresentada na Universidade de Évora, Évora, 2003; Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, “Origem do Estylo Ogival na Inglaterra” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo V, 2ª série, Nº 10, Lisboa, 1888, pp.145-151, Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, “Architectura Ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo IV, 2ª série, Nº 2, Lisboa, 1883, pp. 20-26, Joaquim Possidónio Narciso da SILVA, “Architectura Ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo V, 2ª série, Nº 7, Lisboa, 1887, pp. 97-112.

<sup>238</sup> William Morris (n.1834, m.1896) foi um arquitecto Inglês, mobiliário e designer têxtil, artista, escritor, socialista e marxista. Principal contribuição para as artes foi como desenhista de repetir padrões de papéis de parede e tecidos, muitos deles baseados em uma observação atenta da natureza, o

próximo de J. Ruskin.<sup>239</sup> Durante a década de 1880, John Ruskin, William Morris, Philip Webb<sup>240</sup> e outros designers lançaram o Movimento de Artes e Ofícios, "Arts and Crafts Houses".<sup>241</sup> Movimento que apela à natureza, a um ambiente de casa senhorial campestre, em que intervêm na decoração do interior para além dos papéis de parede e tecidos criados por Morris os revestimentos interiores em madeira de carvalho. Um arquitecto inglês que desenvolveu esse modelo, pelos inícios do séc. XX, foi Rennie Mackintosh.<sup>242</sup>

Neste registo decorativo as casas possuem algumas características como tapumes de madeira, pedra ou estuque; beirais com suportes triangulares, alpendres com colunas quadradas ou redondas de espessura considerável; chaminés feita com pedra; numerosas janelas. Interiormente apresentam lambris de madeira escura e molduras e armários embutidos.

Da formação intelectual do Arquitecto Possidónio da Silva, destaca-se a influência da formação artística, académica e científica da Escola de Percier, assente nas

---

ressurgimento das artes têxteis tradicionais e métodos de produção. o seu interesse em arquitectura continuou durante toda sua vida, pelo que em 1877 ele fundou a Sociedade para a Protecção de Prédios Antigos (também conhecido como "Anti-Scrape"). do Seu trabalho de preservação resultou indirectamente na fundação do National Trust.<sup>238</sup> Combinado com a inspiração de John Ruskin - em particular seu ensaio "The Nature of Gothic" - arquitetura desempenhou um importante papel simbólico na abordagem de Morris para o socialismo.

<sup>239</sup> John Ruskin (n. 1819 m.1900) foi um escritor recorda pelo seu trabalho como crítico de arte e crítico social britânico, mas foi também poeta e desenhista. Os ensaios de Ruskin sobre arte e arquitectura foram extremamente influentes na era Vitoriana, repercutindo-se até hoje. O pensamento de Ruskin vincula-se ao Romantismo, movimento literário e ideológico (final do século XVIII até meados do século XIX), e que dá ênfase a sensibilidade subjectiva e emotiva em contraponto com a razão. Na sua definição de restauração dos patrimónios históricos, considerava a real destruição daquilo que não se podia salvar, nem a mínima parte, era uma destruição acompanhada de uma falsa descrição. A partir de 1851, foi um defensor inicial e patrono da Irmandade Pré-Rafaelita, inspirando a criação do movimento Arts & Crafts.

<sup>240</sup> Arquitecto inglês, por vezes apelidado de "Pai de Artes e Ofícios". Nascido em Oxford, Webb estudou na Aynho, tendo-se mudado para Londres, aonde William Morris. Começa a sua carreira em 1858, sendo especialmente conhecido como o criador da Red House no The Mall e pela casa LaPaglia (perto de East Grinstead em West Sussex). Estes foram alguns dos vários trabalhos em seu nicho favorecido das casas de campo. Webb e Morris formaram uma parte importante do movimento Arts and Crafts, e fundou a Sociedade para a Protecção de Prédios Antigos em 1877.

<sup>241</sup> O Arts and Crafts Movement foi um movimento britânico, canadense, australiano e americano estético dos últimos anos do século XIX e inícios do século XX, inspirado pelos escritos de John Ruskin. Era uma idealização romântica de um artesão tendo orgulho na sua obra pessoal, que estava no seu auge aproximadamente entre 1880 e 1910, pelo que foi um movimento reformista. Nos Estados Unidos, os termos *American Craftsman*, ou *do estilo do artesão* é frequentemente utilizado para designar o estilo de arquitectura, design de interiores, artes decorativas e que prevaleceu entre as eras dominante da Art Nouveau e Art Deco, ou aproximadamente o período 1910-1925.

<sup>242</sup> Charles Rennie Mackintosh (n.1868 – m. 1928) foi um arquitecto e designer escocês, que se baseou na tradição escocesa, juntando elementos de inspiração japonesa e de Art Nouveau. Contratado em 1890 como desenhista na firma de arquitectura Honeyman & Keppie, alcança a notoriedade quando um grupo de pintores, chamado de os Glasgow Boys, composto por J. Guthrie, J. Lavery, E. A. Walton, expôs suas obras nesse mesmo ano. Iniciou e terminou a sua carreira como arquitecto independente com a Escola de Arte de Glasgow.

premissas de oposição à arte maneirista e barroca dos séculos XVII e XVIII e por uma revolução na pesquisa da arte antiga. Alicerçada na tratadística, a escola delineou os conceitos estéticos do neo-classicismo.<sup>243</sup>

Esta formação de base incutiu-lhe valores e princípios que pôs em prática no Palácio Real do Alfeite, equilibrando duas premissas essenciais: criar soluções construtivas, visando a modernização do edifício, e a capacidade técnica para restaurar os edifícios notáveis do passado.<sup>244</sup>

No pórtico encontramos as armas reais de D. Pedro V, como se pode constatar na data e nas iniciais (ou monograma) P (Pedro) e V (Quinto): escudo francês, de prata, com cinco escudetes de azul postos em cruz, cada um deles carregado de cinco besantes do campo; bordadura de vermelho carregada de sete torres ouro. Coroa real fechada. O escudo está assente numa cartela. Em ambos os lados mais agudos do tímpano estão representados o timbre das armas reais que são um dragão de verde, armado e lampassado de vermelho.<sup>245</sup>

### II.1.2.2. Roteiro das Intervenções

Joaquim Possidónio Narciso da Silva partiu para o Brasil com apenas 1 ano de idade, acompanhando o seu pai, um mestre-geral dos paços reais destacado para o Rio de Janeiro. Aí cresceu, regressando a Portugal já com 21 anos para estudar nos ateliers de Sequeira e Sendim.<sup>246</sup>

Em 1824, Possidónio da Silva foi para Paris frequentar o curso de Arquitectura na *École de Beaux Arts*. Entre 1829 e 1830 esteve em Roma, voltando a Paris para colaborar nas obras do Palais Royal e das Tuilleries. Em 1833, retornou a Portugal.

---

<sup>243</sup> Jorge CUSTÓDIO, “Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português” in *Arqueologia e História*, vol 51, Lisboa, 1999, p. 39.

<sup>244</sup> Jorge CUSTÓDIO, “Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português”, *Arqueologia e História*, vol 51, Lisboa, 1999, p. 40.

<sup>245</sup> No escudo estão representadas torres em vez de castelos o que, sob o ponto de vista da heráldica, é um erro flagrante. Especialistas nesta área como Duarte Loureiro, sublinham que este erro ocorreu, com grande frequência, nos séculos XVIII e XIX. Nesta pedra de armas estão apenas representadas duas cores: vermelho, na bordadura, através das riscas verticais gravadas na pedra e a de prata no campo do escudo, simbolizada pela pedra lisa.

<sup>246</sup> Camara MANUEL, “Joaquim Possidónio Narciso da Silva” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo VII, 3ª série, Nº 8, Lisboa, 1897, p. 113.

Fundou, em 1863, a Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses.<sup>247</sup>

Tem uma lista extensa de obras que lhe estão atribuídas, tais como as obras dos Palácios da Pena, São Bento e Necessidades, a restauração do Palácio de Palhavã, a do Palácio da Pena em Sintra e a reformulação dos aposentos do Palácio Real da Ajuda.<sup>248</sup>

Realizou um extenso levantamento das plantas dos principais edifícios, incluindo Sés, Igrejas, Conventos, Palácios e diversos outros com interesse histórico.<sup>249</sup>

A sua nomeação para Architecto da Casa Real tornou-o responsável pelas remodelações que aconteceram nos anos subsequentes neste património.

Mas em que data teria Possidónio da Silva trabalhado no Palácio Real do Alfeite?

Data importante para solucionar esta questão é a que se encontra no brasão da fachada principal do Palácio – 1858.<sup>250</sup>

E porquê?

Recordemo-nos da planta do fundo documental da Casa Real, datada de 1844,<sup>251</sup> na qual o desenho arquitectónico do Palácio Real do Alfeite está acompanhado da inscrição “1837”.

Afirmámos que, apesar de esta planta estar datada de 1844,<sup>252</sup> representava o aspecto real do Palácio Real do Alfeite em 1837, conforme datação inscrita junto ao desenho.<sup>253</sup>

Desenho arquitectónico diferente do representado nas plantas do fundo da Casa Real, datadas de 1903, as quais são posteriores à intervenção do Possidónio da Silva.<sup>254</sup>

---

<sup>247</sup> G. PEREIRA, “Para memória do architecto Possidónio da Silva” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo VII, 3ª série, Nº 6 e 7, Lisboa, 1896, p. 82.

<sup>248</sup> Costa GOODOLFIM, *Biographia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Lisboa, Typ. Universal, 1894, p. 22.

<sup>249</sup> Costa GOODOLFIM, *Biographia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Lisboa, Typ. Universal, 1894, p. 21.

<sup>250</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 31, 43 e 52.

<sup>251</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 4.

<sup>252</sup> A data da planta é 1844.

<sup>253</sup> Ver capítulo II. Enquadramento Arquitectónico e Artístico do Palácio Real do Alfeite II.1 As campanhas de obras do Palácio Real do Alfeite, II.1.1 I Fase, II.1.1.2 O Architecto do Alfeite, Mateus Vicente de Oliveira e a Architectura Barroca.

<sup>254</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 8 e 9.

Este encadeamento de factos, conjugados com a biografia do Arquitecto,<sup>255</sup> que assinala o ano de 1838 para a intervenção no Palácio, leva-nos a afirmar que Possidónio da Silva apresentou o novo projecto para o Palácio Real do Alfeite nesse ano.

O que faria com que compreendêssemos que, em 1858, ainda decorreriam as obras e que as mesmas terminariam nesse ano, explicando a data inscrita no brasão da actual fachada do Palácio.<sup>256</sup>

É interessante um relato num periódico datado de 1858,<sup>257</sup> no qual se menciona que faltavam alguns pormenores na fachada principal do edifício descrevendo-os e salientando que a obra ainda não estaria finalizada.<sup>258</sup>

Para analisarmos a intervenção do Arquitecto da Casa Real Possidónio da Silva, temos que estudar as plantas datadas de 1903,<sup>259</sup> pertencentes ao fundo documental da Casa Real à guarda da Torre do Tombo.

Às quais acrescentamos um desenho,<sup>260</sup> de forma a exemplificar de forma mais gráfica as alterações que o Palácio Real do Alfeite sofreu durante a campanha de obras deste arquitecto.

Da análise das plantas apercebemo-nos da ausência dos edifícios circundantes,<sup>261</sup> apresentando-se o edifício principal mais isolado, destacado, o que reforça a sua imponência.

Planimetricamente, o edifício apresenta configuração em Π, apesar de crescer para as traseiras do seu lado esquerdo.

Do lado direito, o torreão é conseguido através da eliminação das zonas existentes, de forma a “copiar” o torreão do lado esquerdo criado aquando da segunda campanha de obras; sacrificando a zona das cozinhas e forno.<sup>262</sup>

O crescimento interior do edifício, duplicando a área interior do corpo central, com uma estrutura conseguida através do aproveitamento do corredor existente, transformando-o num eixo central e crescendo para o lado do jardim.

---

<sup>255</sup> Costa GOODOLFIM, *Biographia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Lisboa, Typ. Universal, 1894, p. 22.

<sup>256</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 31, 43 e 52.

<sup>257</sup> “Alfeite” in *Archivo Pitoresco*, vol. I, Typ. de Castro Irmão, Lisboa, 1858, p. 212.

<sup>258</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 2.

<sup>259</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 8 e 9.

<sup>260</sup> Ver Anexo Gráfico – Desenho nº 27.

<sup>261</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2, 3 e 4.

<sup>262</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 4 e 8 (comparação entre estas duas plantas).

Salientamos o pormenor registado na planta de 1903,<sup>263</sup> em que no lado esquerdo nas traseiras, o edifício apresenta um desnível, comprovando que o mesmo cresceu para trás.

Possidónio da Silva criou um esquema simétrico, no que concerne à posição das janelas em ambas as fachadas.

Janelas de moldura rectangular, decoração singela, no número de treze.

Na fachada principal sobressai a entrada principal ornamentada com uma varanda apoiada em pilares desenhando um semicírculo.

O registo do primeiro piso tem trinta e cinco divisões, identificadas individualmente na legenda da planta estudada.<sup>264</sup>

No segundo piso,<sup>265</sup> temos os aposentos de Sua Magestade El-Rei, da Rainha e do Infante D. Manuel.

O torreão do lado esquerdo ficou reservado para os aposentos da Rainha, enquanto o Rei ocupa o lado direito do edifício central porque a copa e a cozinha mantêm a localização no torreão direito.

Infortunadamente, descrições baseadas em testemunhos deste século referentes ao estado arquitectónico, artístico, estético e patrimonial do Alfeite e seus anexos apresentam fortes influências de cariz político-partidário, resultantes da época conturbada em que são feitas – 1851.

Por exemplo o denominado Escândalo do Alfeite, em que se acusa a Casa Real de ter arrendado uma propriedade a Costa Cabral por 99 anos com renda irrisória, com o objectivo único e exclusivo de denegrir o Chefe do Governo e derrubar o Governo e, perante a necessidade de esgrimir argumentos, apresentar “provas” *in* a verdade era deturpada.<sup>266</sup>

---

<sup>263</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 8.

<sup>264</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 8.

<sup>265</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 9.

<sup>266</sup> Sobre esta polémica ver: “Parte Política” in *A Lei* nº 442, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 7-8; Isidoro Barbosa da Silva CHAVEZ, *Analyse d’un artigo anonimo inserto no Estandarte 906 com respeito aos arrendamentos do Tojalinho e do Alfeite: precedida e seguida do exame de todas as questões que por ocasião de taes contractos se tem agitado na tribuna e na imprensa*, Lisboa, Typ. da Empreza da Lei, 1851; *O Estandarte* nº 906, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 3859-3861; Francisco António Fernandes da Silva FERRÃO, *Questão do Alfeite*, Lisboa, Typ. da Rev. Universal Lisbonense, 1851, Ver as actas publicadas no site <http://debates.parlamento.pt/?pid=r3> e o capítulo I. Enquadramento Histórico do Almoxarifado do Alfeite, I.1. Enquadramento Histórico da Quinta Real do Alfeite e do Palácio Real do Alfeite.

Exemplificativo da deturpação dos factos consoante o objectivo pretendido, são os argumentos das sessões do governo.

Numa intervenção do Duque de Saldanha, documentada em acta da sessão dos Pares do Reino, na qual menciona a dimensão que o Palácio e do conjunto das propriedades.<sup>267</sup>

O Presidente do Conselho contra-argumentava na sessão seguinte, refutando a importância do mesmo complexo.<sup>268</sup>

Esta disputa também tem lugar na Câmara dos Deputados, em que o conteúdo das discussões permanece em torno da legalidade do contracto de arrendamento, em que as descrições do palácio não são imparciais, ora com uma carga pejorativa ora engrandecendo.

Apesar da importância destes testemunhos, não podemos deixar de questionar a sua validade, e apesar das questões de foro político e partidário não serem do âmbito desta tese, são extremamente importantes para que os juízos resultantes da análise das descrições do Alfeite, possam ser compreendidos.

Podemos então concluir que Possidónio da Silva procurou restabelecer a simetria e o equilíbrio do edifício, aproveitando o esqueleto do edifício existente, sem nunca ter procedido a demolições em grande escala, e utilizando conceitos como reestruturar, readaptar e reciclar, em detrimento de demolir e construir de novo.

---

<sup>267</sup> *Acta nº 39 dos Pares do Reino*, de 22 de Março de 1851, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008: “*O Sr. Ministro do Reino obtem a posse de uma propriedade, cujo rendimento é avaliado, ..., em mais de quatro contos de réis, por menos da sexta parte do seu valor. ...A propriedade que o Sr. Conde de Thomar está de posse, compõe-se de muitos prédios, abrange sete quintas ligadas todas entre si por grandes ruas de recreio ...abrange um palácio, e muitos outros predios urbanos, abrange bosques (...)*”.

<sup>268</sup> *Acta nº 41 dos Pares do Reino*, de 26 de Março de 1851, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008: “*No Alfeite, nem há Palacios Reaes a acabar nem mesmo há Palacio algum=alli há uma casa ordinaria, muito arruinada de longos annos, aonde é verdade em outro tempo habitou alguns dias o Senhor D. João 6º, e só por esta circumstancia se poderá chamar Palácio – essa casa está especada por um e outro lado, para não cair. - Quer a Câmara saber qual é o valor dado no Tombo da Casa Real a este famoso Palacio do Alfeite? È de 700\$000 réis!!! E note se que por esta avaliação attendeu-se aos materiaes, que podem utilizar-se, porque a casa em si não pôde actualmente servir para habitação. (...)*”.

### **II.1.2.3. A transformação dos Jardins e a estratégia para a vertente agrícola**

Alvo de uma profunda intervenção por parte do Arquitecto Possidónio da Silva, devido à extensão e complexidade das obras que projecta para o corpo central do Palácio Real do Alfeite, os jardins são particularmente afectados na sua estrutura.

A grande alteração ao traçado inicial dos jardins não pode ser assim comprovada através da observação directa dos esquemas, desenhos ou plantas.

Inclusive as plantas pertencentes ao arquivo da Casa Real, as quais representam o edifício projecto e concebido pelo Arquitecto Possidónio da Silva, não retratam os jardins.<sup>269</sup>

Para fundamentarmos o estudo da intervenção, utilizamos o método da comparação entre as plantas mais antigas, em que os jardins aparecem representados, e as dos anos 70 (século XX) à guarda da Direcção de Infraestruturas – Marinha, por altura das obras de restauro e adaptação promovidas pelo Ministério das Obras Públicas.<sup>270</sup>

Para além de dois desenhos<sup>271</sup> nos quais pretendemos demonstrar a manutenção da estrutura dos jardins durante a primeira campanha de obras mas quais as transformações que os jardins muito provavelmente sofreram aquando das obras de ampliação do Possidónio da Silva.

Nesta planta podemos identificar a configuração primitiva do jardim representado na planta,<sup>272</sup> datada de 1825, pois conseguimos delinear a figura geométrica rectangular inicial através da identificação do canteiro central do esquema com o seu centro.

A alteração ocorrida durante a intervenção do Arquitecto Possidónio da Silva deriva da reconfiguração do Palácio para construção de um acesso traseiro aos jardins mais condizente com as exigências do século XIX.

Assim, o jardim é reduzido para permitir que o palácio “cresça” em largura e estruturalmente.

---

<sup>269</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 8 e 9.

<sup>270</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 9 e 10.

<sup>271</sup> Ver Anexo Gráfico – desenhos nº 28 e 29.

<sup>272</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

O emprego de um bloco central na estrutura principal com duas escadarias para o exterior, em que este tinha que ficar colocado no centro para criar o equilíbrio estrutural indispensável, fez com que se “sacrificasse” o esquema geométrico dos jardins.<sup>273</sup>

A saída das escadarias dilacera um dos canteiros do corpo central, encurtando-o e criando um pequeno canteiro lateral à escadaria.

A restante organização do jardim permaneceu inalterada.

Podemos observar a evolução dos jardins observando as fotografias recolhidas durante a investigação, as quais nos ajudam a visualizar as alterações.<sup>274</sup>

Recorrendo novamente ao inventário de bens, datado de 1889,<sup>275</sup> podemos ler uma descrição completa sobre os itens que compunham este espaço exterior.

Actualmente os jardins estão reorganizados e restaurados, pelo que se encontram em óptimo estado e todo o espaço envolvente limpo.

São vedados ao público, tendo em vista a sua preservação.

Podemos ver as árvores antigas citadas na bibliografia, inclusive a figueira-da-borracha (*Ficus elástica*).<sup>276</sup>

O jardim apresenta basicamente a mesma estrutura apesar de só estar conservado o núcleo central.

No espaço circundante ao jardim central ainda existem vestígios de antigos poços, canteiros e de pequenos lagos, que não se encontram inventariados nem estudados.<sup>277</sup>

A primeira descrição pormenorizada da constituição da propriedade rural do Alfeite foi elaborada em 1895,<sup>278</sup> representada através de uma planta, planta esta discriminativa da extensão em m<sup>2</sup> de cada tipologia de espécies arbóreas e agrícolas presentes.

---

<sup>273</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 55, 56, 59 e 60.

<sup>274</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 14, 21, 33, 34, 35, 44, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64.

<sup>275</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 19: “*Inventário dos bens que ficaram por fallecimento de Sua Magestade El-Rei Senhor Dom Luiz 1º e que, em 31 de Outubro de 1889, existiam nas reais Propriedades do Alfeite.*”.

<sup>276</sup> Comumente conhecida por árvore-da-borracha, é uma árvore tropical de folhas largas e brilhantes, de que se extrai o látex, a principal matéria-prima da indústria da borracha.

<sup>277</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 70.

<sup>278</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 7.

Através da sua análise, podemos identificar diversos aspectos da constituição no século XIX da vertente rural do Palácio e Quinta Real do Alfeite.

Identificamos uma encosta com árvores de fruto e lavradio e vinha, no total de 3:070,0 m<sup>2</sup>, 6 talhões de pomares perfazendo um total de 13:865 m<sup>2</sup>; um olival e lavradio com cerca de 18:950 m<sup>2</sup>.

Na totalidade estamos perante uma área de 35:885 m<sup>2</sup>, demonstrativo da grandeza e importância desta vertente para a vivência deste complexo do Alfeite.

Aquando da discussão, em sede do Governo, do projecto de implementação do caminho-de-ferro do Barreiro até Cacilhas, atravessando as propriedades do Alfeite, os opositores deste projecto argumentam com os proveitos que o Rei D. Carlos obtinha da quinta.<sup>279</sup>

Neste contexto temos que salientar a existência de vinhas, espécies agrícolas e pomares diversificados, que permitiriam a sustentabilidade da Quinta e do Palácio, para além do comércio da rama do pinheiral e da extracção de areias, da existência de uma rica coutada, utilizada essencialmente para caça e lazer.

Esta vertente desapareceu por completo aquando da concretização dos planos de transferência do Arsenal da Marinha para o Alfeite, criando o Arsenal do Alfeite.

As enormes obras de terraplanagem destruíram por completo toda a parte agrícola que envolvia o Palácio Real do Alfeite.

Também a construção dos Bairros dos Operários e a implementação do complexo militar da Marinha contribuíram para a transformação.<sup>280</sup>

### **II.1.3. Conservação e Restauro no século XX – funcionalidades (III Fase)**

O início do século XX ficou marcado por acontecimentos revolucionários relevantes, sendo exemplo supremo a Proclamação da República em 5 de Outubro de 1910.

---

<sup>279</sup> *Acta nº 29 da Câmara dos Senhores Deputados de 16 de Junho de 1908*, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008; “... *No Alfeite, que é uma bella e rendosa propriedade, gastaram-se em 1897-1898, pagando o Ministério das Obras Públicas, 32.327\$885 réis. Do Alfeite tirava o rei D. Carlos, proveniente da venda de areias 4:5000\$000 réis, e isto o levava a não consentir que se prolongasse o caminho de ferro do Barreiro a Cacilhas, com medo que lhe estragassem o commercio (...)*”.

<sup>280</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 15.

Este processo revolucionário foi determinante também para o futuro do Palácio Real do Alfeite e suas propriedades.

Para analisarmos as transformações ocorridas nesse período no Palácio Real do Alfeite devemos examinar minuciosamente a documentação e plantas do Arquivo da Torre do Tombo.

Perscrutámos igualmente o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Arquivo do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (ex-DGEMN) e o Arquivo da Direcção de Infraestruturas da Marinha.

Este capítulo termina com a extinção da CANIFA. Fica por estender este estudo às campanhas realizadas sob a direcção da Marinha, permitindo aproximar o estudo académico do actual edifício.

### **II.1.3.1. Ministério da Fazenda**

Em 1910, o rumo do Palácio Real do Alfeite e das suas propriedades muda substancialmente, devido ao advento da República e conseqüente apropriação dos bens reais pelo Ministério das Finanças.<sup>281</sup>

O Palácio Real do Alfeite e as suas propriedades são, desta forma, entregues ao Ministério do Fomento, para que a sua exploração passasse a ser feita pela Direcção-Geral da Agricultura.<sup>282</sup>

A parte agrícola da Quinta do Alfeite, incluindo as suas dependências, oficinas, gado e alfaias agrícolas, é anexa à estação agronómica.<sup>283</sup>

---

<sup>281</sup> Decreto do Diário do Governo. Nº 33 de 1910-11-12, p. 382.

<sup>282</sup> Decreto do Diário do Governo Nº 193 de 1911-8-19, p. 3504; Acta nº 21 da Câmara dos Deputados de 27 de Dezembro de 1911, p.26, Acta nº 118 da Câmara dos Deputados de 24 de Maio de 1912, p.7, Acta nº 125 da Câmara dos Deputados de 01 de Junho de 1912, pp.12-14, Acta nº 126 da Câmara dos Deputados de 03 de Junho de 1912, p.6, Acta nº 127 da Câmara dos Deputados de 04 de Junho de 1912, p.3, Acta nº 128 da Câmara dos Deputados de 05 de Junho de 1912, p.1 e 11, Acta nº 138 da Câmara dos Deputados de 19 de Junho de 1912, p.20, Acta nº 140 da Câmara dos Deputados de 21 de Junho de 1912, p.1 e 4, Acta nº 67 da Câmara dos Deputados de 08 de Abril de 1913, p.12, 15 e 25, Acta nº 105 da Câmara dos Deputados de 21 de Abril de 1913, p.24, 59, 60, 63, 72 e 73, Acta nº 43 da Câmara dos Deputados de 26 de Fevereiro de 1914, p.11, Acta nº 106 da Câmara dos Deputados de 26 de Maio de 1914, pp.8-9, Acta nº 127 da Câmara dos Deputados de 25 de Junho de 1914, p.14 Acta nº 113 do Senado da República de 18 de Junho de 1912, p.8, Acta nº 122 do Senado da República de 25 de Junho de 1912, pp.17-18, consultadas e retiradas do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008.

Mas o Palácio Real do Alfeite permaneceu sob a alçada do Almoxarifado, apesar da expropriação dos terrenos anexos e equipagem agrícola.<sup>284</sup>

Esta radical mudança foi alvo de comentário num periódico de 1912, em que o narrador descreve as alterações que tal decisão acarretou.<sup>285</sup>

Perante os resultados frustrantes que se vieram a revelar e perante a pressão exercida pelo clima político-económico, social e financeiro do país, é debatida em sede de Governo uma outra proposta no que diz respeito ao Alfeite, fazendo uso da extraordinária vertente de lazer existente.<sup>286</sup>

Proposta recusada como comprova a intervenção do Ministro do Fomento, Sr. Aurélio da Costa Ferreira,<sup>287</sup> o que prolonga a agonia da experiência agronómica.<sup>288</sup>

---

<sup>283</sup> *Acta nº 127 da Câmara dos Deputados de 04 de Junho de 1912*, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008: “...*A quinta do Alfeite, por decreto de 18 de Agosto, 30 de Setembro e 11 de Outubro de 1911, ficou pertencendo À Estação Agronómica de Lisboa,(...)*”.

<sup>284</sup> Carlos Malheiro DIAS, “Vicissitudes de uma Quinta Real: um passeio ao Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, Clube Militar Naval, Janeiro-Março 1959, p. 128: “*O Alfeite transformado em uma Escola Prática de Agricultura, ou o que quer que seja de semelhante, sem condição alguma para ensaios de culturas produtivas, e onde um pessoal diplomado se entretém a semear em terras de charneca centeio e milho à custa da nação, eis, certamente, uma extravagância que denuncia hábitos de esbanjamento pouco próprios de um regime que se quer fazer respeitar por normas de administração parcimoniosa.*”

<sup>285</sup> Carlos Malheiro DIAS, “Vicissitudes de uma Quinta Real: um passeio ao Alfeite” in *O Dia*, Lisboa, Abril 1912; Republicado “Anais do Clube Militar Naval”, Clube Militar Naval, Lisboa, Janeiro-Março 1959, p.127: “*As laranjeiras do pomar tinham desaparecido. As videiras das ramadas tinham sido arrancadas. Troncos de eucaliptos jaziam sobre as terras recém-lavradas e secas. ... A vinha do Pagador desaparecera, como os laranjais. ... Isto agora está tudo mudado. É tudo pessoal da direcção da Agricultura. Parece que fizeram da quinta uma Escola Prática. Temos um agrónomo, um regente agrícola, um silvicultor, um chefe de matas... Desde que era a Direcção-Geral da Agricultura que semeava milho e centeio no Alfeite e arrancava vinhas e os laranjais, não havia razão para estranheza....*”

<sup>286</sup> *Acta nº 127 da Câmara dos Deputados de 04 de Junho de 1912*, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008: “*No estado pouco próspero da fazenda pública não é lícito insistir em experiências caras e de resultados reconhecidamente improfícuos*”

*A despesa anual conhecida pelo orçamento em discussão eleva-se a 3:364\$000 réis, fora o cortejo de agrónomos, silvicultores, regentes agrícolas, etc., com os seus ordenados e respectivas ajudas de custo, e tudo isto para semear milho em areais (...)*”.

<sup>287</sup> António Aurélio da Costa Ferreira (n. 1879 m. 1922). Formou-se na Faculdade de Filosofia em 1899 e na Faculdade de Medicina em 1905, ambas na Universidade de Coimbra. Foi vereador na Câmara Municipal de Lisboa entre 1908 e 1911, deputado por Setúbal nas eleições legislativas de 28 de Agosto de 1910, e director da Casa Pia em 1911. Assumiu a pasta do Fomento de 16 de Junho de 1912 a 4 de Janeiro 1913. Em 1914, criou, em Santa Isabel, o primeiro Instituto Médico-Pedagógico. Leccionou na Escola Normal de Lisboa entre 1915 e 1918. Foi sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. Partiu para Moçambique, para realizar estudos antropológicos e, sob influência de uma grave depressão nervosa, suicidou-se, em Lourenço Marques.

<sup>288</sup> *Acta nº 140 da Câmara dos Deputados de 21 de Junho de 1912*, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008: “*Pelo que diz respeito ao parque do Alfeite, ..., creio que será melhor aproveitar o parque para uma estação agrária, porque, para recreação, temos nós terrenos á farta. Precisamos de aproveitar os terrenos para uma boa e eficaz*

Em 1913, regulamentou-se por lei sobre o Posto Agrário do Alfeite, apesar do evidente falhanço da experiência agrícola nos terrenos do Alfeite.<sup>289</sup>

Esta proposta pretendia regulamentar, nos seus artigos 187º e 188º, o quadro de pessoal que pertenceria ao Palácio e Quinta do Alfeite.<sup>290</sup>

A experiência agrícola levada a cabo no Alfeite só terminará com a viabilização da opção de implementar nesse local o Arsenal da Marinha, actualmente o Arsenal do Alfeite.

O descerrar deste processo permite que a Marinha tome posse gradualmente do Palácio Real do Alfeite e propriedades anexas, consoante a magnitude do projecto foi crescendo.

### **II.1.3.2. Marinha**

Assim, em 1918, o Palácio Real do Alfeite é transferido para a posse da Marinha, na sequência do processo de instalação do Arsenal na margem sul do Tejo, procurando dar corpo a antigos projectos e estudos, e perante a necessidade de desocupar a Ribeira das Naus do antigo Arsenal da Marinha.

Nesse sentido, foi criada a Junta Autónoma para a construção do Arsenal, que teve como primeiro presidente o Contra-Almirante António Torquato Borja Araújo.

#### **II.1.3.2.1. Junta Autónoma para a construção do Arsenal da Marinha**

O início do processo de transferência ocorreu com a entrega pela Direcção-Geral da Fazenda Pública àquela Junta, do Palácio Real do Alfeite e terrenos

---

*educação agrária. E creio que desta maneira não será prejudicada a aspiração de S. Exa., porque essa estação agrária, ou campo experimental pode ao mesmo tempo servir para passeio”.*

<sup>289</sup> Acta nº 143 do Senado da República de 28 de Junho de 1913, p.41, 45 e 54.; “Proposta de lei (reorganização dos serviços agrícolas) ...CAP V - Postos agrários de Mirandela, de Viseu, da Bairrada, de Dois Portos, de Queluz e do Alfeite.”; Acta nº 99 do Senado da República de 13 de Maio de 1913, p.5, Acta nº 144 do Senado da República de 29 de Junho de 1913, p.24, Acta nº 107 do Senado da República de 03 de Junho de 1914, p.7, consultadas e retiradas do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008.

<sup>290</sup> Acta nº 143 do Senado da República de 28 de Junho de 1913, consultada e retirada do site <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008: “Artigo 187º...1 apontador capataz na quinta do Alfeite; ...Artigo 188º...1 Almojarife do Palácio do Alfeite, 1 Fiel do mesmo palácio, 1 Jardineiro na quinta do Alfeite, 1 Jardineiro do parque da Pena, 2 Ajudantes de jardineiro, 2 Auxiliares de jardineiro (...)”.

anexos,<sup>291</sup> passando, desta forma, o Palácio Real do Alfeite a albergar os serviços da Junta.

Como podemos depreender, uma nova fase tem início, com obras de remodelação e adaptação às funções de direcção na área financeira, administrativa e chefia.

Não nos foi possível localizar a documentação referente a esta Junta, pelo que não podemos estudar as obras eventualmente realizadas.

A Junta Autónoma do Arsenal foi, posteriormente, substituída pela Intendência do Arsenal do Alfeite, que, por sua vez, é extinta em 1938, dando lugar à Intendência de Marinha.

Por último, é criada, em 1958, a Base Naval de Lisboa.<sup>292</sup>

#### **II.1.3.2.2. Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas**

Após a criação da Intendência da Marinha, o Palácio Real do Alfeite deixou de ser somente a sede administrativa de uma Junta provisória, para se transformar numa unidade operacional da Marinha.

O estatuto adquirido permite-lhe ser alvo de obras de restauro e adaptação às novas funções que lhe são atribuídas.

A maioria das obras realizadas, após a posse por parte da Marinha, são realizadas sob a égide da Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas (CANIFA) do Ministério da Habitação e Obras Públicas.<sup>293</sup>

---

<sup>291</sup> Decreto Nº 4405, Diário do Governo Nº 130 de 1918-6-8, p. 901-903.

<sup>292</sup> Decreto Nº 41989, Diário do Governo de 1958-12-3.

<sup>293</sup> A Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas estava sob a dependência do Ministério da Habitação e Obras Públicas, antigo departamento do Governo, responsável pela construção e manutenção das infra-estruturas públicas. O Ministério das Obras Públicas, inicialmente assim designado, foi criado em 1946 a partir da separação, em dois ministérios, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Sendo, até 1974, responsável por coordenar a política de obras públicas do Estado Novo. Depois do 25 de Abril de 1974, dá-se a extinção do MOP, passando as suas competências para o recém-criado, Ministério do Equipamento Social e Ambiente. Em 1975, o Ministério das Obras Públicas foi novamente criado. Para passar a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Habitação, em 1978, ao assimilar as funções do, então extinto, Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção. Em 1981, fundiu-se com o Ministério dos Transportes e Comunicações, dando origem ao Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

Esta Comissão foi criada para gerir e implementar um amplo programa de obras para os três ramos das Forças Armadas, visando um plano global de crescimento, modernização e reapetrechamento infra-estrutural.

A CANIFA promoveu a adaptação de inúmeros edifícios da Marinha, a construção de instalações novas quer fossem para alojamento de civis ou militares ou para serviços/departamentos, remodelações de instalações eléctricas, construção de novos acessos e melhoramentos nos arruamentos.

No caso específico do Palácio Real do Alfeite, a CANIFA visou a sua modernização e rentabilização.

Estas campanhas de obras não foram fáceis de identificar por diversos motivos, nomeadamente a difícil compartimentação temporal de cada intervenção de restauro/remodelação e a escassez de documentação disponível.

Vamos descrever algumas das campanhas que pudemos identificar, de forma a conseguir traçar, tanto quanto possível, o percurso das campanhas de obras até ao Palácio contemporâneo.

Uma das primeiras campanhas identificável decorre durante o final da década de 40 prolongando-se pela década de 50, na qual são planeadas as obras de transformação das alas do piso inferior do Palácio, que, lembro, albergavam a Intendência de Marinha.<sup>294</sup>

Este é um processo interessante porque implicou a demolição da capela existente no interior do Palácio, ao qual dedicamos um capítulo independente.<sup>295</sup>

Foram obras de adaptação do rés-do-chão do Palácio Real do Alfeite, concluídas em 1951, e que visaram a adaptação a vestuários e salas de espera para oficiais.<sup>296</sup>

Estas transformações envolveram a demolição de velhas paredes, execução de uma estrutura de ferro para apoio das divisórias do primeiro andar, pilares e paredes de tijolo, assentes em fundações de betão armado.

Os novos pisos foram revestidos a marmorite nas instalações sanitárias, de mosaico hidráulico no “anexo” *in*<sup>297</sup> e de betonilha na “casa da caldeira”<sup>298</sup> e a tacos de madeira nas restantes salas.

---

<sup>294</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 24 e 25.

<sup>295</sup> Ver capítulo III Estudo cripto-histórico III.1 Da Capela do Palácio Real do Alfeite.

<sup>296</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 8 e 10.

As paredes e tectos foram todos arranjados de novo guarnecimento a estuque liso.

Nas instalações sanitárias colocaram-se lambris de marmorite. Instalação de água fria para serviço de inúmeros equipamentos, e água quente com duas caldeiras e com as instalações sanitárias do 1º andar na parte habitacional.<sup>299</sup>

No entanto, e em virtude de na ala esquerda do rés-do-chão do Palácio Real do Alfeite se encontrarem localizadas as instalações médicas (gabinete, consultório e depósito farmacêutico), as quais não puderam ser transferidas, esta empreitada não foi concluída.

Posteriormente, com a transferência dos serviços médicos, foi solicitado que as obras fossem retomadas, a fim de se construir o gabinete, quarto e anexo do Oficial de Dia, serviços do património e arquivo.<sup>300</sup>

Foram efectuados trabalhos de tapamento e abertura de vãos, obras de carpintaria, construção de parede divisória, substituição integral dos pavimentos e revestimentos, beneficiação das paredes, pinturas em portas e caixilhos e instalação de equipamentos sanitários, águas e esgotos. O orçamento para esta campanha de obras elevou-se a 40.000\$00.<sup>301</sup>

Em 1960, o primeiro andar do Palácio Real do Alfeite, é alvo de novas obras de adaptação para a instalação da residência do Intendente, do Comandante da Estação Naval e das respectivas secretarias.<sup>302</sup>

As obras consistem na reparação e pintura da fachada, reparação da cobertura e dos pavimentos de soalho e de mosaico, execução de tectos em alguns compartimentos, abertura de vãos, tampamento de outros e demolição de paredes e tabiques, limpeza e silicalização de cantarias, reparação de rebocos e pintura de paredes e tectos, reparação, limpeza e enceramento de carpintarias e substituição de ferragens em portas, para além de todos os trabalhos de assentamento dos equipamentos sanitários. O orçamento importou na quantia de 474.304\$45.<sup>303</sup>

---

<sup>297</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 10.

<sup>298</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 10.

<sup>299</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 25; Ver Anexo Gráfico – Planta nº 10.

<sup>300</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 11.

<sup>301</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 26.

<sup>302</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 12.

<sup>303</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 28.

Através da análise de correspondência, em 1966, foi apresentado o desejo do Estado-Maior de adaptar algumas das dependências do Palácio Real do Alfeite, em sala de recepção e banquetes oficiais, para a recepção de altas individualidades.<sup>304</sup>

Segundo o relatório da CANIFA, as obras constavam essencialmente da demolição de todas as divisórias existentes no salão onde se pretendia instalar a sala de jantar, para além da construção de duas copas, uma no primeiro piso (copa de recepção), que ficaria ligada directamente por meio de uma escada, a construir, à copa de distribuição, que funcionaria no segundo piso junto à sala de jantar.

E, ainda, a construção de um bar e salas de fumo, casas de banho e a remodelação de uma outra, respectivamente para homens e senhoras.

Na zona a remodelar, seria necessário proceder à pintura de todas as paredes e tectos com tinta de esmalte (baço) e, igualmente, restaurar e pintar toda a carpintaria existente com tinta de esmalte, bem como alcatifar todas as salas à excepção das casas de banho e copas, cujo pavimento e lambris seriam em mármore amaciado e polido.

Em 1968, o Comando da Base Naval de Lisboa solicita uma nova alteração, desta vez nas instalações do Gabinete do Oficial de Dia,<sup>305</sup> obras de pequeno vulto, visando pequenos ajustes de forma a colmatar as necessidades de espaço apuradas.

Sob proposta do Estado-Maior da Armada, em 1969, solicitou-se a transferência para o Palácio Real do Alfeite das instalações do Comando Naval do Continente, que funcionavam no edifício do Ministério da Marinha, em Lisboa.<sup>306</sup>

O projecto das instalações compreendeu uma campanha de obras de remodelação em ambos os pisos, a qual se prolongou no tempo.<sup>307</sup>

No primeiro piso da ala direita as obras foram de maneira a instalar os gabinetes do Chefe Estado-Maior, a Sala de Operações, a Secretaria do Estado-Maior, o Centro de Comunicações e Cifra e restantes serviços de apoio.<sup>308</sup>

Na ala esquerda do primeiro piso, planeou-se a instalação da secretaria do Conselho Administrativo.

---

<sup>304</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 13.

<sup>305</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 29.

<sup>306</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 30.

<sup>307</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 14, 15, 16, 17 e 18.

<sup>308</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 14.

Este projecto implicou complexas obras, dado o mau estado de conservação da estrutura de madeira de grande parte dos tectos e de todo o piso térreo, que se encontrava revestido com latejas em muito mau estado, projectando-se a sua substituição por tacos de madeira.

Consideraram, igualmente, a substituição de todo o pavimento do átrio do Palácio, devido ao péssimo estado de conservação, procedendo desta forma à beneficiação e aproveitamento da zona posterior do átrio.

O projecto visou ainda a estrutura do Salão Nobre do Palácio.

O projecto, respectivo caderno de encargos e consequente concurso limitado, menciona expressamente o cuidado que deveria ser empregue na escolha dos empreiteiros.

Dadas as características da empreitada e pelo facto de ter de ser realizada sem a paralisação dos serviços administrativos a funcionar no Palácio Real do Alentejo, estes deveriam ser empreiteiros idóneos.

O caderno de encargos fixa as condições jurídicas e administrativas desta empreitada, tais como as obrigações gerais, salários mínimos, direcção técnica, procedimentos para alterações e rectificações do projecto, regime da empreitada, subempreiteiros, horários de trabalho, admissão de pessoal do Fundo de Desemprego, pagamentos, acidentes de trabalho, encargos sociais, prazos de início e conclusão, prazo de garantia, condições de prorrogação do prazo de conclusão, penalidades, licenças, prejuízos a terceiros, fiscalização.

As condições técnicas gerais incluíam os critérios de execução dos trabalhos, os materiais a empregar, a obrigação de amostras dos materiais, pessoal operário e administrativo admissível, destino dos materiais provenientes das demolições, transportes, implantação dos trabalhos e imprevistos.

No processo encontrava-se incluído uma tabela salarial com os valores mínimos a auferir pelos trabalhadores, e um caderno de medições bastante pormenorizado.

O orçamento elaborado pela CANIFA, orçava as obras em 665.000\$00, tendo sido seleccionado o empreiteiro Hermano da Silva Luzia, que apresentou a proposta de mais baixo preço, no valor de 717.600\$00.

Porque satisfazia as condições do caderno de encargos e em virtude de já ter executado diversas obras a contento para a CANIFA, reunia condições que permitiam que a comissão desse o seu parecer de adjudicação, o que aconteceu.

Os trabalhos foram interrompidos em Maio de 1969 devido ao pedido de alterações ao projecto inicial por parte da Marinha.<sup>309</sup>

Alterações de pequena escala, que visavam o primeiro piso, janelas, portas e partes de paredes:

- Janelas tapadas com vidro armado fosco, sem possibilidade de abertura de forma a impedir a entrada e visão para o interior. Porta de entrada de sólida constituição, metálica se possível, com fechadura de segurança e postigo para entrega de mensagens.

- Porta exterior com as mesmas condições das janelas, mas com a condicionante de serem de emergência.

- Portas sólidas com fechaduras de segurança para a porta da Divisão de Operações e para a secção de Cifra, devido ao estatuto reservado que ambos os serviços têm.<sup>310</sup>

Os trabalhos sofrem atrasos, justificados pelo empreiteiro devido ao contínuo uso das instalações por parte dos serviços aí instalados, isto é, só depois das zonas reconstruídas serem ocupadas pelos respectivos serviços, é que as outras zonas poderiam ser reconstruídas e assim sucessivamente.

No decurso da empreitada, constataram a necessidade de aumentar as sapatas dos pilares e de novas fundações para as paredes de alvenaria de pedra, por serem de má qualidade, do Conselho Administrativo.

No Comando Naval do Continente, reportaram igualmente a necessidade de executar novas fundações para as paredes existentes e de paredes divisórias de alvenaria de tijolo, para satisfazer às novas necessidades de funcionamento dos serviços.

A estrutura de madeira, que suportava o pavimento do Salão Nobre do Palácio, foi substituída por vigas metálicas, em virtude de se encontrar totalmente apodrecida.

---

<sup>309</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 31.

<sup>310</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 31.

Procedeu-se também à substituição do pavimento de mosaico do átrio do Palácio, por lagedo de Estremoz e, ainda, à de algumas soleiras e degraus, em mau estado de conservação.

De igual modo se efectuou a beneficiação e pintura de todas as portas e janelas, assim como das paredes e tectos do Salão Nobre e salas de recepção do Palácio.

Finalmente no início de 1972, na presença dos engenheiros Henrique Botha Conde de Paiva e Pedro Martins Franco Frazão, da Comissão de Recepção do Ministério das Obras Públicas, em conjunto com o empreiteiro, procederam-se aos exames de todos os trabalhos e confirmação da execução dos mesmos, de harmonia com as prescrições do contrato.

Foi-nos possível encontrar os registos dos contratos realizados entre a CANIFA e a Marinha, entre 1969/1972, no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.<sup>311</sup>

Entre os mais interessantes encontramos o registo de contratos visando a decoração do interior do Palácio Real do Alfeite.

Um primeiro contrato celebrado para o fornecimento de 5 lustres para o tecto, de meio cristal, com um orçamento estimado em 76000\$00.

Um outro contrato para o fornecimento de sofás e maples com pés de madeira de mogno, no valor de 1000200\$00, para mobiliário de madeira de mogno, avaliado em 95872\$00, e ainda um outro no valor de 24396\$00 para fornecimento de um balcão e 2 armários destinados ao primeiro andar do Palácio Real do Alfeite.<sup>312</sup>

Por último, dois contratos, um para o fornecimento e aplicação de alcatifas tipo Robillon para o primeiro andar do Palácio, no valor de 50350\$00, outro de fornecimento e assentamento de cortinados, avaliado em 48490\$00.<sup>313</sup>

Durante o ano de 1971, iniciaram-se os trâmites para a abertura de diversos concursos, que visaram obras como o fornecimento de painéis em perfis de ferro e rede para protecção das janelas;<sup>314</sup> o levantamento e reposição do telhado;<sup>315</sup> a abertura e

---

<sup>311</sup> AHMOPTC - *Livro de Registo de Contracto Anos 1969/1972*, cota: A-1448 05.02/01.

<sup>312</sup> AHMOPTC - *Livro de Registo de Contracto Anos 1969/1972*, cota: A-1448 05.02/01.

<sup>313</sup> AHMOPTC - *Livro de Registo de Contracto Anos 1969/1972*, cota: A-1448 05.02/01.

<sup>314</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 35.

<sup>315</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 36.

tapamento de roços para a instalação eléctrica e de águas quentes;<sup>316</sup> arranjo da sala de jantar e instalação eléctrica, o fornecimento e assentamento de azulejo decorativo, caixilhos veda-luz, a modificação de portas, o rebaixamento de pavimentos, a substituição de tectos e execução de molduras de remate em paredes e tectos.<sup>317</sup>

São projectos em que os contratos se encontram registados na documentação da CANIFA, orçamentados globalmente em 856673\$00<sup>318</sup> e que nascem com a preocupação de tornar condignas e adequadas as instalações do Palácio às suas funções, dado o número crescente de visitas de entidades, não só nacionais como também estrangeiras, que ali se reúnem.

Assim, surgiu a preocupação com a degradação dos pavimentos, paredes e tectos, não dos corredores, mas das salas, que se encontravam em péssimo estado, pelo que se tornou necessário proceder à sua urgente reparação.

Todas as obras referenciadas até este momento não são suficientes para retratarem o Palácio Real do Alentejo actual, mas ilustram as campanhas de obras que ocorreram durante as décadas de 60 e 70.

As mais recentes obras não serão objecto de estudo desta dissertação, em virtude do limite que nos impusemos.

Para melhor exemplificar as transformações que foram ocorrendo ao longo dos vários anos sugerimos que sejam estudadas as fotografias incluídas no anexo fotográfico datadas de 1905,<sup>319</sup> 1972,<sup>320</sup> 1980,<sup>321</sup> 2003<sup>322</sup> e 2008.<sup>323</sup>

Como exemplo: a ala esquerda e o corpo central que compreendem, entre outras dependências, o gabinete do almirante Comandante Naval do Continente e Salão de Recepções do Ministério da Marinha, eram anteriormente a sala de jantar e sala de recepções e de bilhar.

Da análise das fotografias respeitantes ao Salão Nobre do Palácio, podemos aferir alterações do mobiliário e da decoração, e o cuidado na manutenção do traçado original na composição da sala.

---

<sup>316</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 34.

<sup>317</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 33.

<sup>318</sup> AHMOPTC - *Livro de Registo de Contracto Anos 1969/1972*, cota: A-1448 05.02/01.

<sup>319</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 7, 8, 9, 10, 11, e 12.

<sup>320</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 22, 23, 24 e 25.

<sup>321</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 40 e 41.

<sup>322</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 45, 46 e 47.

<sup>323</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 72, 73, 74 e 75.

O vestíbulo de entrada no corpo central do edifício mantém-se, apenas com a exclusão dos guarda-ventos no patamar da entrada, que foram retirados.

Da observação das fotografias relativas ao exterior do Palácio, podemos concluir que a perspectiva exterior e os alçados mantêm-se,<sup>324</sup> com exclusão do cais e do portão de acesso do lado do rio que actualmente não existem; e que a distância do Palácio até ao rio também aumentou.<sup>325</sup>

---

<sup>324</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 2, 3, 4, 6, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 42, 43, 49, 50, 51 e 53.

<sup>325</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografias nº 5, 6, 26 e 42.

### **III. Estudo cripto-histórico**

Chegados a este momento sentimos necessidade de explicar a razão pela qual dedicamos um capítulo para estudarmos a capela do Palácio Real do Alfeite.

Isto acontece por uma particularidade específica pois esta capela já não existe fisicamente no nosso presente, só pode ser reconstituída através de memórias e pequenos detalhes que a investigação trouxe ao nosso conhecimento.

Desta forma, achamos interessante fazermos uma análise socorrendo-nos da teoria do Professor Vítor Serrão – a Cripto-história.

#### **III.1. Da Capela do Palácio Real do Alfeite**

*“A História de Arte não se faz só com recurso a obras vivas. Os “grandes monumentos” e as “obras-primas” não abrangem todos os objectos que ela visa analisar, estudar e identificar, conservar e re-conhecer.”<sup>326</sup>*

*“O conceito de Cripto-história da Arte, ou seja, o reforço do testemunho memorial com recurso à ‘obra de arte morta’, e com novo ênfase ao papel do ‘fragmento’ e do ‘indício’ como parcela de unidades perdidas; ...”<sup>327</sup>*

A teoria cripto-histórica da Arte permite-nos estudar a Capela do Palácio Real do Alfeite, entretanto desaparecida em virtude da adaptação do edifício às necessidades logísticas da Marinha.<sup>328</sup>

Este espaço de culto foi, em parte, substituído com a construção de raiz da Capela de Nossa Senhora do Mar.

Mas porque razão estudar uma capela entretanto demolida? Para quê recorrer ao conceito de Cripto-História?

---

<sup>326</sup> Vítor SERRÃO, *A cripto-história de arte: análise de obras de arte inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001, capa.

<sup>327</sup> Vítor SERRÃO, Seminário de história do ICS-UL-Conferência a 15 de Junho, p. 1.

<sup>328</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 27.

Entendemos ser fundamental estudar todos os elementos integrantes do Palácio, de forma a podermos compreender as transformações pelas quais passou.

Devido ao facto de este espaço já não existir actualmente no Palácio, não quer dizer que o mesmo não possa estudado.

Assim desta forma e através de pequenas provas recolhidas durante a investigação podemos fazer o seu estudo.

De facto, um extracto de uma peça ou de um objecto, uma parte de um todo, permite-nos (re) construir esse todo, de modo a podermos (re) escrever a sua história religiosa, iconográfica, estética, artística, arquitectural e artística.

É um conceito não só aplicável à Capela do Palácio Real do Alfeite, mas que devemos expandir para reconstruirmos a memória das ruínas do Palácio do Antelmo, às ruínas existentes nos actuais jardins, aos vestígios do Termo do Alfeite, etc.

A nossa investigação para este capítulo desenrolou-se basicamente na Torre do Tombo, com a consulta do núcleo da Casa Real, e na Biblioteca Nacional de Portugal, para a pesquisa dos periódicos. A investigação foi finalizada com recurso ao Arquivo da Direcção de Infraestruturas para podermos apresentar a actual Capela do Alfeite, a Capela de Nossa Senhora do Mar.

A metodologia utilizada para construir o percurso da Capela iniciou-se com a descoberta de uma imagem da fachada do Palácio num periódico,<sup>329</sup> a qual comprova a existência deste espaço de culto no interior do edifício.

Do século XIX para o século XX, outra publicação periódica apresenta uma fotografia inédita dos interiores do Palácio, incluindo uma fotografia do interior da Capela.<sup>330</sup>

De modo a complementar esta informação fotográfica temos as plantas,<sup>331</sup> que assinalam a localização da Capela dentro do Palácio Real do Alfeite, nas diversas fases de remodelação dos interiores e de “crescimento” do edifício.

Possuímos ainda inventários<sup>332</sup> do acervo documental da Casa Real, que nos permitem conhecer os objectos que faziam parte do culto.

---

<sup>329</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 1.

<sup>330</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 7.

<sup>331</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2, 3, 8 e 9.

<sup>332</sup> Ver Anexo Documental – Documentos nº 12 e 19.

São fragmentos que, todos reunidos, nos permitem afirmar a existência da Capela, e, na medida do possível, estudá-la para reconstruir a sua memória.

### III.1.1. I Fase/II Fase

Centremo-nos, pois, nos nossos fragmentos. Neste caso particular o nosso fragmento mais antigo é a planta do Palácio Real do Alfeite, datada de 1825,<sup>333</sup> na qual está representado num dos compartimentos interiores do edifício o símbolo da cruz, símbolo representativo de culto religioso, identificador da existência de uma pequena capela situada do lado esquerdo do imóvel, ocupando uma divisão inteira e com acesso para o exterior.

Após a integração na Casa do Infantado, o Palácio é alvo de uma primeira fase de obras, para readaptação às exigências dos seus novos proprietários, obras essas a cargo, conforme deduzimos anteriormente, do Arquitecto Mor da Casa do Infantado Mateus Vicente de Oliveira.<sup>334</sup>

Baseado na improbabilidade que seria, para um arquitecto do estatuto e responsabilidade de Mateus Vicente de Oliveira, que no decurso das obras de remodelação da casa senhorial dos Taroucas para o Infante, não conservasse um pequeno espaço para uma pequena capela, concluímos que a capela subsistiu após a intervenção deste mestre no interior do Palácio Real.

Conseguimos inclusive saber o nome do *Capelão das Reais Quintas do Alfeite* no ano de 1780 através da documentação pertencente ao fundo da Casa do Infantado.<sup>335</sup>

Também podemos confirmar a localização da pequena capela, observando o desenho publicado num periódico datado de 1851,<sup>336</sup> no qual temos sobreposto à fachada principal do edifício a entrada para a capela.

Apresenta inclusive uma pequena torre sineira no telhado mesmo por cima da entrada.

---

<sup>333</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 2 e 3.

<sup>334</sup> II. Enquadramento Arquitectónico e Artístico do Palácio Real do Alfeite, II.1 As campanhas de obras do Palácio Real do Alfeite, II.1.1 I Fase, II.1.1.2. O Arquitecto do Alfeite, Mateus Vicente de Oliveira e a Arquitectura Barroca.

<sup>335</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 5.

<sup>336</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 1.

Para além deste exemplar gráfico, obtivemos do Fundo Documental da Casa Real um inventário de bens,<sup>337</sup> compilado no ano de 1854, mas respeitante ao ano de 1833, isto é, anterior à extinção da Casa do Infantado e à incorporação dos palácios reais na Casa Real, o qual nos permite recolher informação preciosa sobre a ornamentação da capela e bens à sua guarda.

Reforçando a sobrevivência deste espaço de culto no interior do edifício, novamente um inventário de bens do Fundo Documental da Casa Real,<sup>338</sup> efectuado por ocasião do falecimento do Rei D. Luís,<sup>339</sup> tem a descrição do Palácio Real do Alfeite, indo ao pormenor de identificar cada uma das divisões e o que cada uma continha, bem como a avaliação de cada um dos objectos.

Na sequência da descrição do piso nobre do Palácio encontramos a descrição da Capela Real e da Sacristia, e no piso térreo a descrição da entrada para a Capela.

Esta capela mencionada neste último inventário é resultante das obras realizadas após a integração do Palácio na Casa Real e sob a supervisão do Arquitecto Mor dessa mesma casa, o Arquitecto Possidónio da Silva.

Alterações representadas também nas restantes plantas do fundo documental da Casa Real, datadas de 1903,<sup>340</sup> representativas da II fase de obras no Palácio Real do Alfeite.

A localização desta capela surge igualmente assinalada nestas plantas, complementada com a informação dada pela existência de legenda:

- Na planta referente ao rés-do-chão do Palácio Real do Alfeite,<sup>341</sup> a capela e o quarto do capelão estão identificados respectivamente com os números vinte e três e vinte e quatro;

---

<sup>337</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 12: “*Relação dos ornamentos e mais objectos da Capela da Real Quinta do Alfeite pertencentes ao Almojarifado do Alfeite q existiao em o anno de 1833 quando este Almojarifado pasou para a Caza Real. A saber (...)*”.

<sup>338</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 19: “*inventário dos bens que ficaram por fallecimento de Sua Magestade El-Rei Senhor Dom Luiz 1º e que, em 31 de Outubro de 1889, existiam nas reais Propriedades do Alfeite.*”.

<sup>339</sup> D. Luís I (n.1838, m. 1889). Baptizado Luís Filipe Maria Fernando Pedro de Alcântara António Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis João Augusto Júlio Valfando, filho segundo de D. Maria II (1819-1853) e de D. Fernando III (1816-1885). Assumiu o governo a 14 de Outubro de 1861, tendo casado com D. Maria de Sabóia. Era primorosamente educado, com temperamento de literato e artista. O reinado de D. Luís assinalou-se materialmente pelo progresso, socialmente pela paz e pelos sentimentos de convivência e politicamente pelo respeito pelas liberdades públicas, intelectualmente por uma geração notável (Eça de Queiroz, Antero de Quental, etc.).

<sup>340</sup> Ver Anexo Gráfico – Plantas nº 8 e 9.

<sup>341</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 8.

- Relativamente à planta do segundo andar<sup>342</sup> a capela está numerada com o número dezasseis.

Mantêm a particularidade de serem espaços pequenos, íntimos, sem grande ostentação e para uso exclusivo dos residentes do palácio, e nunca para uso de pessoal exterior ao convívio íntimo da Família Real e Infantes.

Para além de conseguirmos demonstrar a sua existência através das plantas estudadas, podemos ainda descrevê-la com recurso a uma fotografia, espécime único publicado na *Ilustração Portuguesa*, em 1905.<sup>343</sup> A fotografia referida mostra um altar muito despojado, adossado a uma tribuna elevada que comporta um trono de três andares com uma única imagem de Nossa Senhora. A tribuna, muito singela, é rematada na sua face anterior por um arco ladeado por duas pilastras.

Embora não seja possível afirmá-lo dada a má qualidade da fotografia, quer o altar quer o remate da tribuna parecem ter sido executados em materiais pétreos.

A decoração das paredes seria possivelmente em azulejo, fazendo padrões simples.

Não podemos afirmar quais os motivos e cores utilizadas, mas o facto de ter sido utilizado azulejo para a decoração dos espaços exteriores leva-nos a considerar a mesma opção para o interior, também a nível das cores branco, azul e amarelo.

Após a enumeração e descrição de todos os pequenos fragmentos recolhidos durante a investigação, julgamos ser possível afirmar sem margem para dúvidas a existência de um espaço de culto no interior do Palácio Real do Alfeite, que sobreviveu às diversas campanhas de obras realizadas ao longo dos tempos.

Uma capela que não chegou ao século XXI, pelo que no capítulo seguinte faço uma breve referência ao momento decisivo que determinou o seu desaparecimento.

---

<sup>342</sup> Ver Anexo Gráfico – Planta nº 9.

<sup>343</sup> Ver Anexo Gráfico – Fotografia nº 7.

### III.1.2. Desaparecimento

Após a tomada de posse do Palácio Real do Alfeite por parte da Marinha, este passa a ser basicamente uma sede administrativa.

Mas com a criação da Intendência da Marinha, o Palácio Real do Alfeite deixa de ser somente a sede administrativa, para se transformar numa unidade operacional da Marinha.

O estatuto adquirido permite-lhe ser alvo de obras de restauro e adaptação às novas funções que lhe são atribuídas.

No ano de 1947 são planeadas as obras de transformação das alas do piso inferior do Palácio, que albergavam a Intendência de Marinha no Alfeite, sempre sob a supervisão Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha (CANIFA) do Ministério das Obras Publicas.

A Direcção Geral da Fazenda Pública informa o Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que tinha sido alertada pela Intendência, sobre as implicações que as obras na ala esquerda tinham sobre a Capela existente no interior do edifício.<sup>344</sup>

Segundo o protocolo, qualquer demolição e/ou construção de um espaço religioso implicava que o Patriarcado fosse informado, de forma a emitir um parecer para, posteriormente, celebrar os rituais necessários.

Assim, o Patriarcado de Lisboa é informado do projecto das obras e suas implicações.

Consequentemente o Patriarcado de Lisboa, na pessoa do Bispo Auxiliar, o Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa Bispo João Vatarba,<sup>345</sup> emitiu o necessário parecer com a recomendação achada por conveniente.<sup>346</sup>

---

<sup>344</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 24.

<sup>345</sup> João da Silva Campos Neves (n. 1889 m. 1980). Entrou para o seminário de Coimbra em Outubro de 1904, concluindo o seu curso em Julho de 1910. Foi ordenado em Dezembro de 1911 por D. Manuel Correia de Bastos Pina. Exerceu diversos cargos, entre os quais Cónego da Sé de Coimbra, secretário e tesoureiro da comissão Diocesana dos indultos pontifícios, vogal da Comissão Diocesana do centro Católico, Director da Congregação de Maria Imaculada. Nomeado Bispo titular de Vatarba e auxiliar do Senhor Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira em Maio de 1931. Em 1948 é transferido para Lamego, aonde exerce o cargo de Bispo de Lamego, presidente da Comissão Episcopal de liturgia. Funda a Gráfica de Lamego e promove a construção do Seminário Maior Diocesano de Lamego. D. João da Silva Campos Neves abdicou, em 1971, da Mitra de Lamego.

<sup>346</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 24.

Isto é, a autorização para a demolição da capela existente ficaria condicionada à construção de uma nova capela no Alfeite, que foi entretanto concedida após aprovação dos projectos da nova capela.<sup>347</sup>

As obras referidas como justificação para a destruição da capela existente na altura estavam inseridas num programa muito vasto de obras planeadas para todo o complexo do Alfeite, visando modernizar as instalações da Marinha, facto lembrado aquando das comemorações do cinquentenário da Capela “Nossa Senhora do Mar” com a publicação de um artigo alusivo.<sup>348</sup>

### III.1.3. Capela de “Nossa Senhora do Mar”

Foi desenvolvida uma campanha de obras que originou uma capela autónoma para a celebração de serviços religiosos, construída de raiz, após a demolição da antiga capela existente no interior do Palácio Real do Alfeite, em virtude dessas obras de remodelação.<sup>349</sup>

Esta capela é consagrada a Nossa Senhora do Mar, pela protecção concedida aos marinheiros, que a veneram desde o século VI,<sup>350</sup> e era destinada a assegurar a assistência religiosa aos militares, seus familiares e habitantes dos bairros da zona do Alfeite.

A elaboração deste projecto regeu-se segundo critérios de simplicidade, sobriedade, economia, carácter artístico e litúrgico, pesando o bom senso e o gosto singelo.

O projecto foi elaborado pelos serviços técnicos da Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha, sob a presidência do Comodoro Joaquim de Sousa Uva<sup>351</sup> e Director-Delegado Engenheiro Júlio José Netto Marques.

---

<sup>347</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 24.

<sup>348</sup> Padre Borges da SILVA, “A Capela de «Nossa Senhora do Mar» vai comemorar cinquenta anos” in *Revista da Armada* nº 384, Março de 2005, p.25: “*Em ordem a substituir a antiga capela do Palácio do Alfeite, sacrificada à ampliação das instalações dos Serviços da Intendência, a Base Naval de Lisboa viu emergir, no decorrer do ano de 1955, um novo edifício destinado a assegurar a prática do culto ao pessoal da Marinha que habitava a margem sul (...)*”.

<sup>349</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 27.

<sup>350</sup> Padre Borges da SILVA, “A Capela de «Nossa Senhora do Mar» vai comemorar cinquenta anos” in *Revista da Armada* nº 384, Março de 2005, p.255.

<sup>351</sup> Joaquim de Sousa Uva (n. 1897 m. 1980) Assentou praça em Agosto de 1917. Prestou serviço em diversas unidades, entre as quais Escola Naval, Capitania do Porto de Olhão, Direcção Geral de Marinha e Comando Geral da Armada. Foi promovido a Vice-almirante em Setembro de 1960.

Projecto esse, que por decisão do Ministro das Obras Públicas, foi remetido para apreciação do Conselho Consultivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o qual emitiu um parecer favorável.<sup>352</sup>

O responsável pela área da arquitectura foi o Arquitecto José Costa da Silva,<sup>353</sup> pela engenharia o Engenheiro João Albino de Garcia Cabral,<sup>354</sup> e pelo mobiliário o Arquitecto João Ferrão de Oliveira.

As imagens de Nossa Senhora do Mar e de S. Pedro foram executadas pela escultora Margarida Schummelpfenning.<sup>355</sup>

O custo total da construção importou em quatrocentos e cinquenta e seis contos e o mobiliário, alfaias e objectos de culto em cento e trinta e sete contos.<sup>356</sup>

A Capela de “Nossa Senhora do Mar” foi inaugurada em treze de Agosto de 1955,<sup>357</sup> numa cerimónia protocolar que contou com a presença das mais altas individualidades, S. E. Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira,<sup>358</sup> Almirante Américo Tomás,<sup>359</sup> Ministro da Marinha Almirante Felipe Castela,<sup>360</sup>

---

<sup>352</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 24.

<sup>353</sup> José Costa da Silva (n.1911) Formou-se pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL) em 30 de Maio de 1940. Data de Aprovação 05 de Novembro de 1941.

<sup>354</sup> João Albino de Garcia Cabral (n. 1908). Terminou a sua licenciatura em 1941 e inscreveu-se na Ordem dos Engenheiros no mesmo ano como membro efectivo, na especialidade de engenheiro civil.

<sup>355</sup> Margarida Schummelpfenning. Escultora de nacionalidade portuguesa, nasceu em Matosinhos, tendo vindo posteriormente morar para Lisboa. Entre muitas exposições em que participou salientamos a sua presença Salão da Primavera em 1951, Exposição de Cerâmica no Palácio da Foz. Obras de relevo o Busto do Professor Serras e Silva e os Vitrais da Sagrada Família na Igreja do Calhariz em Benfica.

<sup>356</sup> Ver Anexo Documental – Documento nº 27.

<sup>357</sup> “Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa” in *O Comércio do Porto*, Porto, Agosto de 1955; “Abriu ao culto a Capela de Nossa Senhora do Mar” in *Jornal de Noticias*, Agosto de 1955; “Nossa Senhora do Mar é a padroeira da capela da Base Naval do Alfeite” in *Diário da Manhã*, Agosto de 1955; “Foi inaugurada na Base Naval do Alfeite a capela de Nossa Senhora do Mar” in *O Século*, Agosto de 1955; “O Senhor Cardeal Patriarca inaugurou ontem uma capela no Alfeite” in *A Voz*, Agosto de 1955; “Abriu ao culto a Capela de «Nossa Senhora do Mar» na Base Naval do Alfeite” in *Diário Popular*, Agosto de 1955; “A nova Capela da Base Naval do Alfeite foi hoje inaugurada na presença do ministro e cardeal-patriarca” in *Diário de Lisboa*, Agosto de 1955; “Alfeite” in *Jornal de Almada*, Agosto de 1955; “Foi inaugurada a nova capela do Alfeite” in *O Primeiro de Janeiro*, Agosto de 1955; “Na Zona Naval do Alfeite A capela de Nossa Senhora do Mar” in *Jornal Novidades*, Agosto de 1955, pp. 1-4.

<sup>358</sup> Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (n. 1888 m.1977). Diplomado em Teologia e em Ciências Histórico-Geográficas pela Universidade de Coimbra, doutorado em Ciências Históricas. Eleito arcebispo de Mitilene em 1928, e elevado ao cardinalato em 16 de Dezembro de 1929, pelo Papa Pio XI, com o título de São Marcelino e São Pedro. Foi o décimo-quarto Patriarca de Lisboa, nomeado em 18 de Novembro de 1929. Dado importante do governo deste Patriarca foi a criação da Universidade Católica Portuguesa. Resignou ao governo do Patriarcado em 10 de Maio de 1971, sendo substituído por D. António Ribeiro.

<sup>359</sup> Américo de Deus Rodrigues Tomás (n. 1894, m.1987). Iniciou a sua carreira, em 1914, como aspirante no corpo de alunos da Armada. Em 1916, ao terminar o curso da Escola Naval e durante a I Grande Guerra, desempenhou funções no serviço de escolta aos comboios que se dirigiam para a Inglaterra e Norte de França, primeiro no cruzador Vasco da Gama, depois no cruzador auxiliar Pedro Nunes e nos contratorpedeiros Douro e Tejo. Em 1918, promovido a 1º tenente, serve como oficial imediato a bordo do contratorpedeiro Tejo. A 3 de Outubro de 1919 é nomeado para a 3.ª Direcção-Geral do Ministério da

Intendente do Alfeite Contra-almirante Alves Leite,<sup>361</sup> os Comodoros Daniel Silva<sup>362</sup> e Joaquim de Sousa Uva,<sup>363</sup> entre outros militares e seus familiares, e o Presidente da Câmara Municipal de Almada Sr. Dr. Aquiles Monteverde.<sup>364</sup>

O Reverendo João Cabeçadas,<sup>365</sup> capelão da Armada, celebrou a missa inaugural, com participação da fanfarra de clarins do Corpo de Marinheiros da Armada.

Pelo cinquentenário da Capela de “Nossa Senhora do Mar” realizaram-se diversas iniciativas com vista à comemoração de data tão histórica para o incremento da vida religiosa dentro do seio das Forças Armadas, nomeadamente, da nossa Marinha.<sup>366</sup>

---

Marinha. A 17 de Março de 1920, entra ao serviço do navio hidrográfico 5 de Outubro. Entre 1924 e 1936, exerceu as funções de vogal da Comissão Técnica de Hidrografia, Navegação e Meteorologia Náutica e do Conselho de Estudos de Oceanografia e Pesca. É nomeado, em 1958, como candidato pela União Nacional, para disputar as eleições contra o general Humberto Delgado. Com o 25 de Abril de 1974 é demitido do cargo e expulso da Armada, preso e conduzido à ilha da Madeira parte depois para o exílio no Brasil. Regressou a Portugal por consentimento do então Presidente da República general Ramalho Eanes, em 1980.

<sup>360</sup> José Felipe Castela (n. 1894 m. 1973). Ingressou na Marinha em 1915, e tendo alcançado o posto de Contra-almirante em 1953 após prestado comissões na Escola de Mecânicos, Escola Alunos Marinheiros e na Superintendência dos Serviços da Armada.

<sup>361</sup> Alves Leite (n. 1894 m. 1961). Assentou praça a 16/09/1914, tendo exercido funções como Comandante do Bérrio de 1940 a 1941, para de seguida prestar serviço no Corpo de Marinheiros de 1941 a 1943 e, em 1953, de Presidente da Comissão Nacional de Pescarias do Noroeste do Atlântico. Prestou serviço na S.S.A. de 1959 a 1960 e foi vogal no Conselho Superior de Disciplina da Armada de 1960 a 1961.

<sup>362</sup> Daniel Duarte da Silva (n. 1895 m. 1990). Prestou serviço em diversas unidades entre as quais destacamos a Escola Naval e a Repartição dos Serviços de Marinha de Moçambique. Foi promovido a Comodoro em 1953.

<sup>363</sup> Joaquim de Sousa Uva.

<sup>364</sup> Dr. Aquiles Monteverde licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, deixou em Julho de 1937 de exercer o cargo de administrador do Concelho de Cezimbra. Em 1954 desempenhava os cargos de secretário da Universidade Técnica, Vereador da Câmara Municipal de Lisboa e Secretário da Comissão Concelhia da União Nacional de Lisboa. Presidente da Câmara Municipal de Almada desde Junho de 1954 até Março de 1962.

<sup>365</sup> João Soares Cabeçadas (n. 1921) Foi admitido em 1945, tendo sido nomeado Capelão em 1946, prestou serviço no Corpo de Marinheiros, Escola de Mecânicos e Escola Naval.

<sup>366</sup> Padre Borges da SILVA, “A Capela de «Nossa Senhora do Mar» vai comemorar cinquenta anos” in *Revista da Armada*, nº 384, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Março 2005, p. 25; Padre Borges da SILVA, “Comunidade de Nossa Senhora do Mar - 50 anos” in *Revista da Armada*, nº 388, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Julho 2005, p. 6.

## **Considerações Finais**

No seguimento do estudo que apresentamos gostaríamos de apelar, em primeiro lugar, à criação de uma política de gestão de património, envolvendo as diversas instituições militares, organismos governamentais e não-governamentais da cultura e da educação, visando a divulgação, sustentabilidade e rentabilidade do património, bem como a sua conservação e restauro.

Pois sinceramente consideramos ser de uma importância fundamental a implementação de uma visão estratégica, concertada entre os três ramos das Forças Armadas e as mais diversas instituições ligadas ao património, para que desta forma se possa transmitir à sociedade civil o património histórico militar, com previsíveis vantagens para ambas as partes.

Isto porque, independentemente da importância atribuída a cada objecto e/ou imóvel, a verdade é que a História de Portugal também é composta por pormenores singelos, episódios considerados menos importantes, que possibilitam interligar acontecimentos e episódios narrativos mais significativos, contribuindo todos de igual forma para a construção da nossa memória.

Para que estes pequenos retalhos da nossa história possam ser divulgados e avaliados, têm que ser primeiramente conhecidos, o que torna imperativo salvuardarmos a herança embutida no património, que neste caso é património imóvel edificado, para que este possa transmitir a sua versão da história.

Olhemos então para o edifício estudado nesta dissertação de mestrado, o Palácio Real do Alfeite.

O Palácio Real do Alfeite representou um papel importante na nossa história, mas considerado até este momento como um protagonista secundário, estatuto que, na nossa opinião, não lhe retira nem valor nem mérito.

Muito pelo contrário, pois estamos perante um edifício que evoluiu adaptando-se às exigências que lhe iam sendo impostas, sem nunca perder o sentido histórico e memorial que a sua particular vivência lhe conferiu por direito próprio.

No decurso da investigação fomos encontrando testemunhos da sua participação em momentos singulares da nossa história.

*“Ao regressar do Brasil, D. João VI foi-se instalar no Palácio de Queluz. Aí residiu durante a maior parte do ano de 1821, com poucas ausências, a não ser para Lisboa, quando o chamavam cerimónias oficiais ou outros deveres do cargo. Nos começos de Dezembro desse ano, talvez por se sentir mais velho e doente e menos disposto às deslocações a Lisboa, transferiu residência para o Paço da Bemposta, na capital. Ocasionalmente ia a Mafra, ao Alfeite ou a Salvaterra de Magos, mas sempre com pouca demora.”.*

*“D’entre as quintas mais notáveis do termo d’Almada, faremos unicamente menção das duas que pertencem á família real: a do Alfeite, que é da coroa, com jardim e grande matta abundante de caça, e agora aformoseada com un lindo palácio de campo, no gosto inglez, mandado edificar por el-rei o Senhor D. Pedro V:...”.*<sup>367</sup>

*”A par destes três locais, também a Trafaria e o Alfeite eram dois dos pontos de passagem obrigatória. O forte da Trafaria era Paço Real, tal como a Quinta Real do Alfeite, e constituíam o ponto de paragem ideal quando a Família Real se deslocava, por exemplo, a Vila Viçosa, que é naturalmente outro destino incontornável dos Braganças.”.*<sup>368</sup>

*“Durante a gravidez da jovem princesa real, D. Carlos informa D. Maria Pia escrevendo-lhe da Quinta do Alfeite,<sup>369</sup> a 30 de Janeiro de 1887, antes de partir para uma caçada na Arrábida: “Amélia passa maravilhosamente e pede-me que vos beije ternamente as mãos.”*<sup>370</sup>

Pormenores, testemunhos, fragmentos e/ou indícios com os quais se (re) constroem história (s).

---

<sup>367</sup> I. de Vilhena BARBOSA, *As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d’Armas*, Lisboa, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860, p. 21.

<sup>368</sup> Sérgio MORENO, “Itinerários D’El-Rei D.Carlos”, retirado do site <http://www.dcarlos100anos.pt/routeiro2.html> em 18 de Fevereiro de 2008.

<sup>369</sup> Ver Anexo Fotográfico – Fotografia nº 3.

<sup>370</sup> Eduardo NOBRE, “Amélia – Rainha de Portugal”, Lisboa, Quimera Editores, 2007.

Pequenos detalhes para os quais é necessário aprender a olhar com todos os sentidos, para que no momento em que sejamos confrontados seja com um edifício em ruínas, um pedaço de papel degradado, uma maqueta danificada ou um outro qualquer objecto olvidado, possamos compreender a real importância do mesmo.

Nada é demasiado antigo, nada é desperdiçável, tudo tem a sua história e conseqüentemente a sua importância.

Mas temos que nos esforçar para compreender e batalhar para construir esta sensibilidade nas pessoas e nas instituições, criando desta maneira uma política global de enriquecimento cultural.

O estudo dos detalhes vividos pelo e no Palácio Real do Alentejo não se esgotaram nesta tese, existem diversas vertentes de investigação e estudo abertas a futuros trabalhos de investigação.

Há muitos aspectos que podem e devem ser explorados de forma a permitir que este património cresça ainda mais, em termos históricos, artísticos e culturais.

Atenção que não nos podemos nunca esquecer que estamos perante um centro de comando e decisão militar em actividade, porque isso impõem alguns condicionamentos à abertura deste espaço a novos desafios e a novos interlocutores, mas não impossibilita de tudo a continuação deste estudo e o início de outros.

Poderíamos estabelecer parcerias para que fossem realizadas escavações arqueológicas em locais identificados como relevantes, como julgamos ser as traseiras do Palácio Real do Alentejo, para que desta forma pudessemos estudar todo o esquema subterrâneo de abastecimento de águas e até redescobrir antigos poços e tanques entretanto desactivados.

Merecedora de mais estudos é também toda a documentação que se encontra dispersa pelos núcleos documentais da Torre do Tombo, nomeadamente o da Casa do Infantado e da Casa Real, relativa ao Palácio Real do Alentejo. Documentação que esta dissertação revela apenas uma pequena parte.

Outra vertente interessante que não ficou esgotada diz respeito ao século XX, alicerçada na documentação pertencente ao Ministério da Agricultura e ao Ministério das Obras Públicas.

Estes casos particulares são apenas para salientar que ainda muito há a estudar e a investigar relativamente a este caso particular abordado nesta dissertação.

De forma a pedir que surjam mais iniciativas de colaboração e parcerias entre as diversas instituições ligadas directamente ao património e sua preservação, salvaguarda e divulgação e a Marinha.

A Marinha, e mais genericamente, as Forças Armadas, têm a seu cargo edifícios históricos, sejam conventos, palácios, faróis ou fortes, que permitiriam a criação de uma rede de conhecimento e estudo para divulgação e preservação desse património.

E porquê razão não batalhar pela criação deste projecto?

Tentado envolver a sociedade civil, o que permitiria reforçar o estatuto vital que as Forças Armadas têm para a sociedade, e solicitando a colaboração dos organismos externos à instituição militar através da celebração de protocolos para a sua concretização.

Desejámos demonstrar que é possível estudar e investigar um património com carácter militar, sem colocar em risco a sua segurança e o cumprimento da missão que lhe está atribuída, mas contribuindo de forma decisiva para o enriquecimento da nossa história e para o conhecimento artístico e cultural da sociedade.

## **Bibliografia**

### **Fontes**

#### **Assembleia da República**

##### *Arquivo Histórico Parlamentar*

- Legislatura de 2 de Janeiro de 1848 a 25 de Maio de 1851 Secção VI CX 46
- Legislatura de 2 de Janeiro de 1848 a 25 de Maio de 1851 Secção VI CX 44
- Legislatura de 2 de Janeiro de 1842 a 25 de Maio de 1851 Secção VI CX 44
- Ofício nº 212 do Ministério das Obras Publicas Secção VI CX 23-A
- Projecto da Lei nº254-E Secção IV CX 58
- Projecto de Lei nº251-I Secção IV CX 58
- Requerimento do Deputado José Botelho de Carvalho Araújo Secção IV CX 5
- Requerimento do Deputado António Caetano Celorico Secção IV CX 5
- Projecto de Lei nº143-H secção IV CX 56
- Projecto de Lei nº190-D Secção VIII CX 24
- Índice da Câmara dos Deputados 1851 Secção I e II CX 124

#### **Direcção-Geral dos Arquivos - Torre do Tombo**

##### *Arquivo da Casa Real (F)*

Plantas das Reaes Propriedades do Alfeite

Registo dos Tombos Reaes das Propriedades do Alfeite 1792/1850

- Caixas nº 3509/3515 – Documentos de Despesa Geral Casa Infantado 1763/1832
- Caixas nº 3517/3525 – Obras diversos papéis
- Caixas nº 3528/3531 – Almojarifado Alfeite 1803/1822
- Caixas nº 3746/3747 – Negócios Gerais 1748
- Caixa nº 6465 – Almojarifado do Alfeite 1791
- Caixa nº 6465 – Tombo 1848
- Caixa nº 6465 – Expediente 1844/1865
- Caixas nº 3981/3982 – Almojarifado Alfeite 1843
- Caixas nº 4020/4021 – Almojarifado Alfeite 1844

- Caixas nº 4054/4055 – Almoxarifado Alfeite 1845
- Caixas nº 4088/4089 – Almoxarifado Alfeite 1846
- Caixas nº 4437/4438 – Almoxarifado Alfeite 1856
- Caixas nº 4472/4473 – Almoxarifado Alfeite 1857
- Caixas nº 4506/4507 – Almoxarifado Alfeite 1858
- Caixas nº 4572/4573 – Almoxarifado Alfeite 1860
- Caixa nº 5919 – Almoxarifado Alfeite Inventários 1889
- Caixa nº 6422 – Almoxarifado Alfeite Inventários 1876/1889
- Caixa nº 7804 – Palácios Nacionais Século XX
- Caixas nº 7804 ao 7808 – Inventário Alfeite
- Caixas nº 4029/4030 - Obras
- Caixa nº 4112 - Obras
- Caixa nº 4142 - Obras
- Caixa nº 4175 - Obras
- Caixas nº 42276/4277 - Obras
- Caixa nº 4320 - Obras
- Caixas nº 4360/4361 - Obras
- Caixa nº 4471 - Obras
- Caixa nº 4676 - Obras
- Caixa nº 4471 - Obras
- Caixa nº 4676 - Obras
- Caixa nº 4715 - Obras
- Caixa nº 4753 - Obras
- Caixa nº 4789 - Obras
- Caixa nº 6475 - Diversos
- Caixa nº 6518- Diversos
- Caixas nº 4211/4212- Diversos
- Caixas nº 4663/4664- Diversos
- Caixas nº 5918/5919/592020- Diversos

*Arquivo da Casa do Infantado (F)*

- Livros nº 122 ao nº 124 – Registo dos decretos 1807/1833

- Livros nº 125 ao nº 129 – Registo de ordens expedidas Secretaria Câmara e Justiça 1750/1831
- Livros nº 130 e 131 – Registo dos avisos da Secretaria. Negócios e despachos da Casa Infantado. em Lisboa 1816/1821
- Livros nº 133 e 134 – Registo dos avisos da Secretaria Negócios e despachos da Casa Infantado para diversos 1809/1833
- Livro nº 135 – Índice dos Registos dos avisos e ordens
- Livro nº 138 ao 140 – Registo avisos, ofícios e ordens expediente particular da coroa 1810/1821
- Livros nº 173 ao nº 176 – Registo dos emprazamentos dos bens livres 1756/1832
- Livros nº 182 ao 187 – Registo de padrões 1695 e seguintes
- Livro nº 213 – Notícia dos bens dos almoxarifados 1762
- Livro nº 214 – Notícia dos bens, comendas e bens livres e pessoais Infantado. D. Pedro 1762
- Livro nº 215 ao 217 – Tombos 1648/1805
- Livro nº 234 – Índice dos Livros da Fazenda
- Livro nº 235 – Notícia Histórica da Casa do Infantado
- Livro nº 236 – Inventário dos bens falecimento Infante. D. João 1781
- Livro nº 237 – Receita e despesa da Casa do Infantado por almoxarifados
- Livro nº 239 – Índice de feitos 1796
- Livro nº 241 – Notícia histórica Villa Real 1630
- Livros nº242 ao nº 244 – Livro notas do tabelião Casa Infantado. 1783/1823
- Livros nº 392 ao 399/405/410 – Receita das rendas pertencentes Casa Infantado. (tesouraria geral) 1765/1833
- Livros nº 451 e 465 – Despesa Geral da Casa Infantado. 1767/1833

#### *Arquivo Fotográfico*

- PT-TT-EPJS-SF-FT-08-00-08901 – Visita do Presidente do Ministério ao novo Arsenal da Marinha no Alfeite
- PT-TT-EPJS-SF-FT-08-25-08897 – Visita do Chefe do Governo ao novo Arsenal da Marinha no Alfeite

**Exército Português – Direcção de Infra-estruturas**

*Projecto SIDCARTA*

- Planta do Real Sitio do Alfeite /Folque fecit, 1825.  
Ms., color., em papel. 85x64cm  
Cota: 515-1-3-5-(DSE) -CRT/2002

**Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana**

**(Ex - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais)**

- Base Naval do Alfeite. Capela. 1947  
Cx. 3N, 4790/8 DSARH
- Base Naval do Alfeite. Capela. 1954  
4782/11 DSARH
- Base Naval do Alfeite. Capela. 1947  
Cx. 3N, 4790/8 DSARH
- Palácio Real do Alfeite (Escola Naval) 15. 1954  
D. 36, 2173/8. DSID

*Fotografias*

IPA: PT031503100067

- Id: 510001
- Id: 510002
- Id: 510003
- Id: 510004
- Id: 510005
- Id: 510006
- Id: 510007
- Id: 510008
- Id: 544995
- Id: 544996
- Id: 544997
- Id: 544998
- Id: 544999
- Id: 545000

- Id: 545001
- Id: 545002
- Id: 545003
- Id: 545004
- Id: 545005

### **Instituto Geográfico Português**

#### *Catálogo de Cartas Antigas*

- Planta do Real Sitio do Alfeite./Folque fecit, 1825.  
Ms., color., em papel. 664 x 407 mm.  
"O petipe da planta he de 20 braças ao palmo".  
Escala gráfica de 15 palmos = 353 mm.  
É a planta do edifício e jardim do Alfeite.  
Cota: 0506
- PLANTA/DAS/SEPTE QUINTAS/DO/REAL SÍTIO DO ALFEITE/ 1849.  
"J. A. de Abreu lev.red. e lith." "Lisboa. Na Off. da Rua Nova dos Martyres".  
Impressão, a preto, em papel sobre pano. 666 x 465 mm.  
Escala gráfica de 600 braças = 132 mm. (razão de 1:10 000).  
A carta foi posteriormente colorida à mão, e designa as diversas quintas, locais e moinhos. O arvoredo é indicado em perspectiva.  
Cota: 0150

### **Marinha Portuguesa – Chefia do Serviço de Apoio Religioso**

#### *Memória Descritiva Capela do Alfeite*

### **Marinha Portuguesa - Direcção de Infra-estruturas**

#### *Arquivo da Direcção de Infra-estruturas*

- Processo 05.01.13  
COD INF 05.05.01
- Processo 05.01.1  
COD INF C5.0.5.M.01.11

- Processo 05.01.01  
COD INF C5.05.M01
  
- Processo 05.01.07  
COD INF C5.05.M01
  
- Processo 05.01.14  
COD INF C5.05.M01
  
- Processo 05.01.15  
COD INF C5.05.M01

### **Marinha Portuguesa – Gabinete do Chefe Estado-Maior da Armada**

#### Gabinete de Fotografia

##### *Fotografias*

- GC 08-IN-05-01
- GC 08-IN-05-02
- GC 08-IN-05-03
- GC 08-IN-05-04
- GC 08-IN-05-05
- GC 08-IN-05-06
- GC 08-IN-05-07
- GC 08-IN-05-08
- GC 08-IN-05-09
- GC 08-IN-05-10
- GC 08-IN-05-11
- GC 08-IN-05-12
- GC 08-IN-05-13
- GC 08-IN-05-14
- GC 08-IN-05-15
- GC 08-IN-05-16
- GC 08-IN-05-17
- GC 08-IN-05-18
- GC 08-IN-05-19
- GC 08-IN-05-20

- GC 08-IN-05-21
- GC 08-IN-05-22
- GC 08-IN-05-23
- GC 08-IN-05-24
- GC 08-IN-05-25
- GC 08-IN-05-26
- GC 08-IN-05-27
- GC 08-IN-05-28
- GC 08-IN-05-29
- GC 08-IN-05-30
- GC 08-IN-05-31

### **Ministério das Obras Públicas, Transportes e comunicações**

- *Arquivo Histórico do MOPTC*
- Actas das reuniões da CANIFA (1977-1985)
- Copiadores de correspondência expedida (1982-1984)
- Relatórios da Conta de Gerência (1962-1985)
- Registo de contractos (1979-1983)
- Mapas de registo das contas correntes de empreitadas (1981-1982)
- Auto de recepção definitiva das empreitadas (1980-1984)

### **Estudos**

#### **Artigos**

#### **Institucionais Online**

##### *Assembleia da República*

Consultados em <http://debates.parlamento.pt/page.aspx?cid=mc.cp2> em 17 de Setembro de 2008.

*Acta n.º 21 da Câmara dos Deputados de 27 de Dezembro de 1911.*

*Acta n.º 29 da Câmara dos Senhores Deputados de 16 de Junho de 1908.*

*Acta n.º 43 da Câmara dos Deputados de 26 de Fevereiro de 1914.*

*Acta n.º 67 da Câmara dos Deputados de 08 de Abril de 1913.*  
*Acta n.º 105 da Câmara dos Deputados de 21 de Abril de 1913.*  
*Acta n.º 106 da Câmara dos Deputados de 26 de Maio de 1914.*  
*Acta n.º 118 da Câmara dos Deputados de 24 de Maio de 1912.*  
*Acta n.º 125 da Câmara dos Deputados de 01 de Junho de 1912.*  
*Acta n.º 126 da Câmara dos Deputados de 03 de Junho de 1912.*  
*Acta n.º 127 da Câmara dos Deputados de 25 de Junho de 1914.*  
*Acta n.º 128 da Câmara dos Deputados de 05 de Junho de 1912.*  
*Acta n.º 138 da Câmara dos Deputados de 19 de Junho de 1912.*  
*Acta n.º 140 da Câmara dos Deputados de 21 de Junho de 1912.*

*Acta n.º 39 dos Pares do Reino de 22 de Março de 1851.*  
*Acta n.º 41 dos Pares do Reino de 26 de Março de 1851.*

*Acta n.º 99 do Senado da República de 3 de Junho de 1913.*  
*Acta n.º 107 do Senado da República de 3 de Junho de 1914.*  
*Acta n.º 113 do Senado da República de 18 de Junho de 1912.*  
*Acta n.º 122 do Senado da República de 25 de Junho de 1912.*  
*Acta n.º 143 do Senado da República de 28 de Junho de 1913.*  
*Acta n.º 144 do Senado da República de 29 de Junho de 1913.*

*Decreto do Diário do Governo. N.º 33 de 1910-11-12.*  
*Decreto do Diário do Governo N.º 193 de 1911-8-19.*  
*Decreto N.º 4405, Diário do Governo N.º 130 de 1918-6-8.*  
*Decreto N.º 41989, Diário do Governo de 1958-12-3.*

#### *Fundação D. Manuel II*

Consultado em <http://www.dcarlos100anos.pt/roteiro2.html> em 18 de Fevereiro de 2008.

MORENO, Sérgio, “*Itinerários D’El-Rei D.Carlos*”.

#### **Periódicos**

“A Memória de D. Pedro V foi evocado pela Marinha” in *Revista de Marinha*, n.º390, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, 1950, pp. 11-16.

“A nova Capela da Base Naval do Alfeite foi hoje inaugurada na presença do ministro e cardeal-patriarca” in *Diário de Lisboa*, Lisboa, 1955.

“Abriu ao culto a Capela de Nossa Senhora do Mar na Base Naval do Alfeite” in *Diário Popular*, 1955.

“Abriu ao culto a Capela de Nossa Senhora do Mar” in *Jornal de Noticias*, Lisboa, 1955.

“Alfeite” in *Archivo Pitoresco*, vol. I, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1858, pp. 211-212.

“Alfeite” in *Jornal de Almada*, Ano I, Nº34, Almada, 1955, p.5.

“As Sete Quintas do Real Sítio do Alfeite” in *Boletim Municipal do Seixal*, Seixal, [s. d.].

BARBOSA, Inácio de Vilhena, “*Fragments de um Roteiro de Lisboa (Inédito). Palácios Reaes*” in *Archivo Pitoresco*, vol. IV, Typographia de Castro Irmão, Lisboa, 1861, p.183.

BORGES, José Ferreira; Garrett, Almeida; Midosi, Paulo; “Correspondência do Chaveco” in *O Chaveco Liberal*, Londres, Imprensa por R. Greenlaw, Outubro, 1829, p. 183.

CUSTÓDIO, Jorge, “Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português” in *Arqueologia e História*, vol 51, Lisboa, 1999, pp.37-46.

DIAS, Carlos Malheiro, “Vicissitudes de uma Quinta Real: um passeio ao Alfeite” in *O Dia*, Lisboa, Abril 1912; republicado in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, Janeiro-Março 1959, pp.123-128.

DIAS, Rodrigo Alves Rodrigues, “Quinta Real de Caxias - jardim da cascata” in *Voz de Paço de Arcos*, n.º 66-67, Paço de Arcos, 1986.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., “Ensaio sobre a arquitectura barroca e neoclássica a norte da bacia do Douro” in *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património I Série* vol. IV, Porto, 2005, pp. 135-153.

M. FLORES, Alexandre, POLICARPO, António Neves, “Alfeite Resenha Geográfica e Histórica” in *Anais de Almada*, 9-10, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 2008, pp.117-139.

“Foi inaugurada a nova capela do Alfeite” in *O Primeiro de Janeiro*, 1955.

“Foi inaugurada na Base Naval do Alfeite a Capela de Nossa Senhora do Mar” in *O Século*, Lisboa, 1955.

FONSECA, José da Cruz Moura da, XEREZ, José Alberto de Faria, “Subsídios para a História do Alfeite” in *Anais do Clube Militar Naval*, Clube Militar Naval, Lisboa, vol. 102, T. 1-3, Janeiro-Março 1972, pp. 95-115.

FREITAS, Ana Rosa de, “A Quinta de Santo Antão do Tojal. Palácio da Mitra” in *Monumentos*, n.º 10, Março, Lisboa, 1999, pp. 86-89.

LEAL, José Maria da Silva, “Os banhos no Mar” in *Revista Universal Lisbonense. Jornal dos interesses phisicos, moraes e intellectuaes*, Tomo VI, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, Lisboa, 1846-1847, pp. 239-240.

LOURENÇO, Maria Paula, “A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706: formas e práticas administrativas de um património senhorial” in *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de História Moderna em Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986, pp. 821-839.

MANUEL, Câmara, “Joaquim Possidónio Narciso da Silva” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo VII, 3<sup>a</sup>série, N<sup>o</sup>8, Lisboa, 1897, pp. 113-114.

MATOS, J. Semedo de, “150 Anos da chegada a Portugal da Rainha Dona Estefânia” in *Revista da Armada*, n<sup>o</sup>422, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Agosto 2008, pp. 14-16.

MENDES, José Agostinho de Sousa, “A Quinta do Alfeite” in *Revista da Armada*, n<sup>o</sup>135, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Dezembro 1982, pp. 15-16.

“Na Zona Naval do Alfeite A capela de Nossa Senhora do Mar” in *Jornal Novidades*, 1955, pp. 1-4.

“Nossa Senhora do Mar é a padroeira da capela da Base Naval do Alfeite” in *Diário da Manhã*, 1955.

NETO, Maria João Baptista, GRILO, Fernando, “A obra do escultor inglês John Cheere para os jardins do Palácio de Queluz “ in *Património estudos*, n<sup>o</sup> 8, IPPAR, Lisboa, 2005, pp. 81-92.

*O Estandarte*, n<sup>o</sup>906, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 3859-3861.

“O Paço Real do Alfeite” in *Ilustração Portuguesa*, Empreza do Jornal O Século, Lisboa, Outubro 1905, pp. 762-763.

“O Senhor Cardeal Patriarca inaugurou ontem uma capela no Alfeite” in *A Voz*, 1955.

“Palácio e Quinta Real do Alfeite” in *Occidente*, Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, Lisboa, Março 1887, pp. 67-69.

“Parte Política” in *A Lei*, n<sup>o</sup>442, Lisboa, Fevereiro 1851, pp. 7-8.

PEDRO, Fernando, “A casa de férias da realeza” in *Expresso Imobiliário*, Lisboa, Maio 2002, capa e p. 21.

PEREIRA, G., “Para memória do architecto Possidónio da Silva” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo VII, 3<sup>a</sup>série, N<sup>o</sup>6 e 7, Lisboa, 1896, pp.81-82.

REAL, Mário Guedes, “O Paço dos Arcebispos” in *Boletim da Junta Distrital Lisboa*, Lisboa, 1962, pp.77-98.

“Relatório da Comissão nomeada pela Portaria de 6 de Maio de 1913 para elaborar o projecto de organização dos Postos Agrários de Mirandela, Anadia, Vizeu, Almada e Dois Portos” in *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, Duodécimo Ano, Nº4, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1914, pp. 150-158.

SÁ, Sebastião José Ribeiro de, “Ao meu aniversario natalício” in *Revista Universal Lisbonense*, Tomo III, Typographia da Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 1850-1851, pp. 393-395.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Architectura Ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo IV, 2ª série, Nº2, Lisboa, 1883, pp. 20-26.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Architectura Ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo V, 2ª série, Nº7, Lisboa, 1887, pp. 97-112.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Noticia dos nomes e das obras dos architectos civis mais notáveis da antiguidade e dos tempos modernos, pertencentes a diversas nações” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo I, 2ª série, Nº8, Lisboa, 1875, pp. 122-125.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Noticia dos nomes e das obras dos architectos civis mais notáveis da antiguidade e dos tempos modernos, pertencentes a diversas nações” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo I, 2ª série, Nº9, Lisboa, 1875, pp. 140-143.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Noticia dos nomes e das obras dos architectos civis mais notáveis da antiguidade e dos tempos modernos, pertencentes a diversas nações” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo I, 2ª série, Nº11, Lisboa, 1876, pp. 173-174.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Noticia dos nomes e das obras dos architectos civis mais notáveis da antiguidade e dos tempos modernos, pertencentes a diversas nações” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo I, 2ª série, Nº12, Lisboa, 1876, p. 192.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “O que significa a architectura ogival?” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo III, 2ª série, Nº12, Lisboa, 1882, pp.177-181.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Origem do Estylo Ogival na Inglaterra” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo V, 2ª série, Nº10, Lisboa, 1888, pp.145-151.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Os progressos nas construções da architectura ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo VI, 2ª série, Nº4, Lisboa, 1889, pp.49-56.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Período ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo V, 2ª série, Nº9, Lisboa, 1887, pp.132-136.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, “Período ogival” in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, Lallemand Frères, Tomo V, 2ª série, Nº12, Lisboa, 1888, pp.177-180.

SILVA, Padre Borges da, “A Capela de «Nossa Senhora do Mar» vai comemorar cinquenta anos” in *Revista da Armada*, nº384, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa Março 2005, p. 25.

SILVA, Padre Borges da, “Comunidade de Nossa Senhora do Mar - 50 anos” in *Revista da Armada*, nº388, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa Julho 2005, p. 6.

“Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa” in *O Comércio do Porto*, Porto, 1955.

TULLIO, A. da Silva, “Alfeite” in *A Semana*, Volume II, nº11, Março 1851, pp. 130-131.

TULLIO, A. da Silva, “Alfeite” in *A Semana*, Volume II, nº8, Fevereiro 1851, pp. 98-99.

TULLIO, A. da Silva, “Alfeite” in *A Semana*, Volume II, nº9, Março 1851, pp. 110-112.

VAZ, Artur, “Quinta do Alfeite” in *Jornal da Região Almada*, Edição 137, Ano III, Almada, Julho 2000, p. 7.

XEREZ, José Alberto de Faria, “O Palácio do Alfeite” in *Revista da Armada*, nº45, Marinha de Guerra Portuguesa, Lisboa, Junho 1975, pp. 14-18.

### **Dissertações e Teses**

ADRIÃO, Alexandra Antunes e, *A Arquitectura de Veraneio e o Palácio Anjos em Algés, Perspectivas de Intervenção e Reutilização*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Arquitectura de Veraneio os Estoris – 1880/1930*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

CASTEL-BRANCO, Maria Cristina F. Ataíde, *O Lugar e o Significado. Os Jardins dos Vice-Reis*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura Paisagística apresentada ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.

MARTINS, Ana Cristina Nunes, *Possidónio da Silva e a memória histórica. Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz, *O gótico e os sistemas de desenho presentes na arquitectura oitocentista - produções teóricas europeias e a recensão portuguesa*

*manifesta na obra escrita de Possidónio da Silva* Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna apresentada à , Universidade. Técnica de Lisboa, Lisboa, 1997.

## **Elementos Online**

### **Arquivos**

*Arquivo Nacional do Brasil*

<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

*Direcção Geral de Arquivos – Torre do Tombo*

<http://www.dgarq.gov.pt/index.html>

### **Arte e História de Arte**

*ArchArt: the web of archaeology & art images.*

<http://www.archart.it/>

*Arte Brasileira do Século XIX e início do XX.*

<http://www.dezenovevinte.net/>

*artGloss*

<http://www.ipv.pt/artgloss/>

*ArsVirtual*

<http://www.arsvirtual.com/>

*Art & Culture*

<http://www.artandculture.com/>

*Artehistoria.com*

<http://www.artehistoria.com/>

*Art History links: Image Collections and online art*

<http://art-design.umich.edu/mother/images.html>

*Art History links: textual and linguistic resources*

<http://art-design.umich.edu/mother/texts.html>

*Art History resources on the web*

<http://witcombe.sbc.edu/ARTHLinks.html>

*Artifice online: The Great Buildings Collection*

<http://www.greatbuildings.com/gbc.html>

*ArtLex*

<http://www.artlex.com/>

*Art Nouveau Worldwide*

<http://kubos.org/AN/>

*Arts & Humanities Data Service*

<http://ahds.ac.uk/>

*ArtServe: Art & Architecture mainly from the Mediterranean Basin*

<http://rubens.anu.edu.au/>

*Enlaces sobre Historia del Arte*

<http://www.cnice.mecd.es/enlaces/arte.htm>

*Getty Research Institute*

<http://www.getty.edu/research/tools/vocabulary/>

## **Bibliotecas**

*Bibliotheca Augustana*

<http://www.fh-augsburg.de/~harsch/augusta.html>

*Biblioteca Nacional de Portugal*

<http://opac.porbase.org/#focus>

<http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=R212M7493Q093.21728&profile=bn&menu=home&ts=1212874963750#focus>

*Biblioteca do Conhecimento On-line*

[http://www.b-on.pt/index.php?option=com\\_frontpage&Itemid=1](http://www.b-on.pt/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1)

*Biblioteca Virtual de Andalucía*

<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/bibliotecavirtualandalucia/>

*Biblioteca virtual "Miguel de Cervantes"*

<http://cervantesvirtual.com/>

*Denmark's Electronic Research Library*

[http://www.deff.dk/index\\_eng.html](http://www.deff.dk/index_eng.html)

*Digital Archive of American Architecture*

[http://www.bc.edu/bc\\_org/avp/cas/fnart/fa267/default.html](http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/fa267/default.html)

*Digital Archive of Architecture*

[http://www.bc.edu/bc\\_org/avp/cas/fnart/arch/](http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/arch/)

*Fundação Calouste Gulbenkian*

<http://www.gulbenkian.pt/>

*Fundação da Biblioteca Nacional do Brasil*

<http://www.bn.br/site/default.htm>

*The Cervantes Project Home Page*

<http://www.csdl.tamu.edu/cervantes/>

## **Dicionários**

*Bookbinding and the Conservation of books: A Dictionary of Descriptive Terminology*

<http://palimpsest.stanford.edu/don/don.html>

*Dicionário da arte*

<http://www.portalartes.com.br/portal/dicionario.asp>

*Diccionario de Arquitectura*

<http://www.arteguias.com/diccionario.htm>

*Dicionário de artes*

<http://www.defatima.com.br/saladeaula/dicionario.htm>

*Diccionario de arquitectura Arquivolta*

<http://www.arquivolta.com/diccionario/portadadicc.html>

*Diccionario de términos de Arte y Diseño*

<http://www.sitographics.com/dicciona/a.html>

*Diccionario Gráfico del Arte Románico*

<http://web.jet.es/cer/diccgraf.htm>

*Dictionary of Architectural Terms*

<http://www.uen.org/Centennial/08BuildingsA.html>

*Dictionary of Islamic Architecture*

<http://archnet.org/library/dictionary/>

*Dictionary of Military Architecture*

<http://www.angelfire.com/wy/svenskildbiter/madict.html>

*Illustrated Architecture Dictionary*

<http://ah.bfn.org/a/DCTNRY/vocab.html>

*Illustrated Dictionary for Architecture Words*

<http://architecture.about.com/arts/architecture/library/bl-glossary.htm>

## **Enciclopédias**

*Conservation and Art Material Encyclopedia Online*

[http://www.mfa.org/\\_cameo/frontend/](http://www.mfa.org/_cameo/frontend/)

*Enciclopédia de Artes Visuais*

<http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia/artesvisuais2003/home/index.cfm>

*Global Architecture Encyclopedia.*

<http://www.glasssteelandstone.com/>

## **Gerais**

*Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses*

<http://sunsite.berkeley.edu/PhiloBiblon/phhmbp.html>

*Centro Ernesto Soares.*

<http://www.cesdies.net/dfiles/dcesdies/>

*Centro de Estudos do Pensamento Político*

[http://www.iscsp.utl.pt/cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/cepp/regimes\\_politicos/i\\_republica.htm](http://www.iscsp.utl.pt/cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.utl.pt/cepp/regimes_politicos/i_republica.htm)

*Exército Português Direcção de Infra-estruturas - Projecto SIDCARTA*  
<http://www.exercito.pt/bibliopac/>

*Genea Portugal*  
<http://www.geneall.net/site/home.php>

*Google Pesquisa de Livros*  
<http://books.google.com/>

*InfoGestNet - Sistema de Pesquisa InterArquivos*  
<http://infogestnet.exercito.pt/infogestnet/default.aspx>

*Instituto Geográfico Português*  
<http://www.igeo.pt/>

*Livraria Virtual*  
[http://lv.gecorpa.pt/livraria\\_virtual.asp](http://lv.gecorpa.pt/livraria_virtual.asp)

*Presidência da República Direcção de Serviços de Documentação e Informação – Debates Parlamentares*  
<http://debates.parlamento.pt/?pid=r3>

*Projecto Vercial*  
<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/lopes.htm>

*Royal Institute of British Architects.*  
<http://www.architecture.com/>

*The British Academy Portal*  
<http://www.britac.ac.uk/portal/>

## **Glossários**

*ArchINFORM, International Architecture Database*  
<http://www.archINFORM.net/>

*Glosario de términos arquitectónicos*  
[http://www.geocities.com/aib\\_dicc/page2.html](http://www.geocities.com/aib_dicc/page2.html)

*Glosario museológico*  
<http://www.nuevamuseologia.com.ar/Glosario.htm>

*Glossary of Medieval Art and Architecture*  
<http://www.pitt.edu/~medart/menuglossary/INDEX.HTM>

*Glossary of Modern Art Terms*  
<http://www.decorativearts.com/glossary.html>

*Michael Durkin's Architectural Terms*  
<http://www.masshomes.com/michaeldurkin/glossary.html>

## **Museus**

*Canadian Museums Association*

<http://www.museums.ca/>

*ICOM*

[http://icom.museum/hist\\_def\\_eng.html](http://icom.museum/hist_def_eng.html)

*Instituto dos Museus e da Conservação*

[http://www.ipcr.pt/site/ipcr\\_home\\_00.asp](http://www.ipcr.pt/site/ipcr_home_00.asp)

*Museu de Marinha*

<http://museu.marinha.pt/museu/site/pt>

*Museu Imperial Brasil*

<http://www.museuimperial.gov.br/>

*Museu Militar*

<http://www.geira.pt/mmilitar/>

*Hemeroteca Digital*

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

## **Organismos Autárquicos**

*Câmara Municipal de Lisboa*

<http://www.cm-lisboa.pt/>

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/default.asp?s=12079>

*Câmara Municipal de Almada*

<http://www.m-almada.pt/portal/page/portal/CMA>

*Junta de Freguesia do Laranjeiro*

<http://www.jflaranjeiro.pt/>

*Junta de Freguesia da Cova da Piedade*

<http://www.jf-covadapiedade.pt/>

## **Património**

*IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

<http://www.iphan.gov.br/>

*IHRU – Monumentos*

[http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/000\\_B.aspx?Idioma=pt-PT](http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/000_B.aspx?Idioma=pt-PT)

*Patrimônio Histórico de São Paulo*

<http://www.patrimoniosp.com.br/>

## Obras

AA.VV., *Historia da arte em Portugal*, Edições Alfa, Lisboa, 1986-1993.

AFONSO, Simonetta Luz, *O Palácio de Queluz*, Publicações Alfa, Lisboa, cop.1986.

AFONSO, Simonetta Luz; DELAFORCE, Angela, SAPIEHA, Nicolas, *Palácio de Queluz: jardins*, Quetzal, Lisboa, D.L. 1989.

ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal. Instituições Políticas e Sociais de 1580 a 1806*, V vol., Editor F. de Almeida, Coimbra, 1928.

ALMEIDA, José António Ferreira de, *Tesouros artísticos de Portugal*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1976.

ANDRADE, José Sérgio Veloso de, *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém e muitos outros logares do termo*, Imprensa Silviana, Lisboa, 1851.

*Anuário Católico de Portugal 1968*, Edição da Secretaria de Informação Religiosa, Lisboa, s.d..

ARAÚJO, Idílio de, *Quintas de recreio: breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o séc. XVIII*, Separata Bracara Augusta, Livraria Cruz, Braga, 1974.

ARROTEIA, Jorge Carvalho; NEVES, Amaro, Semedo, Enio, *Aveiro – do Vouga ao Buçaco*, Presença, Lisboa, 1989.

AYRES DE CARVALHO, A., *Catálogo da Coleção de Desenhos da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1977.

AZEREDO, Francisco de, *Casas senhoriais portuguesas: roteiro da viagem de estudo IBI*, [S.l.], Instituto Internacional dos Castelos, 1986, 1ª Edição, Oficina Gráfica da Livraria Cruz, Braga, 1978.

AZEVEDO, Carlos de, *Solares Portugueses, Introdução ao Estudo da Casa Nobre*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971.

AZEVEDO, Carlos de; FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Câmara Municipal Loures, Loures, 1983.

AZEVEDO, Correia de, *Portugal monumental: inventário ilustrado*, Euro-Formação, Lisboa, [199-].

AZEVEDO, José Pires Lopes de, *Palácio Sotto Maior: extractos da história*, Sociedade Figueira Praia, Figueira da Foz, 1999.

BAPTISTA, João Maria; OLIVEIRA, João Justino Baptista de, co-autor, *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, 7 vols, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1874-1879.

BARBOSA, Inácio de Vilhena, *As cidades e villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d’armas*, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860.

BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (Introdução e notas de Boyd Alexander), Biblioteca Nacional, Lisboa, 1988.

BEIRÃO, Caetano, *D. Maria I (1777 – 1792)*, [s.n.], Lisboa, 1944.

BENEVOLO, Leonardo, *Introdução à Arquitectura*, trad. Maria Manuela Ribeiro, revisão de tradução Artur Lopes Cardoso, Edições 70, Lisboa, D.L. 1991.

BERGER, Francisco José Gentil, *Lisboa e os Arquitectos de D. João V*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.

BINNEY, Marcus [et al], *House and Gardens of Portugal*, Cartago, London, 1998.

BINNEY, Marcus, *Casas Nobres de Portugal*, Difel, Lisboa, 1987.

BORDALO, Francisco Maria, *Novo Guia do Viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra, Collares e Maфра: ornado com algumas visitas dos principaes monumentos de Lisboa*, J. J. Bordalo, Lisboa, 1853.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *Da Monarquia Constitucional à República: 1834-1910 - uma cronologia*, Europress, Lisboa, 2003.

BRANDÃO, Raul, *Memórias*, Tomo II, Relógio D’Água Editores, Lisboa, 1999.

CABRAL, Costa, *Documento Importante/Conde de Thomar*, [s.n.], Vigo, 1851.

CAMARA, Paulo Perestello da, *Diccionario Geographico Histórico, Politico e Litterario do reino de Portugal e seus domínios*, [s. n.], Lisboa, 1850.

CÂNCIO, Francisco, *O Paço de Queluz*, [ S.l. s. n.], 1950.

CARITA, Hélder; ARAUJO, Renata, *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Portugêses 1415-1822*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998.

CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem, *Oriente e Ocidente nos Interiores de Portugal*, Civilização, Porto, 1983.

CARITA, Hélder; CARDOSO, Homem, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da Originalidade e Desaires dessa Arte*, Circulo de Leitores, Lisboa, 1990.

CARVALHO, Aires de, *D. João V e a arte do seu tempo*, A. de Carvalho, Lisboa, [D.L. 1960]-1962.

CARVALHO, José Liberato Freire de, *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Typographia de José Baptista Morando, Lisboa, 1855.

CARVALHO, Rómulo de, *A história natural em Portugal no Século XVIII*, Instituto Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* 3 vol, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1762-1763.

CAVALHEIRO, Rodrigues, *A «Conspiração dos Fidalgos» segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa*, Imprensa Baroeth, Lisboa, 1936.

CHAGAS, José António Amaral Trindade, *Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896): contributos para a salvaguarda do património monumental português*, Dissertação de Doutoramento em Património Arquitectónico apresentada na Universidade de Évora, Évora, 2003.

CHAGAS, M. Pinheiro, *Dicionario Popular Historico, Geographico, Mytologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Literario dirigido por Manoel Pinheiro Chagas*, 16 vols, Lallement Fères Typ., Lisboa, 1876-1886.

CHAVES, Francisco Sá, *Subsídios para a História Militar das nossas Lutas Civis*, 2 vols., Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1914-1918.

CHAVES, Isidoro Barbosa da Silva, *Analyse d'un artigo anonimo inserto no Estandarte 906 com respeito aos arrendamentos do Tojalinho e do Alfeite: precedida e seguida do exame de todas as questões que por ocasião de taes contractos se tem agitado na tribuna e na imprensa*, Typographia da Empreza da Lei, Lisboa, 1851.

COELHO, José Maria Latino, *História Política e de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.

COLEN, José Barbosa, *Entre Duas Revoluções 1848-1851*, 2 vols, Publicações Manuel Gomes, Lisboa, 1902.

CONTI, Flavio, *Como reconhecer a arte Barroca*, tradução de Carmen de Carvalho, Edições 70, Lisboa, D.L. 1996.

CORREIA, José Eduardo Horta, “Urbanismo” in José Fernandes PEREIRA (dir. de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Presença, Lisboa, 1989.

*Costa Cabral: passado, presente, futuro*, [s.n.], Lisboa, 1850.

CRUZ, Monsenhor Lopes da, *Anuário Católico de Portugal 1947*, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, s.d..

DIAS, Rodrigo Alves Rodrigues, *A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal, Oeiras: contributo para o estudo da arte paisagista no século XVIII*, Câmara Municipal Oeiras, Oeiras, 1987.

*Dicionário enciclopédico das freguesias*, 4 vols. Estudos Regionais de Produção e Consumo, edição literária. Freixieiro, Minhaterra, Matosinhos, 1996.

DUARTE, Joaquim Vieira Júnior, *Villa e termo de Almada: apontamentos antigos e modernos para a história do concelho*, Typographia Lucas, Lisboa, 1896.

DUARTE, Rita Penedos; FERREIRA, Luísa, *Palácio de Mateus*, Tipografia Peres, Lisboa, 2007.

*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, I vol, Editorial Verbo, Lisboa, 1963.

FERRÃO, Francisco António Fernandes da Silva, *Questão do Alfeite*, Typographia da Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 1851.

FERRÃO, Francisco António Fernandez da Silva, *Tractado sobre direitos e encargos da Sereníssima Casa de Bragança*, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, Lisboa, 1852.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., “António Pereira: arquitecto do Palácio de São João Novo” in *Boletim Cultural*, 2ª série, vol. 7/8, Porto, 1990.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *A capela de Nossa Senhora da Pena: novas achegas para o estudo da actividade do mestre pedreiro Matias Lourenço de Matos*, [s.n. s.l.], 1984.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *A fachada da Igreja de São Pedro de Vila Real, 1728-1730*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2003.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *Aspectos da actividade arquitectónica no Porto na segunda metade do séc. XVII*, [s.n. s.l.], 1985.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., *O Convento de Santo António da Cidade e a arquitectura no Porto na segunda metade do século XVIII*, [s.n.], Porto, 1992.

FERRO, Maria Inês, *Queluz. O Palácio e os Jardins*, Scala Books, London, 1997.

FLORES, Alexandre M., *A imprensa periódica almadense: séculos XIX e XX* Sep. de *Movimento Cultural*, [s.n.], Lisboa, 1985.

FLORES, Alexandre M., *Almada antiga e moderna: roteiro iconográfico*, 3o vols. Freguesia da Cova da Piedade. – 1990, 1ª Edição, Câmara Municipal de Almada, Almada, 1985-1990.

FLORES, Alexandre M., *Almada na carta de escambo entre D. Dinis e os espatatários em 1297* Sep. de *Espaço Cultural* Aljezur, nº 1, 1986

FLORES, Alexandre M., *Almada: sua circunscrição municipal*, A. M. Flores, Almada, 1996.

FLORES, Alexandre M., *Grupo para as Comemorações do VIII Centenário do Foral de Almada, co-autor Foral de Almada: 1190: álbum documental e iconográfico / texto e iconografia Alexandre M. Flores; org. Grupo para as Comemorações do VIII Centenário do Foral de Almada*, Câmara Municipal, Almada, 1991.

FLORES, Alexandre M., *Os Livros de Registo Paroquial do Distrito de Setúbal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, 1988.

FLORES, Alexandre M.; POLICARPO, António Neves, *Arsenal do Alfeite: contribuição para a história naval em Portugal*, Junta de Freguesia, Laranjeiro, D. L. 1998.

GOMES, Paulo Varela, *A Arquitectura Barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987.

GOMES, Paulo Varela, *A confissão de Cyrilo: estudos de história da arte e da arquitectura*, Hiena, Lisboa, 1992.

GOMES, Paulo Varela, *A Cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, Edições Caminho, Lisboa, 1980.

GOMES, Paulo Varela, *Arquitectura, religião e política em Portugal no século XVII: a planta centralizada*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2001.

GOMES, Paulo Varela, *O essencial sobre a arquitectura barroca em Portugal*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1987.

GONÇALVES, António Nogueira, *Casas nobres do século XVIII*, Câmara Municipal de Turismo, Lousã, 1959.

GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Aveiro*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1959.

GOODOLFIM, Costa, *Biographia do sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Typographia Universal, Lisboa, 1894.

GORANI, Giuseppe, *Portugal – A corte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Tradução, prefácio e notas por Castelo Branco Chaves, [s.n.], Lisboa, 1945.

GOUVEIA, João Cândido Baptista de, *Polícia Secreta dos últimos tempos do reinado do Senhor D. João VI; e sua continuação até Dezembro de 1826*, Imprensa de Cândido António da Silva Carvalho, Lisboa, 1835.

*Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, I vol, Lisboa Rio de Janeiro, [195-].

*Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, XIII vol, Lisboa Rio de Janeiro, [195-].

*Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Limitada, XX vol, Lisboa Rio de Janeiro, [195-].

GUEDES, Natália Brito Correia, *Palácio de Queluz*, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Lisboa, 1973.

GUEDES, Natália Brito Correia, *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*, Livros Horizonte, Lisboa, 1971.

*Guia de Portugal*, 5 vols, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1983-, 1ª edição, [D.L. 1967].

JANSON, H. W.; ALMEIDA, José António Ferreira de, *História da arte: panorama das artes plásticas e da arquitectura da pré-história à actualidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.

LACERDA, Hugo de, *O valor dos serviços e fomento na Marinha*, Imprensa da Armada, Lisboa, 1934.

LEITÃO, Francisco Tomás Trindade, *Contributos para a História da Marinha e do Alfeite*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003.

LEITE, Ana Cristina Caxias, *Real Quinta de*, Dicionário da Arte Barroca em Portugal, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.

*Lello Universal: Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, direcção de José Lello e Edgar Lello, 2 vols, Lello & Irmão Editores, Porto, 1979.

LINO, Raul (dir.), *Palácios Portugueses*, União de Bancos Portugueses, Lisboa, 1982.

LOPES, António Cordeiro, *D. Fernando II e a Condessa de Edla, um germânico e uma Suíça na corte dos Bragança: do escândalo privado à contestação da monarquia (1869-1889)*, Sep. de *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, [s.n.], Lisboa, 1997.

LOURENÇO, Maria Paula, *A Casa e o Estado do Infantado: 1654-1706: formas e práticas administrativas de um património senhorial*, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica: Centro de História da Universidade, Lisboa, 1995.

MACHADO, Cyrillo Volkmar, *Colecção de Memórias relativas às vidas dos pintores e escultores, architectos e gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiveram em Portugal*, [s.n.], Lisboa, 1823 (2ª edição, Coimbra, 1923).

MACHADO, Júlio César, *Novo Guia do Viajante em Lisboa: Cintra, Collares, Mafra, Batalha, Setúbal*, J. J. Bordalo, Lisboa, 1872.

*Mais um roubo feito pelo Conde de Thomar, provado com documentos passados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros*, Typographia de Borges, Lisboa, 1852

MARANHÃO, Fr. Francisco dos Prazeres, *Diccionario Geographico abreviado de Portugal e suas possessões ultramarinas*, Casa de Viúva More-Editora, Porto, 1862.

MARQUES, António Henrique de Oliveira, *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. General Eanes: manual para uso de estudantes e outros curiosos do passado pátrio*, 3 vols, 11ª Edição, Palas Editores, Lisboa, 1983-1986.

MARQUES, António Henrique de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.), *Nova História de Portugal*, 12 vols, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

MARTINS, J. P. Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 3ªed. (posthuma), Livraria de António Maria Pereira-Editor, Lisboa, 1895.

MASCARENHAS, J. A. de Oliveira, ABREU, R. Clemente de, *Portugal: diccionario chorographico, histórico, heráldico, ethonologico, ethologico, biographico, estatistico, archeologico e bibliographico*, S. Aloses & Lamas, Lisboa, Edição 1879.

MATOS, Armando de, *A casa de Mateus*, Apolino, Gaia, 1930.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, coord. Luis Reis Torgal e J. Lourenço Roque, vol V, Editora Estampa, Lisboa, 1993-1994.

MEDINA, João (Dir.), *História Contemporânea de Portugal*, 2 vols, Edições Multilar, Lisboa, 1990.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 2003.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

NOBRE, Eduardo, “*Amélia – Rainha de Portugal*”, Lisboa, Quimera Editores, 2007.

NORBERG-SCHULZ, Christian, *Arquitectura Barroca*,: Aguilar, Madrid, 1972.

NORONHA, Eduardo de, *Fontes Pereira de Mello e seus Colaboradores*, Companhia Portuguesa, Porto, 1926.

OLIVEIRA MARQUES, A.H. de, *História de Portugal : desde os tempos mais antigos à Presidência do Sr. General Eanes*, 3 vols., Palas Editores. Lisboa, 1981.

OLIVEIRA, Padre Miguel de; CRUZ, Padre Lopes da, *Anuário Católico de Portugal 1945*, União Gráfica, Lisboa, 1993.

PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de Pintores e Escultores portugueses e que trabalharam em Portugal*, 5 vols, Livraria Civilização, Porto, 1988.

PEREIRA, Angêlo, *Os filhos de el-Rei D. João VI: reconstituição histórica com documentos inéditos que, na sua maioria, pertenceram ao Real Gabinete*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1946.

PEREIRA, J. M. Esteves; RODRIGUES, Guilherme, co-autor, *Portugal: dicionário histórico, chorográfico, heraldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico : abrangendo a minuciosa descrição... de todos os factos notáveis da história portuguesa, etc.*, 7 vols, João Romano Torres, Lisboa, 1904-1915.

PEREIRA, José Fernandes, *Arquitectura barroca em Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, [1986].

PEREIRA, José Fernandes; *Arquitectura barroca em Portugal*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1986.

PEREIRA, José Fernandes; PEREIRA, Paulo, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Presença, Lisboa, 1989.

PEREIRA, Paulo (dir. de), *História da Arte Portuguesa*, vol III, Circulo de leitores, Lisboa, 1995

PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de, *Portugal Antigo e Moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, 12 vols, Livraria Ed. de Mattos Moreira, Lisboa, 1873-1890.

PIRES, António Pequito Caldeira, *História do Palácio Nacional de Queluz*, 2 vols., Imprensa da Universidade, Coimbra, 1924-1926.

PORTELA, Manuel Maria, *Anotações ao capítulo sobre Setúbal no Portugal Antigo e Moderno*, Typographia Casa Havaneza, Setúbal, 1895.

PROENÇA, Macel, *Bibliografia: repertórios bibliográficos, revistas, dicionários gerais, obras gerais, belas-artes, viajantes estrangeiros*, Guias de Portugal, Lisboa, 1924.

RATTON, Jácome, *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1920.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos, *Os judeus em Portugal*, vol I, F. França Amado, Coimbra, 1895-1928.

RIBEIRO, João Reis; BENTO, António Cunha, *Imagens da Península da Arrábida no século XIX: o panorama (1837-1868) e arquivo pittoresco (1857-1868)*, Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2004.

RIBEIRO, Tomás, *História da Legislação Liberal Portuguesa*, 2 vols., Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

RODRIGUES, Francisco de Assis, *Dicionário Techico e Histórico de pintura, Escultura, Architectura e Gravura*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1876.

RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal 1798-1802*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1981.

RUIZ, António José Mimoso, *Paços Reaes: palestra associativa*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1905.

SARAIVA, José António, *O Palácio de Belém com os seus hóspedes os seus segredos e a sua vida quotidiana*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1985.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar Compêndio de História Militar e Naval de Portugal Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, s.d..

SEQUEIRA, Clara, *O barroco em Santo Antão do Tojal: proposta para um percurso*, Junta de Freguesia Santo Antão do Tojal, Santo Antão do Tojal, 2001.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Palácios e Solares Portugueses*, Livraria Lello, Porto, [193-].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 14 vols., Verbo, Lisboa, [198-].

SERRÃO, Joel; BARRETO, António, ed. lit.; MÓNICA, Maria Filomena, ed. lit., *Dicionário de História de Portugal*, 9 vols, Figueirinhas, Porto, imp. 1984-2000.

SERRÃO, José Vicente, introd. e dir. de edição [de]., VANDELLI, Domenico, *Aritmética Política, Economia e Finanças - Memória sobre a Quinta do Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado. Alfeite*, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português).

SERRÃO, José Vicente, introd. e dir. de edição [de]., VANDELLI, Domenico, *Aritmética Política, Economia e Finanças - Memória sobre as amoreiras de Alfeite, Propriedade da Casa do Infantado. Alfeite*, Banco de Portugal, Lisboa, 1994, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português).

SERRÃO, Vítor, *A cripto-história de arte: análise de obras de arte inexistentes*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.

SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal: O Barroco*, vol 4, Presença, Lisboa, 2003.

SILVA, António Lambert Pereira da, *Nobres Casas de Portugal*, 5 vols, Livraria Tavares Martins, Porto, 1958.

SILVA, César da, *D. Carlota Joaquina: sua chronica episódica*, 1ª edição, João Romano Torres, Lisboa, [191-].

SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario bibliographico portuguez : estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1973.

SILVA, J. J. Andrade e, *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa*, vol5, Imprensa de J. J. Andrade e Silva, Lisboa, 1856.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Elogio histórico do architecto civil José da Costa Sequeira: sócio fundador da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portugueses: recitado na sessão solene da referida associação*, Lallemand Frères, Lisboa, 1873.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Noções elementares de archeologia*, Lallemand Frères, Lisboa, 1878.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Relatório da comissão dos monumentos nacionais*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1894.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Revista pittoresca e descriptiva de Portugal com vistas photographicas [Visual gráfico]*, Ernesto Augusto da Silva, Lisboa, 1862.

SIMÕES, J. M. dos Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1979.

SMITH, Robert C., *Nicolau Nasoni, architecto do Porto*, Livros Horizonte, Lisboa, 1966.

SOARES, Ana Luísa; CASTEL-BRANCO, Cristina, *Jardim Botânico da Ajuda*, Jardim Botânico d'Ajuda, Lisboa, 1999.

SOARES, Ernesto, *Evolução da gravura de madeira em Portugal, séculos XV a XIX*, Câmara Municipal, Lisboa, 1951.

SOARES, Manuel Lourenço, *Figuras e factos do concelho de Almada*, [S.l.;s.n.], 1980.

SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Tomo II - Parte II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1882.

SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Tomo VII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1890.

SOUSA, António Alberto Marinho Duarte de, *Dix vues de Lisbonne: dessinées d'après nature & lithographiées*, Lith. de Schmid, s.l., [1840].

SOUSA, (D.) António Caetano de, revisão M. Lopes de Almeida, César Pegado, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Atlântica Livraria, Coimbra, 1946-1954.

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Publicações Civilização, Barcelos, 1986.

TAIPE, Victor, *Barroco e classicismo*, Tradução de Lemos de Azevedo, 2ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1974.

TÚLIO, António da Silva, ant. possuidor; Emaús, Augusto M. de Quintela, ant. possuidor, *Catalogo das livrarias do ... António da Silva Tullio e do ... Augusto M. de Quintella Emauz : obras classicas, latinas, portuguezas e francezas ...*, Typographia da Viuva Sousa Neves, Lisboa, 1884.

VANDELLI, Domenico, *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. E a Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos que offerece a Raynha D. Maria I. Nossa Senhora Domingos Vandelli*, Real Officina da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1788.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Anotações Artísticas e Arqueológicas*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1912.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Curiosidades Históricas e Artísticas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1919.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou ao Serviço de Portugal*, 3 vols, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1922.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *Notícia de alguns pintores portugueses e outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*, Typographia Lallement, Lisboa, 1900.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, *O Infante D. Pedro, o das sete partidas: extrahido do no21, anno LIV da Revista Militar*, Tipografia Universal, Lisboa, 1902.